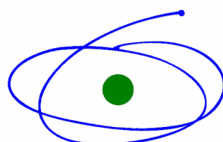


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA – PosLA
CARLOS SIDNEY AVELAR ARAÚJO

**VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS EDITAIS DE
SELEÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO: UMA ABORDAGEM
LINGUÍSTICO-SOCIOLÓGICA**



C A P E S

FORTALEZA – CEARÁ
2013

Carlos Sidney Avelar Araújo

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS EDITAIS DE SELEÇÃO DE
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ABORDAGEM
LINGUÍSTICO-SOCIOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira.

FORTALEZA – CEARÁ
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central do Centro de Humanidades

Doris Day Eliano França - CRB-3/726

A662v Araújo, Carlos Sidney Avelar
Violência simbólica nos editais de seleção de programas de pós-graduação: uma abordagem linguístico-sociológica. / Carlos Sidney Avelar Araújo. — 2013.
CD-ROM. 126 f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Linguística Aplicada, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Linguagem e interação.
Orientação: Profa. Dra. Dina Maria Martins Ferreira.

1. Tensão. 2. Atos de fala. 3. Seleção. 4. Violência simbólica.Título.

CDD: 418

Autor: CARLOS SIDNEY AVELAR ARAÚJO

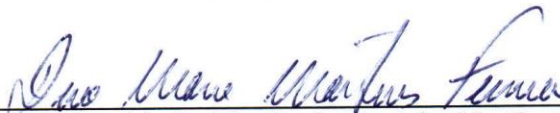
TÍTULO: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS EDITAIS DE SELEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICO-SOCIOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Linguagem e Interação

Defesa em: 22/03/2013.

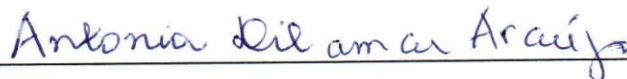
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira (Presidente)
Universidade Estadual Do Ceará – UECE



Prof. Dr. Geovani Jacó De Freitas (1º Examinador)
Universidade Estadual Do Ceará – UECE



Profa. Dra. Antonia Dilamar Araújo (2º Examinador)
Universidade Estadual Do Ceará – UECE

“Tantas palavras, meias palavras...
um pedaço de Saigon!
Emílio Santiago

A minha mamãe Dulce Menezes,
pela fortaleza que é.

A minha orientadora Dina Martins,
que me fez mais lúcido e coerente.

E a todos aqueles que são
simbolicamente violentados.

AGRADECIMENTOS

É na certeza de que os caminhos que seguimos são acompanhados por pessoas apaixonadamente incríveis que não posso deixar de agradecer:

A minha mamãe Dulce, que mesmo lamentando a ausência do seu filho caçula das celebrações de nossa família soube entender que grandes projetos envolvem sacrifícios, renúncias.

Aos companheiros do PosLA, que, ao transformarem o *Facebook* em um “divã para vários”, tornaram o meu solitário processo de escrita de dissertação um percurso mais alegre e menos tenso; e em especial aos amigos Emanuel Pedro, José Lins e Marco Vasconcelos pelo apoio constante.

A banca de qualificação pelas generosas contribuições à construção desta dissertação, em especial à professora Kadma Marques Rodrigues que me ensinou quase tudo que eu sei sobre práticas sociais no campo acadêmico.

A orientadora Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira, que tão pacientemente me fez entender que eu só seria capaz de ver e fazer ver que “o rei está nu” se conseguisse tornar minhas ideias mais lúcidas e menos permeadas pelos afetos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado (Programa de Demanda Social), sem a qual a realização desta pesquisa não teria acontecido.

Ao tempo, que não nos deixa jamais esquecer que tudo é transitório e que por isso devemos aproveitar ao máximo cada experiência vivida. E por fim ao infinito, que nos lembra que somos todos finitos e que por isso devemos sempre lutar para expandir a vida, jamais oprimi-la.

RESUMO

A temática dessa pesquisa se circunscribe no rastreamento da violência simbólica percebida em seleções acadêmicas de mestrado de universidades públicas da cidade de Fortaleza, Ceará. Pela visão performativa do filósofo linguista Austin, Editais fazem o campo linguístico-discursivo que norteia a “força ilocucionária” e os “efeitos perlocucionais”. A complexa relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos revela uma tensão em que está em jogo a concessão a entrada na academia. De um lado a força do ato de fala que exerce o “poder simbólico” nessa relação, e, de outro, os efeitos (perlocucionais) que possibilitam enxergar aquilo que Bourdieu convencionou chamar de “violência simbólica”, coerção que no campo particular das seleções só pode ser exercida pela adesão que o candidato não pode deixar de conceder ao acadêmico, ou seja, à academia. Entender como a relação entre candidatos à academia e acadêmicos se concretiza, que dispositivos são acionados para que a “dominação simbólica” via editais seja exercida é o objetivo desta pesquisa. Para tanto, nos valem do método quantitativo interpretativista para analisar os dispositivos dos editais. Chegou-se a conclusão que os sentidos de submissão e de silenciamento/censura, inscritos de forma durável no corpo do candidato nos levaram à configuração da “violência simbólica” em seleções. E pelo vislumbre de uma tentativa de pensar a relação entre candidatos e acadêmicos diferente, quiçá menos assimétrica tem-se ao longo desta pesquisa possíveis formas (diferente de fórmulas) que possam desestabilizar (desnaturalizar) práticas de poder no campo acadêmico.

Palavras-Chave: Tensão, Atos de Fala, Seleção, Violência Simbólica

ABSTRACT

The theme of this research is circumscribed in the tracking of the symbolic violence perceived in selection processes for master programs in public universities of Fortaleza, State of Ceará. Under the performative view of language as designed by the philosopher of language Austin, "public notices" are analyzed as the linguistic-discursive field to orient the "illocutionary force" and the "perlocutionary effects". The complex symbolic relationship between the Academy candidates and academics reveals a tension which has the entry into the Academy as its center. On one hand, the power of the "speech act" which exerts the "symbolic power" in this relationship, and on the other, the (perlocutionary) effects which enable social agents to see what the sociologist Bourdieu called "symbolic violence", coercion that, in the particular field of the selection processes, can only be exerted by the adherence that the candidate cannot fail to give to the academic, or to the Academy. Understand the configurations of the relationship between the academic and academy candidates, what devices are triggered in order to make the "symbolic domination" via "public notices" succeed are the objectives of this research. To reach that objective the interpretive qualitative method was used. Thus, we reached the senses of submission and silence /censor that, once entered the body of the candidate on an enduring way, led us to the configurations of "symbolic violence" in selection processes. Moreover, by the glimmer of an attempt to think about the relationship between candidates and academics as a different one, perhaps less asymmetric, this research suggests possible ways which might destabilize (denaturalize) power practices in the academic field.

Keywords: Tension, Speech Acts, Public Notices, Symbolic Violence

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE FIGURAS..... | 10 |
| LISTA DE QUADROS..... | 11 |
| | |
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 PERFORMATIVIDADE E LINGUAGEM | 19 |
| 2.1 Um dizer que é fazer: Ato locucionário e ilocucionário | 21 |
| 2.2 O dito que é sentir: Ato perlocucional | 23 |
| 2.3 Outras formas de dizer: o dito não-dito e o dito | 25 |
| 2.4 Dizer que não é dizer: implicitação | 26 |
| 2.5 Formas de um dizer para não dizer: silêncio e eufemização | 31 |
| 3 O “CAMPO” UNIVERSITÁRIO: PERSPECTIVAS BOURDIEUSIANAS | 35 |
| 3.1 Prática acadêmica: regras e normas | 35 |
| 3.2 Campo e <i>Habitus</i>: uma relação ontológica | 37 |
| 3.2.1 Campo | 37 |
| 3.2.2 <i>Habitus</i> | 39 |
| 3.3 Poder simbólico | 40 |
| 3.3.1 Relação simbólica | 42 |
| 3.3.2 Violência simbólica | 43 |
| 3.3.2.1 O Estado e indivíduo | 44 |
| 3.3.2.2. A <i>Illusio</i> na constituição do simbolicamente violentado | 45 |
| 4 DIÁLOGOS ENTRE A LINGUÍSTICA E A SOCIOLOGIA | 48 |
| 4.1 Corpo que diz e que faz | 48 |
| 4.2 Corpo em tensão | 50 |
| 4.3 O corpo na formação do silêncio | 54 |
| 5 METODOLOGIA | 57 |
| 5.1 Do contexto da pesquisa | 57 |
| 5.2 Da seleção dos dados | 57 |
| 5.3 Do <i>corpus</i> | 58 |
| 5.4 Dos procedimentos | 59 |
| 5.5 Do percurso analítico | 62 |
| 6 DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM CURSOS <i>STRICTO SENSU</i> DE LINGUÍSTICA E SOCIOLOGIA DE FORTALEZA | 67 |
| 6.1 Da submissão | 68 |
| 6.2 Do silenciamento e da censura | 80 |
| 6.3 Da reprodução de corpos | 93 |
| 6.3.1 Da metáfora da reprodução de corpos | 95 |

| | |
|--|------------|
| 6.3.2 Da reprodução de corpos submissos | 97 |
| 6.3.3 Da reprodução de corpos silenciados/censurados | 104 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| 7.1 Dos resultados | 110 |
| 7.2 Das possibilidades | 114 |
| REFERÊNCIAS | 118 |
| ANEXO..... | 123 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Barack Obama na capa da Revista Newsweek, Maio de 2012..... | 30 |
| Figura 2: Metodologia..... | 62 |
| Figura 3: Charles Chaplin observando funcionamento de máquinas..... | 96 |
| Figura 4: Operário incorporado às estruturas de funcionamento da máquina..... | 96 |
| Figura 5: Operário tem parte da máquina incorporada ao próprio corpo..... | 97 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Repetição de sentidos de submissão (Edital I)..... | 100 |
| Quadro 2: Repetição de sentidos de submissão (Edital IV)..... | 101 |
| Quadro 3: Repetição de sentidos de submissão (Edital VII) | 102 |
| Quadro 4: Repetição de sentidos de submissão (Edital X) | 103 |
| Quadro 5: Repetição de sentidos de silenciamento e censura (Edital I) | 105 |
| Quadro 6: Repetição de sentidos de silenciamento e censura (Edital IV) | 106 |
| Quadro 7: Sentidos de silenciamento e censura (Editais V, VI, VII, VIII, IX, XII)..... | 106 |

1. INTRODUÇÃO

As atuais seleções públicas acadêmicas de mestrado da área de humanidades, na cidade de Fortaleza, em grande parte, apresentam as seguintes etapas: Análise de Anteprojeto, Avaliação Escrita (prova de conhecimento ligado a linhas específicas de pesquisa do programa), Análise do *Curriculum Vitae*/Histórico Escolar/*Lattes* e Entrevista (arguição sobre o seu anteprojeto, geralmente vinculado à linha de pesquisa ou ao projeto do professor ao qual se candidata como possível orientando). Nesses processos, em linhas gerais, o que varia é o caráter classificatório ou eliminatório de cada etapa. Tais informações estão presentes em editais de seleção. Os atores desse processo são: os candidatos à academia e os acadêmicos avaliadores. Tomando como ponto de partida a premissa de que a tensão¹ marca todas as formas de interação social (BOURDIEU, 2003) e admitindo que o processo de disputa pela verdade no campo acadêmico pode se dar de forma muito particular, fazer uma análise da relação (simbólica) do candidato à academia e do acadêmico no palco das seleções acadêmicas de mestrado/doutorado, nesse espaço social que gira em torno de uma lógica de excelência, é o ponto central desta pesquisa.

Enquanto campo com regras próprias de organização, com relativa autonomia em relação a outros campos, a Universidade é um espaço social onde os lugares privilegiados são ocupados por quem tem maior poder simbólico, dito de outro modo, por quem tem maior valor de capital científico (cultural) acumulado (BOURDIEU, 2007). Mas não é apenas esse capital acumulado (que pode ser materializado pela titulação que cada um possui) que garante autoridade aos habitantes desse campo. É preciso considerarmos ainda as funções, a capacidade de jogar bem o jogo a partir da assimilação das regras que são jogadas nesse tabuleiro. É na combinação dessas outras perspectivas de poder simbólico que se constroem forças que, acumuladas, funcionarão como “moeda de troca” entre os agentes sociais posicionados no tatame de lutas pela defesa dos seus interesses.

Mas, é preciso ainda dizer o lugar que abriga esta pesquisa. Estamos em um Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, em uma linha de pesquisa que vê a linguagem como um lugar de ação e de intervenção, em que o conhecimento que produzimos pode intervir em um conjunto de ações, inclusive na percepção de que os sujeitos de uma

¹ O termo “tensão” é aplicado ao longo de todo o texto desta dissertação enquanto resultado, expressão dos conflitos que decorrem, de um lado, a partir da aceitação e/ou negação das normas e das regras que organizam a ação dos candidatos em seleções de mestrado e, de outro, pelas expectativas em relação ao perfil de candidato selecionado pelo acadêmico aos programas de pós-graduação.

relação simbólica têm um do outro. Penso que apenas possuindo uma perspectiva crítica de linguagem é que seremos capazes de problematizar o mundo que nos é dado e construído na e pela linguagem.

A relação entre candidatos à academia e acadêmicos em processos de seleção de mestrado é uma relação que se realiza no universo institucional acadêmico, mas sem que os sujeitos necessariamente se conheçam ou tenham estabelecido qualquer contato interpessoal como troca de e-mails, conversas face a face ou outras formas de relação. Sugerimos, então, que se trata de uma Relação Simbólica, em que esses agentes sociais se conhecem através dos textos que produzem, do histórico dos seus percursos acadêmicos que podem ser verificados pelo currículo *Lattes* e de uma entrevista de caráter institucional avaliativa, sem que haja constituição de uma relação mais próxima de troca de conhecimentos e debate. É uma relação que se pauta apenas pela comunicação verbal (entrevista) ou textual (avaliação), mas que poderia ser melhor compreendida se analisada sob o modo como sujeitos podem exercer influência um sobre o outro. As relações de poder que daí decorrem “dependem na forma e no conteúdo do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições envolvidas nessas relações) e que podem permitir acumular capital simbólico” (BOURDIEU, 2010, p. 11). É, portanto o capital cultural que está no centro do poder: de um lado os candidatos à academia que lutam para obter, adquirir e acumular o capital cultural e, do outro, o acadêmico com seu poder simbólico exercido pelo acúmulo desse capital, que tem como atribuição central nessa relação a concessão ou não (a partir de critérios de avaliação geralmente dispostos em editais de seleção) de um “visto” que colocará o candidato no universo acadêmico, lugar em que (em tese) ele disporá de condições que o levarão a produzir e a acumular capital cultural.

A perspectiva bourdieusiana de relações de poder nos ajuda a compreender o modo como “sistemas simbólicos” estão organizados para garantir o aprofundamento das relações de dominação entre diferentes sujeitos:

“É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força à relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2007, p.11).

Editais de seleção de mestrado, prenhe de Atos de fala, têm a função de

disciplinar, organizar e estruturar a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos. Porém, é nas minúcias dos Editais, nos seus dispositivos – em que se “presentifica” a voz da autoridade institucional acadêmica – que será analisada a tensão enquanto resultado de uma realidade criada pela linguagem² no escopo das seleções acadêmicas de mestrado.

Da contextualização da pesquisa chega-se à tentativa de configuração de um fenômeno social – “violência simbólica”. Tomada pela tensão, a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos encontra na exacerbação de sua assimetria a “violência simbólica” (BOURDIEU, 2001), coerção exercida pela adesão que o candidato não pode deixar de conceder à autoridade acadêmica em processos de seleção de mestrado. Aqui, apresentamos questões que norteiam nosso empreendimento em compreender a “violência simbólica” na relação entre o candidato e o acadêmico:

- Como a “violência simbólica” é construída pela materialidade linguística em uma relação de tensão em que está em jogo a entrada na academia?
- Quais são as configurações da “violência simbólica” em seleções acadêmicas de mestrado/doutorado?
- De que modo candidatos à academia são constituídos pelos Atos de fala (Voz institucional³)?
- Se de fato a “violência simbólica” opera pela naturalização dos processos de seleção de mestrado, como as suas atuais configurações legitimam sua prática na relação entre candidatos à academia e acadêmicos?
- Como o corpo está situado na tensão que se estabelece na relação entre candidatos à academia e acadêmicos?

Estas são algumas questões que tentaremos responder nos capítulos que se seguem. Para isto, uma teia de conceitos teóricos nos ajudará a compor nosso olhar analítico sobre os 12 editais de seleção originados dos cursos de pós-graduação em nível de

² Essa perspectiva de uma linguagem criadora da realidade está ancorada no dizer de Oliveira (2001, p. 166) e será melhor desenvolvida nos capítulos seguintes.

³ Inicialmente chamamos atenção do nosso leitor para o fato de que em vários momentos no nosso texto utilizaremos os termos Dispositivos dos Editais, Voz institucional ou Autoridade acadêmica, todos eles utilizados enquanto Ato ilocucional, da ordem da ação do dizer em direção ao que seja feito (ato perlocucional).

mestrado/doutorado de Linguística e Sociologia das duas únicas universidades públicas de Fortaleza. A Teoria dos Atos de fala, como concebida pelo filósofo da linguagem John Langshaw Austin ([1962] 1990); os conceitos de campo, *habitus*, *illusio*, dominação simbólica, violência simbólica, reprodução de corpos e rituais de instituição – princípios conceituais tomados de empréstimo do sociólogo Pierre Bourdieu (1982, 1983, 2001, 2004, 2007, 2011); e a Teoria do Implícito, do linguista Oswald Ducrot (1972), a compreensão de Eni Orlandi (2002) das “formas do silêncio”. Portanto, são estes os principais autores que compõem o aparato desta pesquisa. Baseamo-nos também na perspectiva do paradigma emergente da pós-modernidade de Boaventura de Souza Santos (2006, p. 76) para justificar nossa escolha em trabalhar com teóricos das ciências sociais e da linguística para nos nortear no desenvolvimento desta pesquisa:

“A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro um dos outros. Ao contrário do que sucede no paradigma atual, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces”.

O “trânsito” de candidatos à academia na relação simbólica com o acadêmico tem sua orientação em um conjunto de dispositivos – desde editais que anunciam a seleção até o processo de “provas” avaliativas – que vai organizando as ações desses sujeitos no processo de seleção de mestrado. As regras⁴ inscritas/circunscritas e incorporadas por candidatos à academia presentes nos editais de seleção de mestrado funcionam como matriz de valores, de comportamentos e de percepções (*habitus*). Na condição de atores sociais inseridos em um campo específico (academia universitária), os candidatos são condicionados por regras que organizam esse campo, posições que os levarão a ser portadores de determinadas disposições, que podem ser aceitas ou questionadas ou discutidas, ou seja, um “jogo” a ser jogado (BOURDIEU, 2010).

A motivação para produzir a discussão que segue, contudo, não foi apenas de desenvolver um estudo procurando estabelecer bases epistemológicas que problematizem cientificamente a tensão na relação entre candidatos à academia e acadêmicos, mas também de levar para dentro da sala de aula da universidade, para congressos e grupos de estudo, uma

⁴ Ao expor regras em seleção de mestrado não estou negando que relações sociais pressupõem regras, tais como regras de trânsito, seleção de candidato a um emprego em uma empresa. A que estamos nos aplicando são regras do “campo universitário” (BOURDIEU, 1998; 1982), campo com específico capital simbólico, a ser tratado mais adiante.

reflexão que até então estava relegada aos corredores e cantinas da universidade, ou seja, resumida a uma empiria que não teria pelo seu caráter informal nenhuma base de sustentação metodológica para promover debates que entrassem na agenda de discussões da academia. Esta pesquisa pretende promover, deste modo, um encontro entre episteme e empiria, criando assim condições de problematização, senão de desestabilização de suas disposições:

1. dos sentidos que fazem com que a tensão entre candidatos à academia e acadêmicos seja percebida como natural;
2. de possíveis diferentes modos de diminuir a assimetria verificada nas práticas de poder em seleções acadêmicas de mestrado.

Apesar de fazermos a escolha de analisarmos relações simbólicas entre avaliador e avaliado em processos de seleção de mestrado apenas dos cursos de Linguística e Ciências Sociais, fazemo-lo por entender que o fenômeno que buscamos analisar não está isolado em sua realidade social, mas que possui múltiplas outras relações em outros programas de pós-graduação que vivenciam suas experiências. Nosso estudo é sobre um fenômeno social situado, sem foco generalizador, enfim, com um corte epistemológico-contextual. Toda nossa análise centra-se em uma preocupação que é a de entender a tensão – configuração da “violência simbólica” – no escopo das seleções de mestrado/doutorado, de tal sorte que ela se torne compreensível, inteligível ao nosso leitor.

Uma pesquisa realizada em 8 sítios eletrônicos com produções acadêmicas em Ciências Sociais e Linguística (cujos trabalhos estão disponíveis nos sites desses centros)⁵ foi feita, em que se buscou encontrar trabalhos científicos que dialogassem de algum modo com o objeto desta pesquisa. Foram encontrados artigos com discussões bem avançadas em torno da temática do poder na academia, mas em nenhum deles foi problematizada a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos. Ao fazer um recorte de um universo social particular de um campo específico (acadêmico), acreditamos que esta pesquisa irá preencher

⁵ ANPOLL. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/portal/>>. SCIELOBrasil. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/>>. ABRALIN. Disponível em: <http://www.abralin.org/index.php?option=com_content&view=category&id=39&Itemid=93>. BVCS. Disponível em: <<http://www.bibvirtuais.ufrj.br/cienciassociais/>>. CCSA. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/revista.htm>>. ANPOCS. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/index.php>>. CAOS. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/atu.html>>. Todos os sites listados acima foram acessados em: 8 fev. 2013.

uma lacuna ao inaugurar uma discussão sobre as tensões que subjazem à relação simbólica entre o sujeito candidato e o sujeito acadêmico em seleções de pós-graduação *stricto sensu*.

Embora esta pesquisa tenha sido motivada por uma tomada de posição que parte de um olhar subjetivo para um caminho objetivante, ela também:

“Está implicada no fato de situar esses pontos de vista no espaço das tomadas de posição e relacioná-los às posições correspondentes, isto é, ao mesmo tempo destituí-los de sua pretensão “absolutista” à objetividade (ligada à ilusão da ausência do ponto de vista) e também de explicá-los, dar-lhes razão, torná-los compreensíveis, inteligíveis” (BOURDIEU, 2004, p. 45).

Dito de outro modo, sabemos que o cientista não pode renunciar à própria prática enquanto agente social, pois não abre mão de percursos tanto subjetivos quanto objetivos. Essa “renúncia” a certo grau de objetividade se deve, dentre outros motivos, ao fato de que “os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento” (NAGEL *apud* SANTOS, 2006, p. 36). A postura política que deve ser assumida pelo pesquisador quando diante de suas análises não escapa a um comprometimento ético com as fontes que lhe asseguraram uma informação. Não é uma tarefa fácil, certamente, aliar compromisso ético à análise de vozes (institucionais) que podem desestabilizar um *status quo* e, ao mesmo tempo, conduzir a argumentações para atender ao nível de exigência junto ao rigor que a academia demanda.

Uma vez inserida em uma linha de pesquisa intitulada “Estudos Críticos da Linguagem”, cujas pesquisas articulam um saber que objetiva uma intervenção no mundo, transformação do homem através da linguagem (espaço em que identidades e realidades sociais são construídas e desconstruídas), esta pesquisa se esforça em contribuir com um projeto de fazer ciência ao procurar: entender a tensão que possa contribuir com a configuração de elementos que evidenciem o fenômeno “violência simbólica” e sugerir práticas de poder diferentes que objetivem diminuir a assimetria na relação simbólica de poder que se estabelece entre candidatos à academia e acadêmicos.

Apresentamos um breve resumo dos capítulos desta pesquisa no intuito de que nosso leitor seja introduzido às questões que serão apresentadas no texto que segue: nos capítulos 2 e 3, revelamos os “colaboradores” desta pesquisa. Para promover uma análise da linguagem inscrita nos Editais, uma apresentação é feita dos principais conceitos utilizados

para nos ajudar a ter um olhar crítico diante dos dados⁶. No capítulo 4, tentamos estabelecer um diálogo entre as principais teorias linguísticas e sociológicas utilizadas nos capítulos anteriores. O capítulo 5, da metodologia, buscará apresentar para nosso leitor de que modo a análise dos dados foi conduzida. O capítulo 6 traz a discussão em torno dos dispositivos dos Editais em três perspectivas possíveis de configuração da “violência simbólica”. Nos subitens 6.1, 6.2 e 6.3, nosso leitor deparar-se-á com uma discussão em que se buscou um engajamento com o rigor e a observação aos critérios analíticos que não podem escapar a uma pesquisa científica. E, por fim, a última parte deste trabalho, as Considerações Finais, em que apresentaremos o resultado das apreciações empreendidas pelo diálogo entre teoria e dados.

⁶ Tomamos emprestado de Oliveira (2001, p. 168) o sentido de crítico que aqui empregamos: “Que significa, então, dizer que a análise da linguagem é crítica enquanto teoria dos atos de fala? Uma resposta possível é: é crítica na medida em que tematiza as condições de realização dos atos de fala”.

2. PERFORMATIVIDADE E LINGUAGEM

O filósofo inglês John Langshaw Austin (1911-1960) mobilizou – ao longo da atividade que exerceu como professor na Universidade de Oxford – uma filosofia da linguagem que resgatou a posição do sujeito na relação com o objeto de que fala, inaugurando deste modo uma visão performativa de linguagem (OTTONI, 1998). O expoente mais expressivo da filosofia da linguagem ordinária⁷ acreditava que a análise filosófica da linguagem deve se orientar não por uma teoria do significado, como acreditavam os filósofos analistas, mas por uma teoria da ação (AUSTIN, [1962] 1990). Deste modo, Austin propõe o desaparecimento das fronteiras que separam o campo linguístico do campo filosófico.

Na sua obra capital, *How to do things with words* (AUSTIN, [1962] 1990) – compilação de conferências proferidas em 1955, na Universidade de Harvard, EUA –, encontramos uma nova perspectiva acerca da linguagem. Podemos levantar nessa obra duas problemáticas: distinção entre enunciados constativos e performativos e classificação dos atos performativos.

Na problemática dos enunciados constativos e performativos, as proposições constativas ou orações declarativas (e não descritivas, se concordamos com a ideia de que a descrição é apenas uma das funções desses enunciados) são aquelas que descrevem fatos no mundo e que podem ser verdadeiras ou falsas. Austin faz nessa primeira etapa do livro uma crítica àquilo que ele chamou de *falácia descritiva*: “por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão somente o de “descrever” um estado de coisas, ou declarar um fato, que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 20). O que significa dizer que há mais na linguagem do que apenas designar ou informar fatos do mundo. Para ele, portanto, falar não é apenas descrever o que pensamos, pois, quando falamos, fazemos certas coisas; ao dizer, por exemplo, “eu prometo ir ao cinema com você”, estou não só fazendo algo a mais que simplesmente predizer que irei ao cinema, mas também dizendo algo além de como as coisas são; na verdade eu estou fazendo uma ação de linguagem. Esta passa a ser considerada em sua natureza enquanto “performance” ou seja, uma forma de realizar atos (atos de fala).

⁷ Movimento filosófico surgido na década de 1930 na Universidade de Oxford, que defendia o abandono da noção de língua como um cálculo formal em contraponto à perspectiva de linguagem em que o significado é extraído do seu uso no cotidiano, no dia a dia, a partir da interação entre diferentes sujeitos.

No caso dos atos performativos, estes podem ser felizes ou infelizes, dependendo das condições dadas para a execução desses atos em um dado momento. De acordo com Oliveira (2001, p. 154), “os atos que executamos por meio dos enunciados performativos executam ações convencionais, ou seja, são executados na medida em que cumprem normas intersubjetivamente estabelecidas”. Quando um padre, por exemplo, celebra um casamento, dizendo “Eu vos declaro marido e mulher”, para que essa afirmação torne os dois casados, é necessário que aquele que enuncia tal afirmação seja verdadeiramente investido de um poder institucional para que tal ato se realize, que seja efetivado e que também os noivos aceitem e concordem. Dito de outro modo, “os proferimentos performativos definem uma dimensão essencialmente pública e dialógica da linguagem, pois servem para executar atos que se definem: (1) “pela relação palavra/norma social e (2) pela relação palavra/interação” (ALMEIDA *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 154). Para Austin, quando um enunciado é pronunciado em condições inadequadas, elas não são falsas nem verdadeiras, mas nulas, sem efeito algum, elas simplesmente fracassam no seu intuito de realizar determinado ato de fala.

A partir da quinta conferência Austin ([1962]1990, p. 58-59), tentando ao modo de uma análise filosófica para a linguagem encontrar critérios que servissem para uma diferenciação clara entre os dois tipos de enunciados, sugere que a distinção entre ambos não se sustenta:

“[...] pelo menos de alguma maneira, existe o perigo de que se anule a distinção entre proferimentos constataivos e performativos que tentamos estabelecer no início [...] as considerações de felicidade e infelicidade (*que caberiam aos performativos*) podem infectar as declarações [...] e as considerações de falsidade e verdade (*que caberiam aos constataivos*) podem infectar performativos [...] Temos, então, que dar mais um passo à frente no deserto da precisão comparativa. Devemos perguntar: há alguma forma precisa para distinguir o proferimento constataivo do performativo?” (grifos nossos).

Parece-nos que Austin faz crescer um argumento de que não existem de fato proposições que apenas representam e descrevem o mundo, porquanto todas não deixam de ser uma forma de ação. Ele passa a defender que mesmo os atos constativos ou declarativos são performativos. Vejamos o exemplo de uma sentença declarativa “A casa é azul”: podemos afirmar se ela é verdadeira ou falsa, se há uma correspondência no mundo sobre essa sentença, no entanto Austin considera que há aí um ato, o ato de afirmação – “Eu afirmo que a casa é azul”:

“Ao pensar a linguagem por esta marca, Austin postula que todo dizer é um fazer. A performatividade não é, portanto, um privilégio apenas de certos tipos de enunciados. Tal constatação faz da teoria dos atos de fala uma visão performativa da linguagem” (FERREIRA, 2007, p.47).

Ao propor uma visão performativa da linguagem, Austin está propondo ainda o rompimento da distinção entre sujeito e objeto no estudo da linguagem. Ele coloca sujeito e objeto em uma relação, ou seja, sujeitos são responsáveis pelas análises feitas dos seus objetos. Ao expor a intencionalidade de cada sujeito, este autor coloca em xeque as condições de verdade das afirmações dos sujeitos. Com o desmoronamento da distinção entre constativo/performativo, tornamo-nos ‘carentes’ de uma explicação em como pensar a linguagem como uma ação humana, um modo de agir no mundo. Vejamos na seção a seguir.

2.1 Um dizer que é fazer: ato locucionário e ilocucionário

No oitavo capítulo da obra *Quando dizer é fazer* ([1962]1990), Austin, após demonstrar que não seria fácil distinguir proferimentos constatativos de performativos, sugere que todo proferimento (que agora é concebido como ato de fala) realiza, simultaneamente, tipos de atos de fala. O primeiro, **ato locucionário**, se constitui como um ato *de* dizer algo, o que inclui o proferir de certos ruídos, de certas palavras em determinada construção, e com um certo ‘significado’ no sentido filosófico da palavra (AUSTIN, [1962] 1990). Ao considerar o ato locucionário outra dimensão do ato de fala, Austin nos leva ao segundo tipo de ato, o **ato ilocucionário** – aquele que diz algo, faz algo como informar, ordenar e prevenir dentre outros. Mas o que significa que dizer algo é fazer algo?

De acordo com Oliveira (2001, p. 159), o ato ilocucionário é aquele que “se executa na medida em que se diz algo, isto é, na medida em que se executa um ato locucionário”. Para este autor, não podemos separar o ato locucionário do ato ilocucionário. Ou seja, ao dizer algo, eu faço algo, eu executo uma ação. Ele afirma ainda que em muitos casos a força do ato ilocucionário não é explícita e que só pode ser explicitada por meio da consideração do contexto (OLIVEIRA, 2001). Portanto, a força ilocucionária, a força de um dizer não depende apenas do “uso” de determinadas palavras pelos falantes, há que se considerar ainda que,

“[...] as convenções referentes ao contexto e aos papéis dos falantes nesse contexto são essenciais para a possibilidade e o sucesso do ato ilocucionário, e esse contexto pressupõe necessariamente a existência de instituições e

práticas sociais relacionadas a valores e interesses, embora sua incidência sobre esses atos possa ser indireta... é apenas num contexto institucional, em maior ou menor grau, que determinado ato ilocucionário pode vir a se constituir em um ato ilocucionário” (MARCONDES *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 159).

Quando temos, por exemplo, em *site* de um programa de mestrado o anúncio da abertura de inscrições para o processo seletivo “Declaro abertas as inscrições para a seleção de novos candidatos ao programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do ano de 2011”, esse enunciado é proferido por uma voz institucional ou instituída de poder, seja esta voz a do reitor de uma universidade ou do coordenador de um curso de pós-graduação; não teria, contudo, “validade” se fosse pronunciada por uma voz não representativa de uma instituição universitária. Temos nesse enunciado o “proferimento de um performativo explícito, “declarar” no sentido institucional, em que o ato realizado tem a força ilocucionária da declaração e a sessão [*seleção*] encontra-se aberta a partir deste proferimento” (MARCONDES, 2006, p.226, grifos nossos). Marcondes considera ainda que, mesmo que houvesse a omissão do verbo “declarar”, na primeira pessoa do indicativo e se a oração fosse apenas “Estão abertas as inscrições para a seleção...”, ainda assim o performativo é realizado. Devemos considerar que, para que este ato ilocucionário se realize, é necessário que aquele que o escuta, reconheça ali uma autoridade, para a validação de seu ato. Dito de outro modo, é preciso considerar o lugar de onde determinados enunciados são proferidos e a que público é dirigido, pois só a partir da observação dessas condições podemos enxergar a validade de um ato ilocucionário específico. Concordamos com Ottoni (1998, p. 91), portanto, quando afirma que:

“[...] o sujeito vai se constituir não somente através das palavras, mas também nas circunstâncias nas quais elas são empregadas [...] numa visão mais forte da visão performativa o que vai importar não é o que o enunciado ou as palavras significam, mas as circunstâncias de sua enunciação, a força que ela tem e o efeito que ela provoca”.

Austin ([1962]1990), na tentativa de constituir classes de verbos que viessem a compor uma espécie mais geral de “família de atos de fala”, dividiu em grupos de cinco verbos que viessem a dar conta de proferimentos em função de sua força ilocucionária:

1. Veriditivos; caracterizam um veredito, geralmente utilizado por juízes, árbitros. “Constituem essencialmente o estabelecimento de algo – fato ou valor – a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil de estar seguro” (AUSTIN [1962] 1990, p. 123). Exemplos: avalio, torno, analiso.

2. Exercitivos; marcam o exercício do poder, de direitos. Exemplo: exijo, anuncio, declaro aberta.
3. Comissivos; caracterizados pela promessa ou pelo comprometimento com algo. Exemplo: prometo, me comprometo, garanto.
4. Comportamentais; ligados a atitudes e comportamento social. Exemplo: peço desculpas, agradeço, felicito.
5. Expositivos; os mais difíceis de definir segundo Austin (*idem*, p. 124), e “esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa, como estamos usando as palavras”. Exemplo: informo, concedo, declaro.

O filósofo linguista declarava textualmente não estar contente com a classificação proposta. Foi cuidadoso em mostrar para seus leitores a impossibilidade de distribuição de verbos em classes, dado a quantidade verificada no léxico inglês:

“Vamos, pois, usar com cautela o teste simples da primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa e recorrendo ao dicionário (basta um pequeno), animados por um espírito liberal, obteremos uma lista de verbos na ordem de 10 à terceira potência [...] só levarei os leitores para uma voltinha, ou melhor, para alguns tropeços” (AUSTIN, [1962]1990, p. 122-123).

Reforçamos aqui a tese de que a força de um ato ilocucionário se torna mais visível, eficaz, quando olhamos para as circunstâncias em que são pronunciadas. A força do ato ilocucionário, portanto, reside não nas palavras que aí são proferidas, mas em um conjunto de convenções sociais que validam um dizer (ato locucionário) que é fazer (ato ilocucionário)⁸. Mas a força do ato ilocucionário provoca efeitos. Vejamos.

2.2 O dito que é sentir: ato perlocucional

Atos perlocucionários ou perlocucionais produzem certos efeitos ou consequências naqueles com os quais se está falando, ou seja, esse ato é uma ação realizada *por* se dizer algo. Quando dizemos algo, algo é feito. Este algo consiste em convencer,

⁸ Austin deixa claro no oitavo capítulo do livro *Quando dizer é fazer* ([1962]1990) que o ato ilocucionário não é uma consequência ou um efeito do ato locucionário mas que estes são executados em um mesmo ato de fala. Austin conclui que ao dizer algo, estamos realizando atos locucionários e ilocucionários.

advertir, agradecer, informar. Quando digo para o garçom em um restaurante “O prato está sujo”, o efeito dessa oração é provocar no garçom o ato de retirada ou de troca daquele prato por outro. Gomes (2009, p. 8) fala da impossibilidade de categorizarmos atos perlocucionários, pelo seu caráter subjetivo:

“A perlocução expõe o fato de que as consequências de um ato de linguagem, ou melhor, seus significados, não são *previamente* determinados, adquirindo sentido, apenas, no contexto da enunciação, através da atitude responsiva, digamos assim, do sujeito-outro (do interlocutor) da interação, quer dizer, é somente quando nosso interlocutor reage ao nosso ato de fala que poderemos verificar que sentido, que significado, esse ato adquiriu. Em outras palavras, numa interação o nosso interlocutor pode ser visto como um índice sensível daquilo que significam nossas palavras”.

Deste modo, medir os efeitos que atos perlocucionários produzem a partir de esquemas objetivos de classificação não é possível, pela própria natureza dos atos perlocucionários. Para Ricoeur (1997), o ato perlocucionário é na linguagem (discurso) o que é menos linguagem, pois seus efeitos não estão necessariamente circunscritos na linguagem, mas nas consequências geradas pelo que é dito:

“É o discurso enquanto estímulo. Neste caso, o discurso age, não pela trucagem do reconhecimento, por meu interlocutor, de minha intenção, mas, de certa forma, de um modo energético, por influência direta sobre as emoções e as disposições afetivas do interlocutor. Assim, o ato proposicional, a força ilocucionária e a ação perlocucionária tornam-se aptos, numa ordem decrescente, à exteriorização intencional que torna possível a inscrição pela escrita” (RICOEUR, 1997, p. 48).

Consideramos que a força do ato ilocucionário é efetivada por um conjunto de práticas sociais convencionadas que regem a execução deste ato, porém o mesmo não ocorre com os efeitos perlocucionários, pois estes não dependerão de convenções sociais para serem realizados, mas das emoções que alguns proferimentos podem ou não causar. Quando afirmo, por exemplo, “Eu vou processar você”, é possível que o interlocutor não reconheça nesse enunciado uma intimidação, mas possivelmente uma brincadeira (se for dito por uma criança de 12 anos, por exemplo); deste modo, o efeito perlocucionário esperado não é sentido. Advogo deste modo que este tipo de ato não é consequência direta da intenção do sujeito que pronuncia a ilocução, não é, portanto, uma relação de causa e efeito. Vale considerar ainda que o sujeito que executa o ato ilocucional pode não ter total consciência e clareza (ainda que seja pronunciado não mais por uma criança de 12 anos, mas por um adulto) dos efeitos que seu dizer pode produzir no seu interlocutor. Defendemos ainda a ideia de que o efeito esperado pelo sujeito falante venha a ser exatamente o oposto daquele que é sentido pelo seu

interlocutor. O sujeito falante pode ter a intenção de apenas intimidar seu interlocutor, porém o efeito pode vir em forma de agressão física. Estamos, como vemos, no campo dos afetos, no campo da subjetividade, em que pouco se pode afirmar com precisão. É o objetivo (palavra) produzindo efeitos subjetivos (emoções) que provocam ações esperadas.

A “posição sócio-contextual” dos (inter)locutores é decisiva para validar o efeito (per)locucional. Se na teoria dos atos de fala o “inter-” é fundamental, pois indica interação, o “per-” de per-locução ainda o é mais, pois se dirige ao outro, ao sujeito social, em seu contexto e com suas emoções – é a linguagem enquanto prática social.

A teoria dos atos de fala nos ajudou em nossa análise a ver dispositivos de editais de seleção de mestrado/doutorado na perspectiva de ato ilocucionais. Austin([1962]1990) nos fez entender ainda as consequências (ato perlocucional) que a enunciação de determinados enunciados podem provocar nos interessados em participar de seleções.

No subitem seguinte, a teoria dos atos de fala austiniano é apresentada na perspectiva de uma “ampliação” de sua compreensão a partir dos sentidos que não subjazem a um texto na forma explícita, mas que nem por isto deixam de ser esboço de uma dizer que é fazer.

2.3 Outras formas de dizer: o dito não-dito e o dito

Partindo da ideia de que os sentidos das coisas não nos são dados, nem pelo contexto linguístico em que são ditos (manifestação pela/na materialidade linguística), e nem por aqueles não ditos (mas recolhidos pelo/no contexto social), não condicionamos os sentidos do que é dito/não dito a cristalizações operadas na mente dos sujeitos, mas certamente não podemos negar que obedecem a um certo processo de estabilização, até porque “A noção de discurso social é, pois, função do horizonte imaginário social já produzido” (ORLANDI, 2002, p. 113). É o que nos lembra Austin ([1962] 1990): dizer é fazer; e, como tal, é um ato que se realiza, produzindo sentidos. E no caso de um não dizer, em nível da pressuposição, não poderia também ser considerado um ato constituído e construtor de sentidos?

As condições de existência da linguagem estão circunscritas no encontro entre diferentes sujeitos. Deste modo, os sentidos são parte de um processo de negociação entre

estes sujeitos ou, muitas vezes, parte de um “programa” de imposição de verdades verificado pela posição que os sujeitos ocupam nessa relação. E na medida em que um dos temas principais de nossa pesquisa é o poder simbólico e a dominação simbólica, pensar na questão de implícitos, pressupostos e subentendidos no processo de negociação entre sujeitos se faz esclarecedor na constituição de sentidos sociais.

2.4 Dizer que não é dizer: implicitação

Diante das prerrogativas no item anterior, alio pressupostos de Ducrot aos já ditos a respeito de Austin. Dois motivos me motivaram a tal juntura: primeiro, porque as fronteiras entre semântica e pragmática podem ser consideradas, como por alguns estudiosos, muito tênues; segundo, porque ambos os autores se preocupam com a enunciação comunicativa, Austin pela prerrogativa da performatividade do ato de fala e Ducrot pela pontuação de que a língua é mais do que “um simples código, pois ultrapassando a visão saussuriana, [...] não é constituída de significados restritos e homogêneos; ela não é um instrumento de comunicação fechado” (FREITAS, 1999). Segundo Ducrot (1972, p. 12), a língua é “considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo que se confunde com a existência cotidiana”. Ducrot, portanto, também tende a negar a fixidez de normas e regras que engendram sentidos na prática comunicativa entre indivíduos, dando a entender que não existe deste modo uma linearidade nos significados: “os sentidos não obedecem o que é dito no código é totalmente dito, ou não é dito de forma alguma” (DUCROT, 1972, p. 13).

Ducrot (1972) apresenta uma escala em guarda chuva para os sentidos das nomenclaturas *implícito*, *subentendido* e *pressuposto*. Na realidade, é o termo “implícito” que guarda a chave da diferença entre “pressuposto” e “subentendido”, aos quais nomeia de “implícito pressuposto” e “subentendido”. Tanto pressuposto quanto subentendido seriam derivações do conceito de implícito: no pressuposto haveria marca manifestada na matéria linguística; nos subentendidos os sentidos, sem presença materializada, estariam ‘inscritos’ na interação e conhecimento social entre os interlocutores, partilhados ou não. E é a partir do implícito (agora sem uma divisão categorial entre pressuposto e subentendido), que se busca o não dito no discurso. Essa não separação categorial⁹ se justifica em nossa análise, pois é através do dito que é possível chegar ao não dito, cujas pressuposições e/ou subentendidos são

⁹ Desde momento em diante, a utilização dos termos pressuposto, implícito e/ou subentendidos estará a serviço da argumentação do dito dito e do dito não dito, sem uma proposta de conceitos diferenciadores específicos.

da ordem da implícito, ou seja, não só se reduz ao explícito na matéria linguística, como também não é apenas uma dedução de sentido aleatória:

[...] o implícito não deve ser procurado no nível do enunciado, como um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo, como uma condição de existência do ato de enunciação (DUCROT, 1972, p.17).

[...] implícito é o que os fatos implicam: ele me disse x: ora, x implica y ; logo, ele me disse y (DUCROT, 1972, p. 20).

E retornando a relação entre Austin e Ducrot (1972, p. 20, *itálico acrescido*), a “implicação” não é encontrada, e sim reconstituída, logo “permite [...], portanto, *fazer sem ter dito*”.

E, adiantando um pouco nossa teia teórica, para além de Ducrot (1972) e Austin ([1962]1990), apontando para Bourdieu (1998), perguntamo-nos: se linguagem é ato de fala, comunicação, enunciação, também pode ser considerada “instrumento” de dominação? Dito de outro modo, o “implícito pressuposto” é um dos aspectos que torna a “dominação simbólica”¹⁰ uma relação de agenciamento eficaz, ancorada, de certo modo, em uma não “clareza/transparência” na identificação do agente que exerce a dominação? Deste modo, a “dominação simbólica” acabaria por estar diluída, velada, desfigurando possibilidades de se visualizar um rosto que lhe denuncie? Na sentença “Ela é uma negra linda”, pressupõe-se que nem todas as negras são lindas. Mas por que não falamos, por exemplo, “Ela é uma branca linda”? Podemos inferir, nesse caso, que a dominação exercida historicamente pela raça branca sobre a negra acabou por naturalizar um discurso em que não é mais preciso nomear, o que por pressuposto já é aceito como tal – naturalizado –, apenas restando o sentido de quem é o dominado: “nem todas as negras são lindas”. Podemos afirmar, nesse caso, que a estabilidade de determinados sentidos presentes em pressupostos reproduzidos no discurso do senso comum acaba por marcar “inconscientemente” o reforço de um preconceito presente na forma linguística, engendrada por um discurso dominante. Para ilustrar essa ideia, Soares (2009, p. 5) faz uma interpretação da pressuposição em Ducrot, consoante ao que argumentamos:

“Segundo Ducrot a pressuposição é um ato de linguagem particular, e os pressupostos são os conteúdos semânticos por este visados. Ele a considera como um ato ilocucional, pois o ato de pressupor determina as possibilidades de fala do interlocutor. Nesse contexto comunicativo, a pressuposição pode

¹⁰ A “dominação simbólica” é um conceito elaborado por Pierre Bourdieu (2007), cujos pressupostos teóricos serão mais adiante discutidos.

ser utilizada como um instrumento interessante, capaz de influenciar ou persuadir os participantes do discurso. Portanto, a pressuposição é um ato ilocucional que pode servir para fins perlocucionais”.

Ratificamos, então, que aquilo que está pressuposto também tem efeito de provocar uma ação e de executar mesmo uma ação. Para entendermos os sentidos implícitos de um enunciado, devemos levar em consideração que a mensagem produzida é direcionada a um ouvinte que tem “interesse” em ouvir tal mensagem. Um exemplo disto é o fato de a leitura de um edital de seleção de mestrado do programa de Bioquímica da UFC despertar pouco ou nenhum interesse nos alunos de graduação do curso de Letras¹¹. Ou seja, aquilo que é dito obedece a um fim, parte de uma motivação. Ainda de acordo com Ducrot (1972, p. 16), o que está implícito nos enunciados “não expressa uma afirmação necessária para a completude ou para coerência do enunciado, afirmação a qual a sua própria ausência confere uma presença de um tipo particular: por uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas”. Este autor afirma ainda que cabe ao destinatário da mensagem preencher essa lacuna. Logo, no sentido empregado pelo destinatário da mensagem – construído também pelo que não foi dito explicitamente –, leva-se em consideração o contexto em que foi dito e por quem tal enunciado foi pronunciado. E novamente Ducrot se encontra com Austin, pois, para que atos ilocucionários tenham a força de produzir efeitos perlocucionais, é fundamental levar em consideração as condições em que determinados enunciados são proferidos; haja vista, segundo Ducrot (1972, p. 21), o estabelecimento da diferença entre significação implícita e significação literal, ou seja, uma diferença que:

“Baseia-se apenas no esquema de argumentação que permite passar da segunda à primeira e não observa se o implícito corresponde a uma intenção do locutor ou a uma simples interpretação do destinatário [...]. Trata-se agora, de considerar não mais as formas de *démarches* discursivas, mas o lugar em que operam”.

Mas é preciso reforçar que pressupor é considerar que “algo foi dito”, sem que necessariamente tenha sido dito “explicitamente”, e que nem por isso possua força menor de fazer com que o destinatário da mensagem aja como se houvesse ouvido algo totalmente claro e objetivo; ou seja, o pressuposto pode tender a operar na direção de um discurso que é constituído na intermediação daquilo que se diz (disse) e naquilo que se quis dizer, ou ainda dito de outro modo, “graças ao fenômeno da pressuposição, torna-se assim possível dizer

¹¹ Devemos considerar ainda que este é um discurso elaborado (edital), destinado a um grupo social específico que, portanto, tem melhores condições de ser compreendido – pelo fato de ali já existirem sujeitos familiarizados/adaptados com a linguagem utilizada neste campo (bioquímica e áreas afins).

alguma coisa como se ela não fosse dita, possibilidade que nos leva a situar a pressuposição entre as formas do implícito” (DUCROT, 1972, p. 32)¹².

A nosso ver, Orlandi (2002, p. 182) contribui com a teoria da pressuposição ao propor a “ilusão de transparência” do sentido na materialidade linguística do discurso, pois no discurso habitam relações de força que já são da ordem da ideologia:

“É pela noção de materialidade que podemos intervir na *ilusão de transparência* (efeito de literalidade) pensando a língua como um sistema, não de formas abstratas, mas material, ou seja, espaço de manifestação das relações de força e de sentidos que refletem os confrontos de natureza ideológica”.

E um bom exemplo que justifica juntarmos atributos ideológicos à constituição da pressuposição está na capa da revista *Newsweek* de 21 de maio de 2012 (cf. Figura 1, abaixo)¹³. A capa do periódico traz a imagem do presidente norte-americano Barack Obama, ornado com uma auréola com cores do arco-íris (símbolo representativo do movimento gay), e abaixo à imagem do rosto de Obama a frase *The first gay president* (O primeiro presidente gay).

Tais configurações de um discurso multimodal (linguístico com imagético) podem levar a um pressuposto banal, senão naturalizado, de que o poder só pode ser preenchido pela figura (a imagem¹⁴) representativa da opção heterossexual. E não é à toa que o discurso sincrético se torna notícia: “Barack Obama é o primeiro homem da história dos Estados Unidos que não gosta de mulher e que gosta de homem”.



Figura 1: Barack Obama na capa da Revista Newsweek, Maio de 2012.

¹² Vide a nota de rodapé em que colocamos as nomenclaturas implícito, pressuposição e subentendido no mesmo patamar argumentativo.

¹³ Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/newsweek/2012/05/13/andrew-sullivan-on-barack-obama-s-gay-marriage-evolution.html>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

¹⁴ Barack Obama é casado com a também norte americana Michele Obama, com duas filhas.

Mas, que configurações caracterizariam essa pressuposição? Primeiro, devemos abandonar a ideia de literalidade se quisermos acessar os significados em um discurso de natureza implícito-ideológica. Se concordarmos que “o implícito não é encontrado, mas reconstituído” (DUCROT, 1972, p. 20), devemos considerar o contexto em que as coisas são ditas, por quem são ditas, em que tempo e espaço são proferidas e as condições que levaram ao seu pronunciamento, investigando os efeitos que tal enunciado pode vir a produzir ao ser lido por um incontável número de indivíduos dentro e fora dos Estados Unidos¹⁵, ou seja, o implícito tem que ser verificado no campo social em que foi produzido. Definindo melhor a construção do pressuposto:

“Pode acontecer que queiramos beneficiar-nos da espécie de cumplicidade inerente ao dizer e, ao mesmo tempo, rejeitar os riscos ligados à explicitação. De um lado queremos que o ouvinte saiba que quisemos fazer que ele soubesse alguma coisa, e, de outro lado, garantimos, apesar de tudo, o poder de negar tal intenção. Esta exigência – vizinha da contradição (que aparece, caricatural, nos “incógnito” oficiais e enunciados) – não é seguramente uma manobra estilística, no sentido aqui dado a expressão, que poderá satisfazê-la. Ao contrário, tais manobras fundam-se numa condição de segredo: só podem ter sucesso quando não são reconhecidas, quando o destinatário não se dá conta do *ardil* da qual é objeto. Se podem permitir ao locutor negar ter dito, de fato, ele não o disse” (DUCROT, 1972, p. 24, *itálico acrescido*).

Na construção desse “ardil” de sentido, não é o caso debatermos sobre os direitos de proferir uma sentença não explicitamente, mas sim de questionar a utilização deste “método” para poder negar ao outro a reivindicação de um outro contexto de significação. Esse “ardil” linguageiro só foi possível devido ao caráter escorregadio inerente aos sentidos da linguagem, propiciando a construção da pressuposição, por sinal, carregada de ideologias – centro do poder maior, representante do imperialismo econômico global, cindido pela opção sexual que não faz parte dos atributos permitidos pelo centro hegemônico. Tal jogo de linguagem nos leva à ideia de que a pressuposição é alimentada e gerida ideologicamente pelos significados percebidos no interior do implícito, o que demonstra que a construção dos sentidos de linguagem (no caso, a pressuposição) não tem, necessariamente, relação direta com a literalidade de sentido construído. Tal jogo de linguagem nos mostra que a interpretação de sentidos, ainda que minimamente segura do que de fato é “verdadeiro”, pode construir um não dito por um dito e vice-versa. O produtor do discurso não escapa à dispersão

¹⁵ Disponível em: <<http://www.adtree.com.br/Newsweek.html>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

das múltiplas interpretações de sentidos, que podem fugir de suas intenções; ele deve, portanto, assumir um comprometimento ético com a sua construção de sentidos implícitos, pois a força de um ato ilocucionário pode desaguar em efeitos perlocucionais.

2.5 Formas de um dizer para não dizer: silêncio e eufemização

Chegando à proposta de um “dizer-fazer” que visa a um “não-dizer” (o que não quer dizer um “não-fazer”), detemo-nos na obra *As formas do silêncio*, em que Orlandi (2002) apresenta uma perspectiva particular do *silêncio*, o *silenciamento*¹⁶, tendo a *censura* enquanto configuração da política do silêncio. Vale a ressalva de que o silêncio de que inicialmente Orlandi (2002, p. 66) trata não é o silêncio na sua concepção mística, com forte relação com o sagrado, com as religiões, que funciona como uma espécie de tática de preparação da alma para viver experiências pessoais, ou seja, o silêncio não enquanto introspecção transcendental, mas sim como aquele que “torna possível toda significação, todo dizer [...] presente na constituição do sentido e do sujeito da linguagem”.

Desta feita, a autora oferece duas relações constitutivas das “formas de silêncio”: (a) silêncio e implícito e (b) silêncio e significação.

Na investida de relacionar os termos “silêncio” e implícito”, Orlandi (2002) recorre a Ducrot (1972) para quem o implícito: “é uma forma de domesticação do não dito pela semântica [...] se faz pela exclusão da dimensão discursiva e pela recusa da opacidade do não dito” (DUCROT *apud* ORLANDI, 2002, p. 67). Diferentemente do implícito, portanto, o silêncio não aponta para o dito e, embora permaneça sendo silêncio, ainda assim é capaz de significar. O silêncio, segundo a autora, não é mero complemento das palavras nem tão pouco a sua ausência, pelo contrário, o silêncio é a própria “condição da produção de sentido” (ORLANDI, 2002, p. 70).

E dentro da perspectiva de que silêncio significa, Orlandi (2002) traz à baila um percurso conceitual:

- (1) o “silêncio fundador”, que é “princípio, condição de toda significação [...], o que instala o limiar do sentido” (ORLANDI, 2002, p. 70), e, por conseguinte, é condição

¹⁶ Deixamos o registro que, antes da autora adentrar nesse aspecto *negativo* de silêncio, ela faz toda uma desconstrução desta perspectiva apresentando o silêncio enquanto encadeamento permanente do sentido; a palavra, o discurso deste modo, surge para quebrar, domesticar, regrar os múltiplos sentidos que o silêncio traz.

de existência da própria linguagem, que não se constitui apenas no seu aspecto gramatical;

- (2) o “silenciamento”, como uma *política do silêncio* definida “pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2002, p. 75). A autora sugere ainda que há uma relação sócio-histórica entre o dito/não dito e o poder-dizer, relacionando “silêncio fundador” a “silenciamento”: “pensando nessa contextualização em relação ao contexto fundador, podemos compreender a historicidade discursiva do poder-dizer, atestado pelo discurso” (ORLANDI, *ibid.*).

E por essa teia teórica sobre o silêncio, mais especificamente no que diz respeito ao “silenciamento” – silêncio constitutivo > silêncio local –, Orlandi nos possibilita explicar a gênese da construção dos sentidos e suas interfaces: “as políticas do silêncio” e a “censura”.

Na problematização da temática “silêncio” (ORLANDI, 2002), não há como deixar de se aproximar dos pressupostos bourdieusianos de “censura”, pois ambos os autores, Orlandi (2002) e Bourdieu (1983), de alguma forma, completam nossa proposta. Tanto que as palavras “silenciamento” e “censura” (empregadas aqui no sentido do senso comum como uma concessão ou não de fala: “Eu tenho a palavra”, “Eu lhe dou a palavra”) comungam o movimento de que a imposição do silêncio gera censura, como fruto de um agir monopolizante, ou seja, o *Santo Graal* está no centro de lutas empreendidas no interior de cada “campo”¹⁷ (movimento tensional entre dominantes e dominados). Ou ainda: “A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que do dizível *não* deve ser dito quando o sujeito fala” (ORLANDI, 2002, p. 79). E esse movimento de dominação – dominantes e dominados – nos leva às suas “formas simbólicas” de dominação:

“Toda expressão é um ajustamento entre um interesse expressivo e uma censura constituída pela estrutura do campo em que ocorre esta expressão, e este ajustamento é o produto de um trabalho de eufemização podendo chegar até o silêncio, limite do discurso censurado” [...] No interior de um campo restrito, a polidez é o resultado entre o que há a dizer e as coerções externas constitutivas de um campo” (BOURDIEU, 1983, p. 108).

Bourdieu (1983) sugere que os processos de eufemização se centram em uma preocupação com a forma e não com o conteúdo, ou seja, importando não o que se diz, mas a

¹⁷ Apesar da necessidade argumentativa de estar utilizando alguns pressupostos bourdieusianos, é no próximo item que elas serão detalhadas. Para efeitos de identificação, estas estarão apontadas entre aspas duplas.

forma como se diz. Mas, de que forma o discurso eufemizado contribui para o exercício da dominação simbólica exercida sob a forma da violência simbólica? Vejamos: “O discurso eufemizado exerce violência simbólica que tem como efeito interditar a única violência que ele merece e que consiste em reduzi-lo àquilo que ele diz, mas numa forma tal que é como se pretendesse não dizê-la” (BOURDIEU, 1983, p. 109). A eufemização não é meramente troca de uma palavra por outra, “é o discurso enquanto tal e é através dele que todo o campo funciona como instrumento de censura” (BOURDIEU, 1983, p. 110); ou melhor, não é um discurso específico que se constitui instrumento de censura, mas sim todo um território (“campo”) em exercício de censura – pois é nele que são distribuídos os “capitais simbólicos” que avalizam o poder do uso da palavra. Deste modo, entendemos que uma voz autorizada, portadora de “capital” acumulado, concedido por uma instituição e/ou grupo social – dotados de legitimidade – atua no “campo” ainda de forma a garantir os limites do uso da palavra:

“O campo exerce uma censura sobre o que verdadeiramente gostaria de dizer, sobre o discurso louco, *idios logos*, que ele gostaria de deixar escapar, e impõe-lhe que deixe apenas aquilo que é conveniente, que é dizível”. Ele exclui duas coisas: o que não pode ser dito. Dada a estrutura dos meios de expressão, o indizível, e o que poderia muito bem ser dito, quase demasiado facilmente, mas que é censurado, o inominável” (BOURDIEU, 1983, p. 110).

Ou seja, o próprio “campo” se apresenta enquanto esfera em que o silenciamento é prática legitimada pela voz autorizada – voz que compõe as regras, constituindo os regimes de exceção. Porém, ainda regurgitando a percepção de “*habitus*” enquanto matriz criadora (BOURDIEU, 1983) e nos valendo da própria perspectiva agente do silêncio (ORLANDI, 2002), a “aceitação” do silenciado não apaga o sujeito (agente) nessa relação. É no silêncio – em que, muitas vezes, as palavras silenciadoras do dominante não conseguem captar os ruídos da voz calada – que o sujeito (até então silenciado) pode trabalhar suas estratégias que venham reconfigurar e transformar as estruturas do “campo” ao qual ele pertence. Apesar do processo de eufemização e de silenciamento, o silêncio, mesmo sendo uma voz calada de um não dizer, continua no universo do fazer e do agir. Para Bourdieu (1983, p. 111):

“qualquer expressão é de certa maneira uma violência que só pode ser exercida por quem a exerce e só pode ser sofrida por quem a sofre devido ao fato de ser desconhecida como tal. E se ela é desconhecida como tal, é em parte porque é exercida pela mediação de um trabalho de eufemização”.

E Orlandi (2002) comprova o movimento ideológico da linguagem, seja em uma linguagem silenciada ou do silêncio, seja em uma articulada por matéria linguística,

movimento este que não deixa de ser constituído por um efeito escorregadio de construção, camuflagem e desconstrução de sentidos; ou melhor, os processos de eufemização e polidez corresponderiam a estratégias linguísticas que não (necessariamente) deixam de manter inter-relação de forças com as não linguísticas, a de uma voz calada. É, portanto, pela percepção de discurso ideológico que se chega, pela perspectiva de linguagem verificada nas teorias de Austin ([1962]1990), Ducrot (1972) e Orlandi (2002), a problematização da violência simbólica (BOURDIEU, 2001). O diálogo com a teoria destes autores nos possibilitou entender de que modo a tensão que advém (1) da imposição¹⁸ de regras e (2) contestação por parte dos candidatos nos dá a configuração da violência simbólica em processos de seleção de mestrado/doutorado.

¹⁸ Imposição que é legítima, pois é consentida. Candidatos aceitam pela inscrição a participar das seleções.

3. O "CAMPO" UNIVERSITÁRIO: PERSPECTIVAS BOURDIEUSIANAS

3.1 Prática acadêmica: regras e normas

Na obra *Homo Academicus* (2011), Pierre Bourdieu faz uma análise da estrutura e do funcionamento do campo universitário francês, problematizando as relações de poder entre intelectuais no sistema acadêmico do seu país. Nesse espaço, grupos sociais constroem seus discursos baseados em verdades objetivas¹⁹ que têm por finalidade legitimar a autonomia de um campo em relação a outros campos e em relação aos indivíduos no interior desse mesmo campo. Partindo desse universo particular, embora não diferente de outros espaços sociais (enquanto também organizado por estruturas estruturantes), Bourdieu (2011) questiona nessa obra como a academia consegue/conseguiu, através do seu discurso, elaborar um conjunto de verdades objetivas – que, muitas vezes, se pretendem universais – que se tornam aceitas e prestigiadas, senão naturalizadas. No seu escrutínio crítico, Bourdieu (1988, p. 6) não poupa nem a si mesmo como intelectual:

“Colocado diante do desafio que representa o estudo de um mundo ao qual se está ligado por todas as formas de investimentos específicos, inseparavelmente intelectuais e *temporais*, só se pode sonhar primeiramente com a fuga: a preocupação em escapar da suspeita de tomar partido leva a um esforço para desaparecer como sujeitos *interessado*, *prevenido*, antecipadamente suspeito de pôr as armas da ciência a serviço dos interesses particulares, para se anular como sujeito conhecedor recorrendo aos procedimentos mais impessoais, mais automáticos e, portanto, ao menos nessa lógica, que é a da *ciência normal*, mais indiscutíveis”.

A “arte” de fazer ciência parece estar assim, no dizer de Bourdieu, comprometida com os interesses que cada sujeito-cientista – ou grupo de sujeitos-cientistas – possui. Para o autor, negar essa ideia seria negar a própria condição de sujeito consciente de si. Não haveria, deste modo, um fazer ciência por fazer ciência, ou seja, um fazer científico abstrato, adâmico, sem contexto e situação em que sujeitos agem. Afirma que a prática acadêmica se constitui e caminha sob um “quadro” de normas, como exemplo, o *modus operandi* de produção científica que exige e estabelece um conjunto de normas e regras para garantir a “excelência”

¹⁹ Verdades objetivas estão ligadas ao sentido de verdades “verificadas” a partir do objeto (seja econômico, seja político, seja linguístico, etc.) que, na realidade, se constitui como objeto de disputa de verdade; verdade essa que é a própria construção de verdade.

da produção científica. No entanto, o dispositivo das normas²⁰ não se circunscreve apenas ao fazer científico do acadêmico, ele se expande para vários subcampos do campo universitário, tais como seleção de agentes administrativos, de acadêmicos, de candidatos à academia e assim por diante, manifestados em editais de seleção.

Contudo, tais regras dependem da situação em que se encontram os sujeitos que contornam ou habitam a academia, situação fundante para determinar os favorecidos e os desfavorecidos pelas regras. Na academia, podemos dizer que o privilégio de compor sistemas de normas e regras é garantido àquele que representa um grupo hegemônico, ancorado pelas regras institucionais, muitas vezes constituídas pelo mesmo grupo de "autoridade científica". Concordamos com Bourdieu (1983, p. 122), quando afirma que:

“O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgado a um agente determinado”.

Bourdieu (2007) nos lembra ainda que o “ritual”, obedecido por diferentes sujeitos ao interagirem entre si no campo científico, segue um conjunto de “gestos”²¹ que acabam por modelar comportamentos que tendem a serem repetidos por um número expressivo de sujeitos que compõem esse campo. Para o autor, no campo acadêmico, tem poder quem tem maior capital científico acumulado: “o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes²² no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 27). A vida social nesse universo particular (acadêmico) apresenta configurações que, para serem epistemologicamente entendidas, exige que adentremos um pouco mais em alguns conceitos chave da sociologia de Pierre Bourdieu.

²⁰ Normas se circunscrevem no conceito de *habitus*, mais adiante detalhado.

²¹ A questão de comportamento e ação será discutida no capítulo “Interpretando”, que tratará da problemática do corpo que fala, que faz, que sente, que silencia.

²² Chamamos atenção para o fato de que, embora os sujeitos componentes de um mesmo campo se apresentem como pares-concorrentes, esta afirmação não nega que os interesses desses pares sejam irreconciliáveis, mas que são fruto – como será visto mais adiante – de uma relação travada sob a forma de uma luta pelo reconhecimento de um lugar no “campo”, no caso o acadêmico, que venha a incluí-los nos “canteiros” que constroem as regras e normas que compõe este mesmo campo.

3.2 Campo e *Habitus*: uma relação ontológica

A divisão conceitual que fazemos entre campo e *habitus*, haja vista os subitens separados a seguir, é uma divisão metodológica, pois não há como separarmos as noções de campo e *habitus*; as duas noções formam como que um par “ontológico”, um não existe sem a perspectiva do outro, senão na união com o outro.

3.2.1 Campo

Pierre Bourdieu (2005) argumenta que a realidade é um conceito produzido a partir das interações sociais. Existir é existir socialmente, na relação com outros sujeitos. O que é real é relacional, o que significa dizer que definimos a nós mesmos e o mundo a partir da relação com o outro, ou seja, as diferenças e as semelhanças entre indivíduos tendem a ser construídas no grupo social a que eles pertencem ou na oposição que estes fazem a diferentes outros sujeitos do mesmo grupo ou de outros grupos. Grupos sociais com formas de vida e de percepções de mundo semelhantes tendem a serem agrupados em um *campo*. A noção de campo que nos é dada por Bourdieu (2004) aponta para um “universo intermediário” onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem e reproduzem leis sociais mais ou menos específicas e que levam cada campo a possuir relativa independência na relação com outros campos. O campo, portanto, se refere a um espaço socialmente constituído que tem autonomia e que tende a criar regras próprias; não é um espaço necessariamente físico, é um lugar onde sujeitos tendem a disputar um capital.

Segundo Bourdieu (2004), cada campo possui um capital específico – financeiro, cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial ou simbólico. O capital não deve, portanto, estar reduzido à noção de capital econômico. Dito isto, cada agente procura concentrar, acumular um capital. O acúmulo desse capital garantirá a esse agente uma *posição* no campo a que ele pertence. Dito de outro modo, tem poder quem tem capital acumulado. O campo científico, por exemplo, se evidencia pelo embate em torno da autoridade científica. O que está em disputa, nesse campo específico, é a legitimidade da ciência. Portanto, o que legitima a voz de uma autoridade científica é o seu acúmulo do capital científico²³.

²³ Um exemplo de como se constitui o acúmulo do capital científico, pelo menos no campo universitário brasileiro, é o número de publicações e produções e o número de citações feitas a esse agente; capital verificado e legitimado pelo e no *Currículo Lattes*, que deve ser provido e alimentado constantemente.

A noção de campo é um espaço social em constante mudança, mudanças essas que não são automáticas; pelo contrário, elas ocorrem a partir de negociações entre os diferentes agentes que aí “habitam”. Sobre o campo, Ortiz (1983, p. 21) afirma que:

“O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* (capital social) social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. [...] A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois polos opostos: o dos dominantes e o dos dominados”.

Para entendermos a lógica de funcionamento de cada campo social, sem dúvida devemos considerar dois polos antagonizantes: dominantes e dominados. Para tanto, defendemos que o poder *alicerça* as relações sociais no interior de cada campo. No movimento entre dominantes e dominados, é necessário aclarar que não estamos falando de agentes passivos, nem de um lado nem de outro, porquanto os então considerados dominados também se deslocam para o patamar do poder. Ou seja, nem sempre dominados são dominados e nem sempre dominadores são dominadores. Tudo depende da posição em que o agente ocupa no momento de seu agir. O que se estabelece nesse movimento de antagonismo é a luta constante por uma posição – ou dominados agindo para desestabilizar o poder dos dominantes, ou estes tentando manter-se no centro de decisões do campo. Portanto, dominados e dominantes não ocupam um local fixo. Cito como exemplo o meu processo de qualificação cujos agentes, o qualificante, a minha pessoa, e a banca²⁴, o grupo qualificador. De um lado, pelo senso comum, a banca examinadora ocuparia o espaço do poder dominante, na sua função avaliadora, e, de outro, o examinado, na condição do dominado a receber as "dicas" que deveriam ser adotadas na dissertação. Mas, ao tomar a decisão de filmar todas as falas da banca, passo a ocupar a função de dominador, pois exponho a banca a um outro patamar de avaliação, ela passa também a ser “avaliada”²⁵ também. Tal experiência nos leva a ratificar o conceito de Bourdieu (2007) de que a relação de dominação é fluida, pois não há um assento permanente nem de poder nem de submissão.

²⁴ Agradeço à Professora Doutora Kadma Marques, membro dessa banca, de ter me mostrado como o deslocamento do poder pode ocorrer sem que um dos agentes perceba.

²⁵ O senso comum aponta que indivíduos ao serem filmados estão em estado de 'exposição' a outros campos e contextos, haja vista o conceito de fama que trabalha justamente com a exposição visual. Gravar é um retrato de algo que será lembrado 'tal e qual'. Mas deixamos em aberto a questão "tal e qual", pois é duvidosa, pois já se constituiria e se expressaria em um outro momento, em um outro agir, já que o tempo e espaço se modificariam.

3.2.2 *Habitus*

Ainda seguindo as “pegadas” de Bourdieu (2007), as práticas sociais específicas de um campo são construídas na relação que cada agente desenvolve com outros agentes, levando em consideração a posição que este ocupa no campo: valores, normas, crenças e percepções – frutos dessa relação de poder –, que constroem comportamentos que passam a ser reproduzidos por outros agentes, dando uma certa estabilidade às práticas sociais de um espaço social específico. Wacquant (2007, p. 2) nos apresenta um conceito de *habitus* que corrobora o pensamento bourdieusiano:

“O *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade do senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente”.

Ou ainda, o *habitus* ajuda a conformar as regras, a inculcá-las, fazendo com que os agentes que ocupam um mesmo campo passem a reproduzi-las quase “automaticamente”, sem questionar, mas aceitando a “dinâmica” que foi previamente estabelecida no e do jogo. Tais regras, valores, estão assim “entranhadas” na nossa mente e no nosso corpo, de tal sorte que naturalizamos o seu sentido sem questionamento. Por exemplo, ao avistarmos um sinal vermelho no trânsito, já passamos a diminuir a velocidade do veículo que dirigimos. Salientamos que essa disposição em “aceitar” tais regras não é natural, mesmo que naturalizadas pelo senso comum, mas produzidas socialmente, situadas em um tempo e espaço, geradas e, conseqüentemente, “impostas” por grupos que ocupam posição de poder em um determinado momento e em determinado campo. Um outro exemplo: nem sempre práticas homoafetivas foram moralmente condenadas pela sociedade. Na sociedade grega antiga, essas práticas eram não só aceitas como também estimuladas em prol do sucesso nas batalhas, porquanto expor sua força e valentia para um companheiro era o estímulo para vitória²⁶; já no século XXI registra-se a condenação dessa prática com pena de morte aos seus “seguidores”, principalmente em países islâmicos, enquanto em outras nações a homoafetividade não é só aceita na forma da lei – casamento civil – como também é aprovada a adoção de crianças por parte de casais homossexuais. Estes exemplos deixam claro que as

²⁶ Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/index.php/biblos/article/viewFile/249/63>>. Acesso em: 3 mai. 2012.

práticas sociais inscritas no *habitus* – cuja inculcação de valores (impostos por um grupo de dominantes) marca diferenças que acabam por nomear sujeitos superiores e inferiores não estão assentadas e fixas – e mais ainda generalizadas – em um tempo e espaço único, mas sim situadas no tempo e espaço que as constituem.

Vale a ressalva que, mesmo que o conceito de *habitus* (assim como proposto por Bourdieu) seja constituído por regras, valores, como já indicado anteriormente, a composição dessas regras, comportamentos e afins não é de modo algum determinista nem a reprodução pura e simples das condições sociais de um campo como se supõe (ORTIZ, 1983). Práticas sociais são reproduzidas através dos processos de inculcação de normas e regras inerentes a qualquer campo, que, embora o grupo dominante posicione determinados sujeitos a agirem de modo específico, estes mesmos podem apresentar uma posição contrária às determinações impostas pelo dominante, ou melhor, discordar de tais imposições, levando os membros do grupo a uma tomada de posição questionadora das regras que organizam o *habitus* do campo a que pertencem. Compreende-se então que as regras e normas de um campo não são fixas, e que cada sujeito pode reinventá-las, “negociando” com o núcleo central de poder a fundação/transformação de (novas) regras. Crenças e valores de um *status quo* podem ser, deste modo, abandonadas, re-elaboradas a partir dos processos de transformação decorrentes dos embates travados entre os sujeitos participantes de um mesmo campo (WACQUANT, 2007).

3.3 Poder simbólico

O que Bourdieu (2007, p. 14) chama de poder simbólico está ligado aos sentidos de invisibilidade, concordância e não reconhecimento de um poder, ou seja, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Bourdieu nos faz ver ainda que nessa invisibilidade se agrega o não reconhecimento por parte de um grupo de dominados, por exemplo, de que existe uma força que faz com que eles sigam determinadas ordens, cuja concordância às ordens garante àqueles que exercem o poder simbólico um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força” (BOURDIEU, 2007, p. 14). Mesmo diante da dificuldade de reconhecimento do poder simbólico diante de sua invisibilidade, e mais ainda de identificar o *modus operandi* do

“poder simbólico”, Bourdieu (2007, p. 10) aponta a forma pela qual ele é assimilado pelos atores sociais:

“A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções”.

Um sujeito considerado “neófito”, ao ser introduzido em um campo específico, já é posicionado pela classe dominante no lugar por ela determinado, delineando assim a relação simbólica que se estabelece entre dominadores e dominados²⁷. Dependendo do capital social que esse sujeito apresenta logo na sua chegada:

“O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 2007, p. 9).

Esse “conformismo lógico” (DURKHEIM *apud* BOURDIEU, 2007) pode ser exemplificado diante do mundo escolar: muitas vezes, alunos aceitam os critérios pelos quais são avaliados, já que é “lógico” se “conformarem” com a autoridade professoral; nesse “conformismo lógico” presentifica-se a naturalização de uma relação, porventura, de dominação²⁸. Bourdieu (2007, p. 14) nos mostra o modo de como se dá a construção desse “conformismo lógico”:

“É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais”.

O senso comum é o lugar onde podemos melhor visualizar o vigor e a eficácia do funcionamento do *habitus* no imaginário dos indivíduos. O senso comum formatado na mente dos indivíduos se “espalha” pelos seus corpos – registro vivo da dominação. Temos, portanto, a corporificação²⁹ de um *habitus* que é condição de existência do próprio poder simbólico, ou

²⁷ A relação simbólica será desenvolvida no item subsequente.

²⁸ O mestrando, quando submete o seu projeto a uma banca de qualificação, fundamenta-se na *crença* que ali serão dadas contribuições ao seu projeto, muitas vezes sem levar em consideração os sentidos ideológicos que carregam o ato ritualístico de “qualificar” um projeto de pesquisa.

²⁹ O conceito de corporificação e o de corpo serão desenvolvidos no capítulo Interpretando.

melhor, está na base da matriz criadora do poder simbólico, é pressuposto do poder simbólico³⁰.

Defendemos que em seleções acadêmicas de mestrado/doutorado o poder simbólico possui características bem específicas. Configura-se pelo poder (simbólico) de impor um conjunto de regras e normas verificadas pelos editais de seleção. Nossa ideia é a de que a não aceitação, contestação de tais regras e normas por parte de candidatos (não todos) faz surgir uma tensão que passa a caracterizar a relação de dominação (simbólica) em processos de seleção de mestrado/doutorado.

3.3.1 Relação simbólica

Apesar de no item anterior já termos utilizado o termo simbólico na expressão "poder simbólico", quando adentramos na expressão "relação simbólica", o termo "simbólico" se repete, o que nós faz indagar sobre marcas que revelam autorias teóricas.

Algumas expressões utilizadas por pesquisadores renomados da academia têm conseguido marcar o imaginário daqueles que leem suas teorias, conceitos ou métodos, de tal sorte que, ao ouvir determinadas expressões, nós as associamos a um teórico específico. E assim passam a ser incorporados ao vocabulário de pesquisadores, mesmo em caso de ausência de referência bibliográfica. Citamos como exemplo a palavra *líquido(a)*, inicialmente utilizada por Bauman para designar coisas que não foram feitas para durar – “amor líquido” e “modernidade líquida” são algumas das reflexões propostas por ele que carregam sua identidade autoral. O mesmo ocorre com Pierre Bourdieu no uso do termo *simbólico*, uma marca que o identifica perante estudiosos de humanas e ciências sociais. Expressões como “relação simbólica”, “poder simbólico” e “violência simbólica” designam processos sociais (simbólicos) duráveis, de densidade de sentido, atributos próprios da natureza de que seja símbolo, que se constroem e se movem na invisibilidade e no não reconhecimento de sua força de dominação – mecanismo de força que atua “se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2007, p. 14).

³⁰A noção de *habitus* enquanto matriz criadora também de novas regras, normas, crenças que compõem um campo específico pode ser melhor visualizada na obra *Réponses* (BOURDIEU, 1992, p. 26), uma obra escrita em parceria com um de seus discípulos mais proeminentes Loïc Wacquant – ainda sem tradução para o português: “collectif individué, matrice générative historiquement constituée, institutionnellement enracinée et donc socialement variable. Caractère de système : rencontre avec un champ particulier, « l’habitus est créateur, inventif, mais dans les limites de ses structures” (cf. também p. 30 da referida obra).

Uma relação simbólica entre diferentes sujeitos, para que exista enquanto tal, não necessita, na perspectiva de *simbólico* de Bourdieu, estabelecer qualquer tipo de contato físico ou mesmo algum diálogo direto ou face a face. Em uma “relação simbólica”, os sujeitos dessa relação não precisam se conhecer: por exemplo, ter estabelecido qualquer contato interpessoal, trocado e-mails ou outras formas de relação. A *força* da relação simbólica de dominação também não é necessariamente determinada por lugares físicos em que relações sociais se expressam. Relações sociais ocorrem tanto no espaço virtual, haja vista a relação simbólica que se estabelece entre professores tutores de cursos *on line* e seus alunos, quanto no social do aqui-agora, verificada pelos cursos presenciais. Dito de outro modo, é a força do poder na relação simbólica que organiza as relações, pois “não reside nos *sistemas simbólicos* [apenas] em forma de uma *illocutionary force* mas [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença” (BOURDIEU, 2007, p. 14). Bourdieu (2007) segue afirmando que o que faz as palavras terem o poder de manter a ordem ou de subvertê-la é a crença na legitimidade das palavras, dado pelo lugar e por quem tais palavras são pronunciadas. Portanto, quando um tutor de um curso *on line* estabelece uma data de entrega de trabalhos, por exemplo, ele assim o faz porque sua voz tem um poder legitimado pela instituição, que emitirá o certificado de conclusão de determinado curso ao aluno e que levará esse aluno a acumular mais capital cultural. Logo, o que se entende por “relações simbólicas” não é uma questão de ligar o sentido de simbólico ao imaginativo, como se tivesse o sentido de uma relação impalpável e fora da realidade; trata-se de uma relação (simbólica) em que o poder (simbólico) estabelece posições de dominados e de dominadores.

3.3.2 Violência Simbólica

Até como propósito de utilizar o processo de objetivação proposto por Bourdieu, é preciso pensar nos efeitos que uma dominação simbólica produz em cada dominado. Podemos, por exemplo, objetivar as consequências – resultado de uma dominação real, concreta – que podem vir a sofrer nações com pouco ou nenhum poder econômico (ou ainda poder bélico) quando confrontadas com países de grande poder econômico³¹. Na proporção de estarmos no simbólico, difícil é perceber os efeitos da “dominação simbólica”, pois a própria

³¹ O embargo dos Estados Unidos (considerados a maior economia do planeta) a Cuba, que se iniciou em 7 de Fevereiro de 1962 e que dura até os dias atuais, proíbe transações comerciais com esta ilha no valor superior a 700 milhões de dólares anuais, o que levou o país-ilha a uma estagnação econômica.

“dominação simbólica” não é reconhecida enquanto arbitrária, poder regulador, organizador da vida dos indivíduos no universo social. Tal não reconhecimento cria condições para o surgimento daquilo que Pierre Bourdieu convencionou chamar de “violência simbólica” (1998). Bourdieu entende que, ao nos matricular, por exemplo, em uma escola de idiomas, concedemos, conferimos a esta instituição o direito de exigir de nós a observação a um conjunto de regras e normas que vão estruturando nossa ação, nosso comportamento nesta instituição. Podemos citar como exemplos: chegar/sair de sala de aula em horários previamente determinados, se submeter às avaliações, dentre outras regras. Isto se dá pelo fato de tal escola de idiomas ter a autoridade (conferida por um órgão maior) de conceder um certificado que confere a tal indivíduo o domínio de um idioma, garantindo-lhe, assim, acúmulo de capital intelectual, o que faz com que esta aparente relação de “troca” pareça ser natural, daí a sua aceitação de ambos os agentes às regras do jogo.

Como foi visto anteriormente, a violência simbólica, expressa pela dominação simbólica, se dá sob uma miríade de formas e objetos. Pode se dar por exemplo pela imposição de um modelo de gerenciamento de finanças às nações não alinhadas ao sistema político, social e econômico capitalista – como foi visto no parágrafo anterior. Neste sentido, a violência simbólica expressa pela dominação simbólica se utiliza de artimanhas da ordem dos eufemismos, pressupostos ou polidez para fazerem valer suas prerrogativas. Seja qual for o foco de nosso olhar, ambos carregam no seu interior a imposição consentida de um regime de verdade que caracteriza a “violência simbólica”. Mas é preciso entender ainda de que modo esses regimes de verdade são construídos ou ainda como se dá sua construção; ou ainda, de que forma o agente que detém o monopólio da dominação simbólica “age”. Adotamos para tal prerrogativa alguns tópicos problematizantes: relação entre Estado e indivíduo, o conceito de *illusio* e o movimento de tensão dos corpos (agentes) na relação simbólica da violência.

3.3.2.1 Estado e indivíduo

O Estado tem funcionado desde a sua invenção como uma instância orquestradora de comportamentos e percepções, constituindo as bases fundamentais para a criação e conformação do senso comum. O Estado é ainda, no dizer de Durkheim (*apud* BOURDIEU, 1998, p. 205), “a *vis insita*, a energia potencial, a força dormente, de onde a violência simbólica, em particular aquela exercida pelos performáticos [atos de fala ilocucionários e perlocucionais] extrai sua misteriosa eficácia”. A teoria de Bourdieu sobre as relações de

poder no meio social descortina os elementos invisíveis que constituem o *modus operandi* do Estado no controle da sociedade. O autor nos faz ver que os próprios dominados contribuem – embora com frequência à sua revelia – para a sua própria dominação “aceitando tacitamente, como que por antecipação, os limites impostos” (*apud* BOURDIEU, 1998, p. 205). Essa submissão ao Estado não é operada sob a forma de uma “servidão voluntária” ou de uma cumplicidade consciente/deliberada, mas é, no dizer de Bourdieu (2001), efeito de um poder que se inscreve duravelmente no corpo dos dominados, sob a forma de esquemas de percepção e de disposições (para respeitar, admirar, amar etc.), ou seja, de crenças que nos tornam *sensíveis* a certas manifestações simbólicas, tais como as representações públicas de poder. Ao reler Pascal, Bourdieu (2001) sugere que tais disposições – incutidas no imaginário dos dominados – acabam por levá-los a uma “veneração” às pessoas, às obras, às leis que, uma vez vestidas pelas insígnias da “reputação” e da “glória”, acabam por conferir as “capas vermelhas” e “arminhos”, “palácios”, “flores-de-lis”, “sotainas”, “botinas” dos médicos, “togas” e “amplas túnicas” dos doutores, representações da autoridade exercida. (BOURDIEU, 1998a, p. 208), o que seduz dominados a investirem em um “jogo” para um dia virem a também serem dignos de igual veneração.

Pela perspectiva bourdieusiana, todos esses “estratagemas” servem a um modo particular de camuflagem de um poder que busca uma “invisibilidade” na prática de dominação, dotando o Estado de uma capacidade de exercer uma autoridade quase “divina” sobre sujeitos de diferentes campos. O poder do Estado forjaria um discurso “sedutor” ao demandar dos seus “súditos” o enfraquecimento de um “eu” (individual) em detrimento de um “nós” (coletivo). E dispondo da própria voz – pela prática da força ilocucional – construída historicamente em lutas pelo domínio de um discurso que o “tornou” organizador social e juiz das causas, dota-se de legitimidade. O discurso engendrado pelo Estado para justificar sua condição de “pai e mãe” se assenta na “necessidade” de tornar possível a vida em sociedade ao hierarquizar forças cuja função dentre outros está no estabelecimento de direitos e deveres de cada indivíduo, de cada “filho” seu. Mas é preciso ainda identificar elementos outros que venham a nos ajudar a entender os movimentos que espelham comportamentos dóceis e como eles foram “elaborados”, ou seja, como agentes sociais entram em um jogo (relação com o Estado no caso) muitas vezes já em condições desiguais, mas que ainda assim aceitam participar dele, ou ainda como sujeitos têm sido historicamente seduzidos pelo discurso de dominação do Estado.

3.3.2.2 *Illusio* na constituição do simbolicamente violentado

O consentimento (pelo dominado) a uma coerção exercida pelo dominador (dominação) não se dá por um processo mágico, mas percorre caminhos que vão configurando o “perfil” daquele que sente a violência simbólica. Portanto, é importante entender: como o meio social faz com que sujeitos vejam essa adesão à dominação como algo natural; e como o meio social “molda” indivíduos que consciente ou inconscientemente aceitam os termos que o dominador /grupo de dominadores lhe(s) impõe:

“Os novatos trazem consigo disposições previamente constituídas no interior do grupo familiar socialmente situado, portanto, mais ou menos ajustadas de antemão (sobretudo em virtude da auto-seleção, vivida como “vocação”, ou da hereditariedade profissional)  s exigências expressas ou tácitas do campo, as suas pressões ou solicita es, e mais ou menos “sensíveis” aos sinais de reconhecimento em relação à ordem que os confere” (BOURDIEU, 1998, p.199).

Se considerarmos apenas a construção de uma conformação com processos de dominação – que tem a família como g nese – como única explicação que nos leve a compreender a aceitação de uma relação de poder com estruturas relativamente estáveis, poderíamos dizer que Bourdieu foi reducionista ou até mesmo simplista ao tentar garantir que apenas a reprodução de hábitos não questionadores, mas conformadores, lenientes com as regras que orientam as relações de dominação em cada campo, fosse capaz de produzir sujeitos “em série”, dóceis. O sociólogo francês vai além ao problematizar de que modo a renúncia a algumas liberdades individuais inerentes aos processos de dominação a que se submetem diferentes sujeitos pode “justificar” o adesismo “cego” a que se consagram os agentes sociais   dominação:

“Sublimação que, tacitamente, exigida de todo recém-chegado,   implicada nessa forma particular de *illusio* inerente ao pertencimento a um campo, isto é, a crença científica como interesse desinteressado e interesse pelo desinteresse, que leva a admitir, como se diz, que o jogo científico merece ser jogado, que ele vale a pena, e que define os objetos dignos de interesse, interessantes, importantes, capazes, portanto, de merecer o investimento” (BOURDIEU, 1983, p. 30).

É preciso ainda pôr uma “lupa” sobre os meios que possibilitam o agenciamento por parte do Estado – “materializado” nas instituições que lhe representa – , ou seja, ver como a violência é exercida de forma simbólica sobre os indivíduos, produzindo corpos submissos, senão com manifestações e movimentos de emoções como constrangimento, vergonha, timidez, ansiedade, silenciamento, culpabilidade:

“O Estado não tem forçosamente necessidade de dar ordens, e exercer uma coerção física, ou uma coerção disciplinar, a fim de produzir um mundo social ordenado: pelo menos enquanto estiver em condições de produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam ajustadas às estruturas objetivas e, assim, garantir a submissão dóxica à ordem estabelecida” (BOURDIEU, 1998, p. 217).

Deste modo, entende-se que, pela força do *habitus*, o Estado (as instituições que lhe representa) está em nós, não havendo, portanto, a necessidade do uso dos aparelhos de repressão para a obediência as suas regras. O sociólogo francês nos faz entender ainda que o *habitus* também existe enquanto matriz criadora de novos comportamentos, que permite a incorporação de outros valores, outras regras, por conseguinte um progressivo esquecimento/supressão de outras. Parece-nos claro, então, o ajustamento de comportamentos promovidos pelo Estado não parece ter sido construído de modo tão pacífico ou sem questionamentos. Do mesmo modo, mudanças nas estruturas que impõem a cada agente social uma conduta não se dão por encanto, mas são fruto da tensão que é estabelecida pela luta travada entre grupos pela (des)incorporação de (novas) leis e valores que regem cada campo.

4. DIÁLOGOS ENTRE A LINGUÍSTICA E A SOCIOLOGIA

Este capítulo propõe um diálogo entre as teorias, apresentadas nos dois capítulos anteriores, que nos dê conta da análise de uma prática, sem que esta última fique refém da primeira, mas que nos seja possível, por um vislumbre do enfraquecimento das fronteiras entre prática e teoria ou teoria e prática, enxergar a exterioridade (prática) de uma interioridade (teoria) e a interioridade de uma exterioridade. A nosso ver, nada melhor neste diálogo do que juntar sujeitos, práticas e forças de linguagem e de poder em *corpos*; não apenas corpos orgânicos, fisiológicos, mas “corpos sociais”, agentes inseridos, formados, transmutados, vividos e sentidos no discurso linguageiro.

4.1 O corpo que diz e que faz

Na busca por uma compreensão da relação entre linguagem e corpo, deparamo-nos com a tarefa empreendida por Pinto (2007) em responder a pergunta: a linguagem faz o corpo? Seu trabalho nos ajuda a perceber o corpo como lugar e materialização dos *atos de fala* (AUSTIN, [1962]1990).

O sentido de *uptake*³² apresentado na nona conferência da obra *Quando dizer é fazer* ([1962] 1990) traz para a teoria dos atos de fala a compreensão de que o ato de fala produzido por um(a) falante não é resultado de um efeito mental elaborado por uma suposta intenção em que este(a), o(a) falante, tem total consciência dos sentidos e dos efeitos do que afirma, na medida em que “a impossibilidade do controle intencional das forças do ato de fala exclui a unicidade própria à ideia de ‘efeito mental’ e desloca os limites da ação do ato de fala para além da ilocução – para o campo controverso do corpo que fala” (PINTO, 2007, p. 10). No entanto, também se reconhecem a força ilocucionária e seu efeito perlocucional que se assentam na observação de um contexto em que um ato de fala é pronunciado.

Mas, qual a importância dessa discussão para entendermos a relação entre corpo e linguagem? Como Joana Pinto (2007, p. 11) observa:

³² Como explica Pinto (2007, p. 8): “traduzível como apreensão, pode ser mais bem entendido como a relação de inter-significação, quando as forças envolvidas no ato de fala estão sendo negociadas pelos/as falantes”. Ou ainda: “[...] o reconhecimento entre os interlocutores de que algo está assegurado, de que o ‘objetivo ilocucionário’ foi realizado através de sua força. O *uptake*, enquanto uma relação entre interlocutores por meio da linguagem, está próximo do jogo, já que não há regras nem critérios formais definitivos que possam descrevê-lo (OTTONI, 1998, p. 81).

“O que faz do ato de fala uma ação está redobrado pela força da ilocução e pela força do movimento, do agir do corpo que executa a ilocução. Assim, a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito linguístico. Uma ameaça se materializa pelo enunciado performativo que a opera, mas também pelo efeito do movimento do corpo que executa o enunciado. Essa afirmação não cria, como se poderia esperar, uma dicotomia corpo/linguagem, mas, ao contrário, mostra que o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, pelo quem diz e pelo como é dito – como o corpo diz, como o enunciado diz. Os elementos que impulsionam sua marca no ato de fala operam numa imbricação irreduzível”.

Ou seja, corpo e linguagem não se separam, estão sempre imbricados entre si: o dito – aparelho fonador emitindo sons (ato locucional) – encontra seu sentido em uma disputa de significados travada pelos sujeitos; e o corpo tende a agir/sentir “obedecendo” aos sentidos produzidos em uma relação alteritária. O corpo, deste modo, sente os efeitos (perlocucionais), por exemplo, de uma ameaça, respondendo com nervosismo, tremores, medo, suor, sinais que confirmam nele o resultado da apreensão de sentidos percebidos pelo contexto³³ em que tal ameaça foi feita. É preciso ainda entender como certos sentidos estão estabilizados na mente de cada sujeito. No caso dos ritos (todos tendo em linhas gerais uma repetição de gestos, discursos), estes tendem a estabilizar certos sentidos não só na mente, mas também no próprio corpo. Tal conexão, uma vez “sincronizada”, opera para dar certa durabilidade aos significados produzidos no/pelos atos de fala, apesar de sabermos que “cada momento único, presente e singular, de realização do ato, é um momento já acontecido, em acontecimento, a acontecer – é essa imbricação que lhe permite a performatividade” (PINTO, 2007, p. 9). Aceitando e confirmando de que cada ato é singular, ainda permanece o perigo que nos rodeia no que concerne à repetição de gestos e à estabilização de sentidos: tem-se como “natural”, por exemplo, que um candidato à seleção de bolsa de iniciação científica, em processo de entrevista, se sinta ansioso, mas feliz pela etapa vencida e aprovação pela bolsa de estudos, ou ansioso, mas triste e indignado quando a banca apresenta o resultado negativo naquela etapa de seleção. Nesta ilustração, percebemos a imbricação de corpo e linguagem: na força ilocucional o resultado pronunciado, na entrevista os sentidos duráveis do rito, no efeito perlocucional as reações e sensações sentidas e percebidas.

A problemática da imbricação entre corpo e linguagem é complexa, pois “o corpo na execução do ato é uma marca que se impõe ao efeito linguístico” (PINTO, 2007, p. 12), no entanto faz-se importante entender o sentido de corpo não apenas como fisicalidade, ou seja:

³³ O termo *contexto* aqui empregado considera, além da situação em que algo é proferido, a historicidade que também contribui para a construção/compreensão de sentidos de um ato de fala específico.

“O corpo, não como elemento físico não-convencional mas como elemento regulado pelas convenções ritualizadas nele inscritas, e performativizado pelo ato que postula sua significação prévia, impede a redução da análise do ato de fala à análise das convenções linguísticas. A performatividade não é a capacidade de ação efetuada pelo enunciado; a performatividade é a capacidade de ação operada pelo ato de fala na sua materialidade plena – sonora e corporal” (PINTO, 2007, p. 12)³⁴.

E nesse tatame entre singularidade e estabilidade, lembramos que os ritos não são fixos no tempo e no espaço, podem ser reinventados, reformados, reformulados atentos ao fato que, para entender seus sentidos, devemos observar o contexto em que tais ritos são pensados, o papel que cada sujeito desempenha na relação com o outro ou ainda em outras palavras: “a performatividade é o que permite e obriga o sujeito a se constituir enquanto tal” (PINTO, 2007, p. 13).

Enfim, ao postularmos o título deste item como “corpo que diz e que faz”, o estatuto de dizer-fazer não está restrito apenas ao “ato de fala” (AUSTIN, [1962] 1999), mas também ao “ato de corpo”.

4.2 Corpo em tensão

Se Austin ([1962] 1999) e Pinto (2007) nos levaram da fala ao corpo, Bourdieu (2001) nos mostra que o “campo” materializa no corpo o *habitus*, ou seja, no corpo dos agentes sociais já estão inscritas regras, normas, crenças e percepções, que têm o poder não só de reproduzir valores, como também de rejeitá-los, construindo e constituindo assim a matriz criadora de um novo “*habitus*”. Desse movimento “ontológico” entre “campo” e “*habitus*”, especificamos como se constitui a relação simbólica, que se estabelece na relação social em que urde o poder simbólico, que, como tal, tece uma relação de tensão nos corpos dos agentes partícipes.

A tensão – surgida da disputa por quem detém a legitimidade de um discurso que advoga para si a autoridade sobre a criação de regras que compõem um “campo” específico –, que particulariza as relações sociais em cada campo, assenta-se na ideia de uma luta que opõe práticas de dominação e de resistência a esta mesma dominação. Portanto, o poder não repousa de forma tranquila e soberana apenas sobre um dos polos de um “campo”, mas se

³⁴ Na mesma página, a autora sugere ainda que não existiria uma separação/distinção entre sons e corpo, mas uma “integralidade da materialidade do corpo na execução do ato de fala produzindo uma polissemia irreduzível, escapando à intenção do/a falante”.

apresenta enquanto uma força que torna viva as próprias condições de existência do campo: a reinvenção, renovação, (re)formulação das leis cuja dinâmica compõe suas (re)configurações. Deste modo, a tensão se constituiria na relação simbólica que se estabelece ou foi estabelecida, dando corporalidade à relação de dominação. Podemos afirmar ainda que a apreensão da lógica das regras que compõe o jogo de disputa pelo poder é condição *sine qua non* para a tomada/manutenção do poder. A partir do instante em que os agentes sociais sabem “jogar o jogo”, eles passam a ter condições, pequenas ou grandes, de negociarem os termos que organizam o jogo. Ou ainda: “a diferença maior entre um campo e um jogo é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias em jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 29), o que faz com que a força empreendida na disputa pelo poder seja a todo instante retroalimentada; afinal quem tem poder não quer perdê-lo e quem não tem ou pouco tem quer passar a tê-lo, aumentá-lo, tornando assim a tensão algo “natural” em relações sociais distribuídas na perspectiva do “dizer-fazer-poder” (dominador vs. dominado)³⁵. O sociólogo francês sugere ainda que lutas de classe não se dão apenas em torno da esfera econômica, mas também pela imposição (violência simbólica) e inculcação de valores que em cada época se revelam dominantes. Dito de outro modo, o que existe são diferentes “posições” de classes, e a luta de classes se dá em todas as dimensões da vida social. Deste modo, Ortiz (1983) parece concordar com Bourdieu (2004) quando sugere que o grupo de dominantes é formado por aqueles que possuem maior capital social e que ocupam a outra ponta dos dominados, ou seja, os que não possuem nenhum ou pouco capital social dentro deste mesmo grupo. Tais argumentos fundamentam a construção da “autoridade legítima” e o desvelamento da tensão que emerge da dissimetria nas relações sociais no interior de cada “campo”.

Reduto dos efeitos do exercício da autoridade exercida por aquele(es) que detêm o monopólio do “capital simbólico”, o corpo “submisso” se torna depositário de marcas que expressam a violência simbólica – vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade, como já foi ilustrado anteriormente. Mas afinal, o que é a violência simbólica? Permitam-nos a uma citação longa para entendê-la:

“A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominador não pode deixar de conceder ao dominante (portanto a dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a

³⁵ De fato, uma vez circunscritas na própria linguagem, sob a forma de tratamentos pessoais (meritíssimo, vossa majestade, sua santidade...), relações sociais verificadas sob a perspectiva do dominador vs. dominado encontram refúgio na aceitação (tácita) da diferenciação de tratamentos pela ideia registrada no senso comum: de que aqueles que possuem um maior capital (cultural, econômico, político...) devem ser tratado diferentemente no “campo” a que pertencem.

si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimentos partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação; ou então, em outros termos, quando os esquemas por ele empregados no intuito de se perceber e de apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), constituem o produto da *incorporação* das classificações assim naturalizadas, cujo produto é seu *ser social*" (BOURDIEU, 2001, p. 206, itálicos acrescidos).

Nesta citação, Bourdieu levanta duas questões: o "ser social" e o "produto de incorporação de classificações", já que *in-corporar* é colocar dentro de um *-corpo-* um "ser social". Mas de corpo é esse de que fala Pierre Bourdieu? Que "ser social" é esse a que se refere o sociólogo?

Inicialmente, para auxiliar na desconstrução do sentido do que seja esse corpo, utilizamos três classificações oferecidas por Souza (2005) e também citadas em Ferreira (2010), a saber: corporalidade, corporeidade e corporificação. Vejamos:

Corporalidade estaria ligada ao corpo propriamente dito, a carne que deixa se tocar pela emoção; é "o corpo que, na energia de seu movimento vital, produz sua textualidade" [...]. Corporeidade estaria para uma relação icônica entre o corpo sensível, carnal e a imagem que dele se projeta; é "o corpo como imagem, referência ou inspiração, denotado em processos descritivos ou modalidades plásticas que recuperam a imagem do corpo humano quer figurativamente, quer de modo a diluir, em maior ou menor grau, as referências corporais" [...]; enfim uma imagem de corpo que projeta ideias socioculturais do cotidiano em que habita. Junto à corporeidade – valores expressivos do corpo em sua exterioridade – está a corporificação (ambas em estatuto da fisicalidade) que se evidencia como "construção de uma partitura corporal" [...] dentro de uma cena político-social, cujo corpo se move conotativamente, performatizando, construindo e reivindicando significados ideológico-político-sociais (FERREIRA, 2010, p. 50).

A violência simbólica, que expressa no nível corpóreo uma dominação simbólica, de fato pode ser pensada a partir da compreensão de corpo distribuída nos conceitos descritos acima. Mas, identifiquemos melhor a violência simbólica que atravessa os três conceitos:

- O conceito de corporalidade opera no contexto da dominação para apontar os traços físicos que marcam o corpo daquele que detém a legitimidade de proferir o discurso hegemônico – por exemplo, branco, alto, olhos verdes/azuis, cabelos lisos, igual a bonito (europeus e alguns descendentes) e dos que "ouvem" – negros, pardos, mulatos, baixos, cabelos crespos, igual a feio (africanos, latino-americanos e alguns povos asiáticos);

- O corpo, sem abolir o nato da fisicalidade (corporalidade) – quer do dominador ou do dominado –, assimila estruturas, advindas de referências cotidianas, sociais e/ou culturais constituindo no próprio corpo uma mensagem que evidencie ou traduza tais ideias (corporeidade). A ideia – presente no senso comum, senão até estereotipada – de uma voz alta, coluna/cabeça reta, comporta elementos que constituem o corpo-ser do dominador (ou do dominado em posição de reivindicação por maior poder), expressando e se movimentando na relação com o dominado, e uma voz branda, baixa, suave, coluna/cabeça levemente encurvada constituiriam o corpo-ser do dominado (ou do dominador no reconhecimento de um direito como parte do próprio jogo de dominação) na relação com o dominador. Tais corporeidades funcionariam como as matizes de uma tela onde as relações sociais, relações de dominação são retratadas;
- O corpo como ser-social está em contínuo movimento e transformação, logo tanto sua corporalidade (fisicalidade) quanto sua história de fazeres e vivências (corporeidade) estão sempre em processo de corporificação, assimilando continuamente novas estruturas.

Souza (2005, p. 32) aponta que a corporeidade e a corporificação não perdem a característica da fisicalidade, “a exteriorização de processos internos, viscerais e psicofisiológicos, que constroem a expressividade do corpo com base em recuperações emotivas e sensoriais”. A violência simbólica, como resultado de uma tensão entre candidatos, se expressa nesse unísono de corporalidade, corporeidade e corporificação, reduto do *habitus* que lhe constitui.

A “violência simbólica” em seu estado de tensão pode se tornar visível na exteriorização manifestada pelo corpo em uma determinada situação de dominação – mãos suadas, tremores, respiração ofegante, choro, ou ainda algum outro desconforto. No caso específico de nossa pesquisa, a violência simbólica enquanto “síntese” do exercício de dominação simbólica expressa pelo corpo se mostra mais reconhecível em situações como: avaliações escritas, apresentações, depoimentos, entrevistas, palestras, declarações, debates, negociações³⁶ etc. Estes instrumentos, uma vez mobilizados pelos sistemas de classificação, podem resultar na divisão de indivíduos em capazes e incapazes, felizes ou infelizes, competentes ou incompetentes, preparados ou mal preparados e assim por diante. Tais possíveis classificações, ainda que redutoras, parecem ocorrer porque nosso “ser social” não

³⁶ Instrumentos utilizados para classificar, hierarquizar, distribuir, dividir, avaliar indivíduos.

ocupa determinado “campo” enquanto produto de escolhas totalmente “livres”, “pessoais”³⁷, conscientes, mas são orientadas de algum modo por um *habitus* dominado/dominador corporificado. Bourdieu nos faz ver que agimos muitas vezes como se tivéssemos apenas esse “espelho” (o mundo dividido entre dominados e dominadores)³⁸ para ver a nós mesmos na relação com o outro. A tensão nessa relação surge quando dominados questionam o método e o modo como a dominação é exercida sob a perspectiva dos sistemas de classificação e de distribuição de capital (social, econômico, científico...), quando os ditos dominados tentam interferir nas regras que compõem tais sistemas a que são submetidos, quando as “regras do jogo” não são de algum modo aceitas, ou não parecem “claras”, ou ainda quando possivelmente não são seguidas por aqueles mesmos que as criaram.

Ainda à luz da reflexão bourdieusiana de relações de dominação, percebe-se que a violência simbólica, constituída a partir de como as relações de poder são engendradas, é sentida não apenas pelos dominados, mas também por dominadores, se concordamos que estes também são “vítimas” de algum modo das práticas de dominação que devem capitanear para manterem uma posição de mando na condução de uma “política” de agenciamento que configura cada “campo”. Dito de outro modo, dominadores também são dominados pelos sentidos de dominação que eles mesmos construíram³⁹. A contradição que se estabelece no agenciamento da dominação não só justifica a presença contínua da tensão, como também explica as relações sociais que nos envolvem. Ou melhor, nessa contradição, não nos é possível fixar posições de vítimas ou algozes: as vítimas, pela dinâmica como se apresentam as relações de poder em cada campo, podem ser vitimizadas por outras vítimas; os algozes podem ser algozes do próprio grupo de algozes. Mesmo entre as próprias vítimas e entre os próprios algozes, há disputa de poder, pois na tensão está a luta em que se tenta – muitas vezes à revelia das regras que organizam as relações sociais no próprio “campo” de que participam enquanto agentes sociais – garantir ou não seus próprios interesses.

³⁷ Nossas escolhas sempre têm e terão impacto na vida de outros indivíduos exatamente pelo fato de vivermos em sociedade.

³⁸ Reforçamos a ideia que essa relação não é fixa, nem no tempo, nem no espaço, e que a dominação apresenta gradações que são resultado de uma luta pela diminuição/aumento da dissimetria que constitui as relações sociais.

³⁹ Não nos cabe problematizar aqui o grau em que são atingidos por essa “violência simbólica” com relação aos dominados, pois nosso objetivo é explicitar a “violência simbólica” que emerge da tensão entre dominador e dominado.

4.3 O corpo na formação do silêncio

As discussões propostas por Austin ([1962] 1990) na sua Teoria dos Atos de Fala nos levam a uma consideração que não pode ser negligenciada quando pensamos nos processos de formação identitária⁴⁰: “uma visão performativa da linguagem deve integrar a complexidade das condições do sujeito que fala e levar às últimas consequências a identidade entre dizer e fazer, insistindo na presença do ato na linguagem; ato que transforma – opera” (PINTO, 2007, p. 7). Pinto (2007) chama nossa atenção para a necessidade de entendermos em que condições os atos de fala operam; para isso a autora propõe a observância a dois aspectos: a intencionalidade e a convenção ritualizada (temas já debatidos anteriormente). Importa-nos aqui trazer a dimensão do corpo ao processo de construção da identidade, “sujeito [que] [...] fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo” (PINTO, 2007, p. 10). Ainda segundo esta autora, o corpo ritualizado (enquanto reduto de repetições de falas, gestos, comportamentos) apresenta estilizações que:

“Fazem parte dos processos de marcação social; a convencionalidade e a repetição definem sua legitimidade e traçam o domínio do possível, do executável” (PINTO, 2007, p.11).

“Identities são construções exigidas pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade do ‘nós’ a partir da significação da existência prévia do ‘eu’” (PINTO, 2007, p. 16).

Ou seja, podemos falar em identidade porque temos atos de fala que promovem a ritualização do corpo, seja na sua corporalidade, corporeidade e corporificação. Ou seja, tem-se o corpo físico em seu estatuto de corporalidade, que situado na história e nas interações sociais vividas constitui sua corporeidade, que se re-estrutura e se reinventa continuamente no movimento de sua corporificação.

O corpo censurado (ORLANDI, 2002, p. 175) se reflete na própria prática da violência simbólica, porquanto:

“A censura é um processo que não trabalha apenas a divisão entre dizer e não dizer, mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua história de sentidos; a censura é então entendida como o processo pelo qual se procura não deixar o sentido ser elaborado historicamente para ele não adquirir força identitária, realidade social etc.”

⁴⁰ Aqui, assim como Pinto (2007), nos valem da perspectiva de identidade proposta por Cameron (1995, p. 16) de que identidade são performativamente (pelos atos de fala) construídas, são “efeitos de atos que impulsionam marcações em quadros de comportamentos (fala, escrita, vestimentas, alimentação, cultos, elos parentais, filiações, etc.)”.

Procuramos entender a partir das palavras de Orlandi (2002) de que modo políticas do silêncio podem atuar na formação identitária dos sujeitos ou ainda de que modo tais políticas operam enquanto processo de ritualização do corpo. Se o silenciamento pela censura impede a aquisição da força identitária, como enxergar uma identidade silenciada formada performativamente? Não são as identidades construções sociais na relação com o outro? Se há silêncio, há interação? Para que “aceitemos” o silenciamento, para que concedamos ao outro (grupo ou instituição) o domínio (simbólico) sobre nossos corpos (violência simbólica), nossa voz, nosso ser social, não haveria, em princípio pelo menos, uma voz (ato ilocucional), dotada de autoridade (garantida pelo acúmulo – dentre outros – de um capital)? Estas são algumas das questões que tentamos responder no subitem 6.2.

5. METODOLOGIA

5.1 Do contexto da pesquisa

O campo acadêmico, enquanto espaço social estruturado e habitado por grupos de agentes com diferentes interesses e objetivos formando subcampos acadêmicos específicos, está circunscrito em um dispositivo de normas que tende a organizar as ações dos seus agentes. Não diferentes de regimentos, estatutos e manuais de gestão, editais de seleção de mestrado definem elementos que possibilitarão ao colegiado acadêmico avaliar o perfil dos candidatos que poderão desenvolver suas pesquisas no programa de pós-graduação a que se inscrevem.

Entendemos que a relação que se estabelece entre candidatos à academia e acadêmicos em processos de seleção de mestrado/doutorado é uma relação que se realiza no universo institucional acadêmico certamente, mas sem que os sujeitos necessariamente se conheçam ou tenham estabelecido qualquer contato interpessoal como troca de e-mails, conversas face a face ou outras formas de relação. Sugerimos, então, que se trata de uma Relação Simbólica em que os agentes não mantêm necessariamente uma relação interpessoal, direta; eles se conhecem, interagem, sobretudo através dos textos que produzem, do histórico dos seus percursos acadêmicos – que podem ser verificados pelo currículo *Lattes* – e de uma entrevista de caráter institucional avaliativa, sem que haja constituição de uma relação mais próxima de troca de conhecimentos e debate.

5.2 Da seleção dos dados

Sob a perspectiva dos “atos de fala” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 126), é que justificamos a escolha feita dos dados: retirados dos editais de duas universidades públicas de Fortaleza, eles nos dão a configuração da força da linguagem que “transforma” o campo acadêmico em espaço de lutas (BOURDIEU, 1983) ou ainda lugar de tensão (ELIAS, 1994). Pela tensão – que resvala pela relação inexoravelmente conflituosa (SIMMEL, 1983) que se estabelece entre os agentes que habitam o campo acadêmico – chegamos à configuração da violência simbólica. A base dos nossos dados, portanto, é resultado de uma busca que se preocupou em: 1) encontrar sentenças, enunciados e léxicos (no caso os verbos) contidos nos

editais de seleção de mestrado/doutorado de sentidos que apontam para a tensão que aqui problematizamos feitas a partir de uma espécie de desenho das feições do fenômeno que analisamos: submissão, silenciamento, censura e reprodução dos corpos; 2) identificar elementos linguísticos – implicação (DUCROT, 1972), eufemismo (BOURDIEU, 1983), verbos classificados em função de sua força ilocucionária (AUSTIN, [1962] 1999) – que nos dessem condições de atingirmos o objetivo propostos no capítulo introdutório desta dissertação.

5.3 Do corpus

O objeto de análise desta pesquisa é composto por convocatórias de seleção de mestrado/doutorado de dois cursos de pós-graduação *stricto sensu* das duas únicas universidades públicas da capital cearense, a saber: Linguística-UFC, Linguística Aplicada-UECE, Ciências Sociais-UFC e Políticas Públicas-UECE⁴¹. São, então, constituintes do *corpus* 12 editais, ou seja, as 2 universidades (UFC e UECE), cada uma com 2 áreas afins (Linguística/Linguística Aplicada e Sociologia/Políticas Públicas), correspondendo a 3 anos consecutivos (2009-2011). Nessa “matemática”, ratificamos tais escolhas: 1) locação na cidade de Fortaleza; 2) grau de interdisciplinaridade entre essas duas áreas do conhecimento científico; 3) os pilares teóricos que orientaram o desenvolvimento dessa pesquisa – na linguística, o filósofo da linguagem inglês John Langshaw Austin e nas ciências sociais, o sociólogo francês Pierre Bourdieu –, basilares em nosso percurso teórico; 4) chamadas públicas e/ou editais⁴² de seleção de mestrado/doutorado, mais contemporâneos⁴³, com

⁴¹ Os Editais disponibilizados pelos programas podem ser acessados pelos seguintes endereços eletrônicos: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – UECE. Disponível em: <<http://www.uece.br/posla/index.php/selecao>>. Acesso em: 22 mai. 2012. Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e sociedade – UECE. Disponível em: <<http://www.uece.br/politicaspUBLICAS>>. Acesso em: 22 mai. 2012. Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFC. Disponível em: <<http://www.ppgling.ufc.br/>> Acesso em: 22 mai. 2012. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFC. Disponível em: <http://www.posgradsoc.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=61>. Acesso em: 22 mai. 2012.

⁴² Buscou-se uma explicação jurídica para o que se possa entender por “editais” e “chamadas públicas”. A informação que obtivemos junto ao setor jurídico da UECE foi a seguinte: editais são geralmente baseados em programas lançados por outras instituições (FINEP, CNPQ). Chamadas públicas pertencem a programas internos, lançados com recursos da própria instituição, com recursos do tesouro estadual. Tem-se, portanto, pela explicação uma tênue diferença entre editais e chamadas públicas, porém nos dois casos tem-se o mesmo objetivo: habilitar pessoas com base nos critérios do certame.

⁴³ Optamos por editais mais “jovens” pela menor dificuldade de encontrá-los nos sites dos programas. Os editais dos anos de 2009 e 2010, não disponibilizados nos sites dos programas, nos levaram à secretaria dos 4 programas para que pudéssemos ter acesso a eles. Em um caso específico, foram necessários 30 dias para que o programa pudesse localizá-los.

vigência nos anos de 2009, 2010 e 2011⁴⁴. A escolha destes instrumentos não só atendem à temática desta pesquisa, mas também referendam o discurso institucional do poder, oferecendo uma coleta de material linguístico que contempla sentenças de forças “ilocucionárias” e de força “perlocucionária” (AUSTIN, 1990), e que nos possibilita encontrar as tensões que problematizam as relações entre acadêmico e candidato, tensões que podem resultar ou não em violência simbólica por parte de ambos os sujeitos (BOURDIEU, 2010).

Apesar de nossa pesquisa se ater mais ao método qualitativo de investigação, justificada pela própria temática de um universo mais subjetivo e abstrato (tensão, violência, relação intersubjetiva, etc.), não se deixa de lado o quantitativo (no que tange ao recolhimento da matéria linguística), porquanto está no levantamento de recorrência lexical a possibilidade interpretativa da análise qualitativa. Quando optamos pelo método qualitativo de pesquisa, referimo-nos aos sentidos (interpretados) que advêm da análise de dados recolhidos, e a essa coleta subjaz o quantitativo, pois, por exemplo, é na repetição das regras do *habitus* que podemos atentar para a tensão no campo universitário e é na repetição de determinadas sentenças ilocucionárias que podemos representar políticas duráveis de silêncio, facetas da violência simbólica (BOURDIEU, 1998). A teia metodológica que junta o quantitativo ao qualitativo não se pauta em apenas “descrever” e/ou levantar dados, mas também em conduzir a uma leitura crítica, perspectiva de análise consoante à proposta da linha 3 – Estudos Críticos da Linguagem – do programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada no qual esta pesquisa se insere⁴⁵.

5.4 Dos procedimentos

Para uma investigação da relação simbólica entre candidatos à academia e o acadêmico, fez-se necessário partir de uma perspectiva interdisciplinar – estudos promovidos nas áreas de Linguística e Sociologia respectivamente. Para tanto, partimos da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, [1962] 1990), que nos fornece o material teórico para o recolhimento da matéria linguística, tendo em vista as forças ilocucionárias e os efeitos perlocucionais que os atos de fala provocam. A perspectiva problematizadora da linguagem, promovida por Austin

⁴⁴ Os sites em que podem ser acessados alguns dos editais (não todos) vêm na seção de referências. Todos os editais na íntegra se encontram na seção Apêndice desta dissertação.

⁴⁵ A perspectiva de uma análise crítica é neste contexto entendida enquanto uma leitura problematizadora que leve em consideração os sentidos ideológicos, as práticas de poder, que, uma vez construídas na/pela linguagem, configuram realidades que passam a constituir o próprio sujeito.

em sua obra *Quando dizer é fazer* ([1962] 1990), de que haveria uma diferença entre performativo/constativo, traz à baila uma discussão entre verdadeiro/falso nas afirmações – quando mostra que só há performativos em linguagem – que nos oferece um olhar de distanciamento de uma discussão meramente moralista ou subjetivista dos editais analisados⁴⁶. Repisamos no próprio terreno de Austin quando “preferiu começar seu exame com algo tangível, concreto (as palavras) e a partir daí trabalhar na direção do geral, ou abstrato, e não o contrário” (RAJAGOPALAN, p. 25, 2010)⁴⁷. O nosso ponto de partida, portanto, foi a materialidade linguística (as palavras) que nos leva a encontrar nos atos de fala dos sujeitos dessa pesquisa evidências de tensões que subjazem à violência simbólica (abstrato).

Salientamos que o *corpus* desta pesquisa não visa a fazer comparações identitárias entre instituições. A não identificação da instituição no processo analítico no interior do texto é justificada pela não pertinência de construir identidades institucionais, uma vez que não estamos promovendo uma pesquisa de análise comparativa de dados. No entanto, serão disponibilizados para o nosso leitor os 12 editais selecionados para eventual consulta.

De posse da matéria linguística, via aplicação da teoria austiniana, chegamos ao universo social. Algumas observações para posteriormente apresentar o trajeto metodológico de nossa análise parecem-nos uma postura mais didática. Na temática do poder simbólico é utilizado (1) o conceito de *habitus* para entender como um conjunto de crenças e valores – inscritas no corpo⁴⁸, que engendra relações de poder e estrutura as relações no campo acadêmico (BOURDIEU, 1998) e (2) o conceito de violência simbólica, que pode ser definido como o resultado de uma dominação simbólica exercida de maneira mais eficaz quando se mostra menos visível (BOURDIEU, 2007). Auxiliam-nos na investigação da “invisibilidade” – formas da dominação (simbólica) que pode levar a uma violência (simbólica) – os conceitos de pressuposto, implícito e não dito (DUCROT, 1972; ORLANDI, 2002). E nessa rede interdisciplinar, a própria voz de Bourdieu quando se refere ao performativo da força simbólica:

⁴⁶ Vale ratificar a busca do distanciamento de uma discussão meramente moralista, subjetivista das percepções que serão apresentadas dos editais de seleção de mestrado e/ou da própria análise da relação simbólica que se constrói entre candidatos à academia e acadêmicos em processos de seleção – porquanto não visamos a uma catalogação generalizada de tipos de sujeitos (dominantes ou dominados), mas sim de atos de sujeitos no campo universitário que constituem tensão provedora da “violência simbólica”.

⁴⁷ O “exame”, a que se refere Rajagopalan nesse trecho atribuído a Austin, o último filósofo de Oxford, problematiza a questão filosófica, por exemplo, se conceitos são *a priori* ou *a posteriori*.

⁴⁸ A temática sobre o corpo se encontra desenvolvida no capítulo Interpretando.

“A força simbólica, a de um discurso performático, em particular, de uma ordem, constitui uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por encanto, a despeito de qualquer constrição física; mas o encanto opera buscando apoiar-se em disposições previamente constituídas, que ele “desencadeia” como se fossem molas” (BOURDIEU, 1998, p.204-205).

A percepção bourdieusiana de que a força simbólica contida em uma ordem (ato ilocucionário) exerce sobre diferentes sujeitos um poder sobre seus corpos se aproxima da ideia de linguagem como atos de fala de Austin (1990). Bourdieu vê a linguagem antes de mais nada como uma *práxis*: “ela é feita para ser falada, isto é, utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação” (BOURDIEU, 2005, p. 13). A “eficiência” da linguagem, para este autor, está circunscrita no discurso. O sociólogo francês sugere ainda que a linguagem não possui apenas a função de “comunicar”, mas que é ainda o lugar que abriga o uso de diferentes estratégias, utilizadas por diferentes indivíduos – para se constituírem enquanto sujeito –, evidenciando práticas sociais, como, por exemplo, práticas de dominação. Entendemos que o discurso é a própria linguagem e que a violência simbólica é engendrada, “capitaneada” pelos atos ilocucionários, e suas consequências podem ser melhor percebidas nos efeitos perlocucionários (verificados no corpo⁴⁹). A teoria dos atos de fala, portanto, nos ajuda nessa pesquisa a mostrar a aplicabilidade de critério tanto para recolhimento da matéria linguística, quanto para a análise interpretativo-qualitativa: quem executa a violência simbólica (candidatos e/ou acadêmicos) e como se sente a violência simbólica (candidatos e/ou acadêmicos), ou seja, a tensão na relação entre candidatos à academia e acadêmicos e vice-versa. Dito isto, o percurso metodológico não é de estabelecer uma simbiose entre Austin e Bourdieu, mas de construir uma rede cujos nós teóricos podem se ligar para atender ao objetivo maior dessa pesquisa: a possibilidade de uma prática da violência simbólica.

As marcas linguísticas retiradas dos editais têm como estratégia dar condições de entender de como a linguagem é capaz de construir realidades no contexto da relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos, o vórtice analítico que nos permite a compreensão, configuração da violência simbólica no interior dessa relação nos possibilitando ainda identificar um “rosto” – corpo – que expressa tensão dessa relação.

⁴⁹ Vide nota de rodapé anterior.

5.5 Do percurso analítico

A figura a seguir resume a rede constitutiva que elabora a metodologia, ou seja, como os conceitos teóricos e analíticos e perspectivas temáticas estão organizados. Vejamos:



Fiura 2: Metodologia⁵⁰

⁵⁰ Vale a observação de que a vinculação dos *editais* ao sujeito *acadêmico* não estabelece uma relação imediata de uma determinada autoria acadêmica, de caráter individual. Sua escritura passa por diversas instâncias e pode ser modificada de acordo com pontuações advindas, por exemplo, de órgãos reguladores da legalidade da

No detalhamento descritivo da figura a seguir, colocamos em itálicos as categorias que indicam os caminhos interpretativos⁵¹. Cientes da impossibilidade de separarmos o universo linguístico do social, a divisão que promovemos neste gráfico se dá por motivos estritamente metodológicos, ou seja, de levar nosso leitor a uma melhor compreensão, visualização do nosso percurso analítico.

No *universo social* – ancorado pelos pressupostos teóricos de Bourdieu (1983, 1998, 2003, 2004, 2005, 2007, 2011), temos a configuração de uma *relação simbólica* enquanto um lugar constituído por *corpos em tensão*⁵². Os atores nesta relação são o *acadêmico*, ocupando o lugar do *poder*, que, em princípio, garante a posição de *autoridade institucional* do campo universitário – a academia; e, em seguida, o *candidato*, ocupando o lugar do *(não) poder*, garantido pela própria condição de candidato, ou seja, em qualquer tipo de seleção não se nega que quem seleciona pratica o poder da inclusão ou exclusão de quem é selecionado, pois senão o sentido de seleção sequer existiria. No entanto, as *setas* de dupla direção, entre *acadêmico* e *candidato* e *poder* e *(não)poder*, não só ratificam a tensão da relação simbólica estabelecida, como também o fato de a prática do poder estar nas condições situacionais da prática e do lugar do poder, sejam quais sujeitos a pratiquem. Além disso, é relevante clarificar que nossa proposta maior é de detectar a tensão na relação simbólica, e não categorizar lugares fixos representacionais da prática do poder. Mas, como indica Bourdieu (2007), não há como negar (daí a negação *não* estar entre parênteses contígua ao *poder*) que o sentido de *candidato* está vinculado não só àquele sujeito que “escolhe” seguir às diretrizes institucionais, mas também àquele que, mesmo com a consciência e conhecimento das normas acadêmicas, não possa deixar de ser “submisso” a regras que podem resultar em exclusão – daí a posição da *seta* que dirige o *candidato* em direção à *autoridade institucional*. Nesse universo, apresentam-se os sujeitos e a tensão presentes na relação simbólica que se estabelece.

O que estamos chamando de *universo linguístico* corresponde ao *corpus* de nossa

documentação universitária. Nesse processo, vários outros agentes são acionados, inclusive aqueles que não são acadêmicos. No entanto, o documento que chega ao candidato é uma documentação com o cabeçalho constituído pelo nome da universidade – *poder institucional* –, assinado e legitimado pelo reitor da instituição – *acadêmico* –, organizado inicialmente e divulgado posteriormente pelo departamento de pós-graduação que se propõe a uma seleção – constituído por *acadêmicos*.

⁵¹ As setas e a posição dos termos não serão retomadas na descrição, só quando necessário, pois a direção e posição estão explicadas respectivamente em nossa descrição gráfica.

⁵² *Corpos em tensão* é uma expressão aqui utilizada para anunciar de alguma forma, ainda incipiente, o capítulo 6 (Interpretando), momento em que a noção de *corpo* e de *tensão* será melhor elaborada.

análise: os *editais de seleção*, que vão oferecer o material linguístico para configurar os *atos de fala* (AUSTIN, 1961, 1963, [1962]1990). Lembramos que, apesar de dizer que estamos apenas no universo linguístico, este habita o *universo social* – já que não há como separar o mundo linguístico do social –, separados na figura apenas como recurso didático-epistemológico, não sendo possível, deste modo, explicar este universo sem retornar ao primeiro. O *ato ilocucionário* responderia pela voz do *acadêmico* cuja *força ilocucionária* atuaria na prática do poder como *autoridade institucional (editais)*; a *ato e força ilocucionários* agregam-se o *ato* e a *força perlocucionários*, que produzem *efeitos perlocucionais* no sentir do outro, ou seja, o *candidato* sente o *ato perlocucionário* e, portanto, ingere *efeitos* provocados por este sentir. As *setas* de dupla direção entre atos e forças ilocucionários e efeitos perlocucionais justamente indicam que a relação entre sujeitos depende da posição que estes ocupam no ato do proferimento comunicacional. Ou melhor, os editais institucionais de seleção de mestrado produzem uma ação ilocucionária de força perlocucional que provoca efeitos no candidato, sejam quais forem as interpretações que daí advêm, ou por imposição, ou por aceitação às regras institucionais estabelecidas.

No *universo linguístico-social*⁵³, o ícone || tem o objetivo de demonstrar o entrecruzamento teórico que se faz entre Austin e Bourdieu. Dos *atos de fala* emerge a *força da linguagem* que gera possibilidades de *violência simbólica*. E, para entender a *violência simbólica*, é preciso perpassar pelos sentidos de *habitus* e *campo*, pois explicam, respectivamente, as disposições de um determinado espaço. E o *poder* e a *tensão* se constituem (Bourdieu): de um lado, *tensão* que não existe sem que haja uma perspectiva de *poder* que organize as relações sociais; e, de outro, o próprio poder também não existe senão enquanto pressuposto da tensão. Esta ordenação metodológica de setas e temáticas visa à percepção de que a relação simbólica no *campo* universitário com seu *habitus* se constitui pela tensão do exercício do poder; o reconhecimento ou não (por parte dos candidatos) da legitimidade do poder de prescrever regras (acadêmicos) acaba por fazer surgir tensão na relação simbólica entre estes dois grupos de sujeitos. Portanto, *poder* e *tensão* se encontram tanto no universo austiniano quanto no bourdieusiano (daí sua posição central na figura). O *poder* se manifesta nos atos de fala exercidos como *habitus* de um *campo* que “utiliza técnicas específicas de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos do seu exercício”, no sentido emprestado por Foucault (1991, p. 143). Ou seja,

⁵³ Cientes da impossibilidade de separação entre o universo linguístico do social (OTTONI, 1998), a apresentação que fazemos na figura 2 se dá para fins exclusivamente metodológicos, para que nosso leitor compreenda melhor o percurso que fazemos para analisar dos dados.

normas e regras não parecem se dar de modo “tranquilo, pacífico”, mas na perspectiva da tensão que emerge do poder simbólico que permite sua imposição.

E na rede de atos de fala que “fazem” poder e tensão, o *dito* e *não-dito* (DUCROT, 1972) apontam para os subentendidos que habitam as forças dos atos de fala (*Austin*) na prática do poder. Dito de outro modo, no recolhimento das marcas linguísticas, subentendidos, serão recursos de reconhecimento da relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos, considerando que “pressupor [é] não dizer o que o ouvinte sabe ou não dizer o que o ouvinte sabe o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse” (DUCROT, p. 77, 1972).

No apontamento dos *tópicos temático-analíticos*, uma distribuição temática da análise: no topos da agência dos acadêmicos a *censura*, na medida em que Bourdieu (BOURDIEU *apud* WACQUANT, 2007) postula que o poder *reproduz corpos*, ou seja, uma demanda de diferentes sujeitos à repetição de uma série de comportamentos e articulação de pensamentos. No topos do candidato, a voz do *silenciamento*, senão da *submissão* (DUCROT, 1972; ORLANDI, 2002), significa e não deixa de ser uma agência, nem que seja pelas bordas (BUTLER, 1997)⁵⁴. É na *tensão*, fabricante e geradora das “rugos da face da violência simbólica”, que se justifica a duração de *reprodução dos corpos*, no exercício da *censura*, provocadora de *silenciamento* e *submissão* de sujeitos situados sócio-historicamente.

Resumimos a explicação da nossa figura do seguinte modo: 1) na rede social, buscou-se a relação simbólica entre acadêmico e candidatos à academia, que constitui corpos em tensão; 2) na relação de poder da autoridade institucional, acadêmicos e candidatos “interagem”; 3) no universo linguístico, enunciados dão conta do ato e da força ilocucionários e perlocucionais recolhidos e verificados nos editais de seleção; 4) aliando os dois universos, linguístico ao social, chega-se à análise que busca os registros da violência simbólica construída por atos de fala, circunscritos no *habitus* do campo universitário, cuja força de linguagem nutre poder e tensão, no dito e não dito; 5) e, na organização analítica, categorizamos nossa colheita linguística em cestos temáticos: a) os acadêmicos na reprodução de corpos no e do poder cuja prática da censura gera b) nos candidatos silenciamento e submissão, temáticas que procuram evidenciar a tensão na relação entre candidatos à academia e acadêmicos. Como se pode observar, o tronco teórico parte dos pressupostos de Austin e Bourdieu, que correm para outros afluentes a fim de problematizar o contexto em

⁵⁴ De acordo com esta autora a agência pelas bordas é uma forma de agência, pois não agir é uma forma de agir, e de escolha.

que a violência simbólica possa se instaurar: dito⁵⁵, dito eufemizado e não dito que, de alguma forma, estão “ali”, até mesmo nas práticas do silêncio, engendradas pelo e no discurso.

No entanto, mesmo diante desse aparato metodológico, não podemos esquecer que:

“É na seleção desse material que a metodologia de análise propriamente se constrói. Ou seja, serão os dados que vão gerar contornos analíticos e não o contrário; Dados não ficam submissos á teoria e sim se fazem instrumentos dos dados. Justifico tal postura pela colocação de Santos (1987, p.64), ao postular que o conhecimento pós-moderno é analógico, em que a fragmentação pós moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros” (FERREIRA, 2010, p. 5).

E acrescentamos que a ideologia que perpassa essa proposta metodológica comunga com o dizer de Alencar (2006, p. 58):

“Trabalhar com atores sociais na prática discursiva do ato da pesquisa, trabalhar sobre as questões de identidade, discriminação e poder, no palco da linguagem em que os signos são construídos, é lutar para atingir um vir-a-ser-transformador no terreno escorregadio da linguagem e do social”.

⁵⁵ Na perspectiva analítica dos verbos contemplados na classificação de “proferimentos em função de sua força ilocucionária” (AUSTIN, [1962]1990, p. 123).

6. DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM CURSOS *STRICTO SENSU* DE LINGUÍSTICA E SOCIOLOGIA DE FORTALEZA

Importa-nos apresentar algumas observações sobre a organização deste capítulo analítico:

1. Nosso leitor perceberá que em cada subitem partimos da tensão cimentada nos *atos de fala* que nos possibilita atingirmos a configuração da violência simbólica para, no interior de cada subitem, procedermos com a discussão, assim como com a proposta na figura 2 (seção. 5.3). Justificamos o início de nossa análise pelo subitem *Submissão*, por entendermos que apenas a partir da configuração de uma relação de dominação (simbólica) é que se pode apontar para a possibilidade da presença da violência simbólica na relação entre candidatos à academia e acadêmicos;
2. O método qualitativo interpretativista foi utilizado para a análise dos dados gerados para todos os subitens deste capítulo analítico. Por uma questão de escolha de percurso metodológico, a análise quantitativa se deu, sobretudo, sobre o último subitem, da *Reprodução dos Corpos*, por se mostrar eficaz na tarefa de atingir o objetivo já mencionado no capítulo introdutório desta dissertação.

Para efeitos de melhor visualização da origem dos dados recolhidos, a referência aos editais disponibilizados em *CD ROMs* obedece a seguinte ordem: (1) entre parênteses o número das linhas, em algarismo arábico, e o número dos editais, em algarismo romano respectivamente (ex: 32-35, X); (2) a sequência conferida aos editais nas referências se encontra em ordem alfabética – por programa e por título de área⁵⁶.

Ao visualizar os anexos, nosso leitor perceberá a omissão (deliberada) de todos os nomes próprios – sobrepostos com tarja preta. Tal procedimento foi adotado para que a leitura dos editais não levasse a uma identificação do acadêmico, por entendermos que não tratamos aqui de expor ou analisar pessoas, indivíduos, mas agentes (instituições) que nos possibilitem a visualização de um rosto que evidencie uma agência e com ela a possibilidade de compreensão, configuração da violência simbólica, fruto da tensão que emerge da relação

⁵⁶ Registre-se que os editais retirados dos sites de cada programa ou recebidos via correio eletrônico pelos programas dos cursos de onde se originam os editais se encontravam todos em formatos *pdf*. Para que pudéssemos acrescentar o número das linhas e o número de cada edital, fez-se necessária a transformação para o formato *word*. Da transformação dos formatos, alguns elementos tiveram que ser reconstituídos, mas sem o prejuízo do conteúdo que foi mantido como encontrado originalmente na íntegra.

simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos.

A discussão que apresentamos a seguir centra na tentativa de responder aos objetivos apresentados na introdução desta pesquisa (p. 14) e brevemente lembrados a seguir: (1) entender como se dá a violência simbólica em seleção, como ela é construída pela linguagem, como ela se configura e se naturaliza; (2) entender de que modo candidatos à academia são constituídos pelos atos de fala e como o corpo (do candidato) está situado na tensão que caracteriza seleções de mestrado/doutorado.

6.1 Da submissão

Decidido a ver o filme *A Guerra do Fogo* (1991), “des-amparado” de qualquer conceito cientificamente aceito de linguagem, ficou em mim a ideia de que tudo o que vemos, tudo o que há enquanto fruto de pensamentos, percepções, parecem de fato só nos ser possível se aceitamos que a linguagem – esse conjunto de conexões, associações entre figuras, imagens e sons, formando uma teia de códigos capaz de transformar ruídos em fala – nos deu o mundo. Por outro lado, o avanço dos estudos da linguagem nos levou a Austin ([1962] 1990) e, a partir do seu *Quando dizer é fazer* ([1962] 1990), hoje podemos vislumbrar a linguagem a partir de uma perspectiva performativa, a de que aquele (sujeito) que designa quem é o rei não está separado “do rei” (objeto), mas mantém com ele uma relação. O filósofo linguista fez mais. Mostrou-nos que as “credenciais” (sociais) de quem pronuncia a ilocução garante de certo modo que um dizer faça com que reconheçam alguém como rei. Mas que condições (“credenciais”) são estas que se refere Austin ([1962] 1990)?

Lembrando um pouco do que já foi dito no capítulo 2 desta dissertação, as convenções sociais compreendidas em um contexto específico dão aos atores sociais as condições necessárias de validade para que as palavras por eles pronunciadas produzam os efeitos esperados (MARCONDES *apud* OLIVEIRA, 2001). Se voltarmos nosso olhar para a história compreendida entre o século VIII a.C. e o final do século XVI, perceberemos que quem declarava alguém rei em um expressivo número de países europeus confessos católicos era o papa (CATÃO, 2007). Assim ocorria porque havia nele o reconhecimento de uma autoridade outorgado pela igreja (instituição). Ou seja, um ato ilocucionário (“Eu declaro Leonzio Lars rei da Fracchinia”) com força de tornar um príncipe ou até mesmo um soldado ou vassalo em rei. O mesmo ato ilocucionário que tem força suficiente de conduzir um príncipe ao trono parece depositar nele também todas as sensações comuns a quem é

declarado rei: poder, regozijo, orgulho, responsabilidade (ato perlocucionário); o ato ilocucionário, que “transforma” um príncipe em rei, criando deste modo uma nova realidade com novas configurações, acaba por levar o declarado a assumir atribuições de rei, que sejam: reinar, governar e tantas outras semelhantes⁵⁷.

O trecho abaixo retirado do Edital I segue uma perspectiva performativa de linguagem semelhante a apresentada anteriormente:

O Reitor da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Prof. [REDACTED], no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acham abertas as inscrições para seleção ao Curso de Mestrado Acadêmico em Lingüística Aplicada (CMLA), na área de concentração Estudos da Linguagem, em conformidade com o presente Edital.(26-31).

Analisemos inicialmente o contexto em que este ato ilocucional é proferido. Uma voz na terceira pessoa pronuncia a ilocução, *O reitor [...] torna público [...]*. Ao tornar público algo que venha a *interessar* um público alvo, o reitor assim o faz por estar “revestido” de uma autoridade concedida pelo Estado: [...] *no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais [...]*. Este ato ilocucional – aliado a outros aspectos que ainda serão apresentados neste subitem – possui força capaz de fazer surgir o ato perlocucional, que tem por efeito levar interessados⁵⁸ a se inscreverem para a seleção do curso de mestrado. Ou seja, a força ilocucionária presente no ato ilocucionário é tão “intensa” que dá condições ao ato perlocucional de produzir efeitos esperados – candidatos à academia “respondem” a este chamado verificado pela sua inscrição. Por outro lado, esse efeito esperado não seria possível se não houvesse aqui o reconhecimento (por parte dos candidatos) da autoridade institucional. Dito de outro modo, um simples “dizer” por si só não possui força de um “fazer” (OTTONI, 1998). A força de um “dizer” em um “fazer” se dá, sobretudo, pelo 1) fato de o Estado, enquanto organizador e controlador social, conceder ao reitor a legitimidade de tornar público (ato ilocucional) uma informação capaz de levar (força ilocucional) indivíduos a efetuarem sua inscrição em uma seleção aliado ao 2) reconhecimento – por parte dos candidatos – da autoridade da voz do reitor (concedida pelo Estado). Estes dois elementos atribuem ao “dizer” força de um “fazer”. Vejamos que se, ao invés de “*O reitor [...] torna público [...]*”,

⁵⁷ No caráter de efeitos, lembramos que o termo “sensação” pode ser verificado não só por quem sofre os efeitos perlocucionais (o príncipe declarado rei), mas também por quem pronuncia a ilocução (o papa que declara o príncipe rei). Portanto, as sensações descritas (poder, regozijo, orgulho) são sentidas tanto pelo papa, ao tornar o príncipe em rei, como pelo príncipe, ao ser declarado rei.

⁵⁸ Doravante descritos como “candidatos à academia”.

tivéssemos a ilocução “*o deputado [...] torna público [...]*”, o ato ilocucional não teria, neste contexto, a mesma força capaz de produzir os efeitos esperados. A voz de um deputado dirigida aos candidatos à academia, provavelmente, não seria reconhecida como legítima se enunciada na esfera (acadêmica) de domínio do Estado. Pertencente à classe de verbos veriditivos – aqueles que constituem o estabelecimento de algo – enunciados em função de sua força ilocucionária, o verbo *tornar (público)* é aqui por nós destacado como um dito dito, ou dito de forma explícita. Ponderamos que o ato ilocucionário precisa, para que os sentidos que se quer empregar estejam minimamente claros para o interlocutor, da utilização de verbos explícitos. Defendemos, deste modo, que a força do ato ilocucional, com vistas ao ato perlocucional, gere os efeitos esperados: *interessados*, em posse da informação de que as inscrições para participação no processo de seleção *se acham abertas*, de fato se dirijam até a secretaria do programa de pós-graduação para efetuar sua inscrição. A “felicidade” destes atos de fala decorre de certo modo pelo encontro entre o que o interlocutor compreende da oração enunciada com os sentidos e o que o locutor espera que o interlocutor compreenda, já que:

“A perlocução expõe o fato de que as consequências de um ato de linguagem, ou melhor, seus significados, não são previamente determinados, adquirindo sentido, apenas, no contexto da enunciação, através da atitude responsiva, digamos assim, do sujeito-outro (do interlocutor) da interação” (GOMES, 2009, p. 8).

Percebemos no trecho do Edital I (26-31) não haver a utilização de eufemismos ou de polidez linguística – o que ainda assim não impede o surgimento da tensão na relação entre candidatos à academia e acadêmicos. Repisando o que já foi comentado, temos neste caso toda uma construção de legitimidade de uma voz, “*O reitor [...] no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais [...], que se acham abertas as inscrições para seleção [...] em conformidade com o presente Edital*”, necessária, portanto, para que sejam reconhecidos como verdade os dispositivos que organizam, que estruturam a seleção ao mestrado do referido programa. Configurado este “panorama”, começamos a “desenhar” o contorno da tensão na relação entre candidatos à academia e acadêmicos:

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará comunica a abertura de inscrições de candidatos à seleção para o MESTRADO, para o preenchimento de até 20 (vinte) vagas, distribuídas indistintamente, nas seguintes linhas de pesquisa:[...] (11-13, X)

O Reitor da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Prof. [REDACTED], no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que os Centros de Humanidades - CH e de Estudos Sociais

Aplicados - CESA estarão recebendo inscrições para seleção ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, nas datas e demais condições especificadas no presente Edital.(11-16, VII)

Neste primeiro trecho (11-13,X), vê-se que a autoridade do “*Programa de Pós-Graduação em Sociologia [...]*” é imputada pelo lugar de onde se pronuncia a ilocução, dá ordem do pertencimento: “*da Universidade Federal do Ceará [...]*”. Em todos os trechos em que se buscou identificar a voz da autoridade institucional, o cabeçalho de cada edital já anuncia atributos “identitários” de um agente: signo/corpo (logomarca), nome (*Programa de pós graduação em...*), local (*Universidade... do Ceará*), porém, a apresentação explícita logo após o cabeçalho – trazida no interior do próprio texto do edital – do agente que ‘pronuncia’ a ilocução é que de fato põe em proeminência a voz autorizada. Entendemos que o poder que emana da autoridade institucional torna acadêmicos e candidatos à academia submissos⁵⁹ às disposições enunciadas no edital⁶⁰: “*O Reitor da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Prof. [...] no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais torna público [...] estarão recebendo inscrições para seleção [...] nas datas e demais condições especificadas no presente Edital*”. Fica-se o subentendido (DUCROT, 1972) que o CESA receberá as inscrições desde que sejam nas *datas e demais condições especificadas no presente Edital*. Não questionamos aqui o aspecto da liberdade de escolha de cada indivíduo de agirem enquanto 1; responsáveis pela coordenação da inscrição e do processo de seleção em si ou de 2; candidatos à candidatos (possíveis inscritos), mas de identificar elementos coercitivos possíveis de serem verificados pelo estabelecimento de uma ordem, de regras e normas (contidas nos dispositivos dos Editais). Interessa-nos entender como a submissão pode ser compreendida no contexto da dominação simbólica. Para ajudar-nos nesta tarefa, permita-nos uma citação longa:

“O poder simbólico só se exerce com a colaboração dos que lhe estão sujeitos porque contribuem para *construí-lo* como tal. Contudo, seria bem perigoso deter-se nessa constatação (com o construtivismo idealista, etnometodológico ou qualquer outra abordagem): essa submissão tem muito pouco a ver com uma relação de ‘servidão voluntária’ e essa cumplicidade não é concedida por um ato consciente e deliberado; ela própria é efeito de um poder, que se inscreve duravelmente no corpo dos dominados, sob a

⁵⁹ O termo submissão é aqui apresentado enquanto sinônimo de obediência voluntária. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/submissao/>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

⁶⁰ Não negamos que essa submissão seja antecedida por uma escolha. Partimos da compreensão de que a submissão é construída na esteira da coerção exercida pela adesão que os agentes fazem à dominação e, por conseguinte, ao dominador (BOURDIEU, 1998). Trataremos mais adiante como nossas escolhas podem ser historicamente construídas.

forma de esquemas de percepção e de disposições (para respeitar, admirar, amar etc), ou seja, de crenças que tornam sensível a certas manifestações simbólicas, tais como as representações públicas de poder” (BOURDIEU, 2001, p. 207).

O sociólogo francês nos ajuda a entender ainda que a submissão estabelecida na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos não foi construída apenas no contexto de “aceitação cega” dos dispositivos do edital, mas também no próprio não reconhecimento da submissão nesta relação:

“Essa submissão, que o corpo pode, aliás, reproduzir imitando-a, não é um ato de consciência visando a um correlato mental, uma simples representação mental (ideias ‘que a gente tem’) suscetível de ser combatida apenas pela ‘força intrínseca’ das ideias verdadeiras’ ou então daquilo que se costuma registrar sob o conceito da ‘ideologia’, mas uma crença tácita e prática tornada possível pelo costume nascido da domesticação do corpo” (BOURDIEU, 1998, p. 208).

Ver a *língua* enquanto um jogo, como enxergou Ducrot, “como o estabelecimento das regras de um jogo que se confunde com a existência cotidiana” (DUCROT, 1972, p. 13), se mostra apropriada se pensarmos os sentidos do ponto de vista do resultado de uma negociação entre sujeitos. De fato, os sentidos pronunciados em um “dito” por um locutor podem não ser os mesmos compreendidos pelo seu interlocutor, daí a necessidade de “negociarmos” (com o outro) os sentidos contidos do que queremos dizer. Não há, portanto, uma correspondência automática entre o que se diz e o que se quer dizer⁶¹. Estamos falando da implicitude no ato ilocucionário que orienta no trecho (11-13, X) as ações de acadêmicos: fazer valer as regras do edital. O ato ilocucionário (voz institucional) que orienta as ações dos acadêmicos também tende a orientar – em perspectivas diferentes – as ações do candidato. Neste sentido, a força do ato ilocucional – pronunciada pela voz institucional, ou a voz do reitor, ou a voz do programa – tende a “enquadrar” ambos (acadêmicos e candidatos) em uma posição de obediência ao edital. Deste modo, entendemos a obediência ao edital enquanto efeito do ato perlocucional – traduzido pela adesão voluntária à coerção exercida pelas normas e regras presentes nos Editais⁶². Ambos, candidatos à academia e acadêmicos, têm em comum a obediência, a submissão à voz da

⁶¹ Defendemos que os sentidos nunca estão saturados, nunca estão fechados, não acabam em si mesmo. Para nós, portanto, algo que é dito no “código” nunca é totalmente dito e mesmo que se tente dizer de “outra forma”, ainda assim não pode ser totalmente dito.

⁶² A obediência voluntária a que nos referimos neste trecho pode ser percebida quando, na perspectiva do acadêmico, ele, ao participar de concurso público para trabalhar como professor e/ou pesquisador em uma universidade tacitamente, aceita, concorda com as regras deste campo, na perspectiva do candidato pela inscrição à seleção ao mestrado.

instituição, à voz da academia, porém, em posições diferentes.

Analisemos outros trechos:

O curso exige o cumprimento de 55 (cinquenta e cinco) créditos, de acordo com a seguinte estrutura curricular (16 créditos em disciplinas obrigatórias gerais e 09 créditos em disciplinas opcionais), a serem realizadas no prazo de um ano (36-38, VII).

Para aqueles que irão desenvolver projeto em língua estrangeira moderna será exigida a comprovação de proficiência na respectiva língua de trabalho (48-50, I).

A seleção dos candidatos será feita por uma Comissão de Seleção composta por quatro professores indicados pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Linguística. O processo de seleção compreenderá três provas, sendo a primeira eliminatória e as demais classificatórias. (92-95, IV).

Vê-se acima a explicitação do exercício da dominação (simbólica) – uma vez aceitas as condições para inscrição. Pertencente à classe de verbos exercitivos – “aqueles que determinam o curso da ação em oposição a julgar que tal coisa é assim” (AUSTIN, [1962] 1990, p. 126) – e proferido em função de sua força ilocucionária, o verbo *exigir* é aqui por nós realçado enquanto um dito explícito. Austin ([1962] 1990, p. 126) destaca ainda que as consequências geradas por enunciados que trazem os exercitivos “podem ser que outros sejam ‘compelidos’ ou ‘autorizados a fazer certos atos’”. Deste modo, defendemos que a prerrogativa de exigir algo é, em linhas gerais, do poder (acadêmico) e não do não poder (candidato)⁶³. Defendemos ainda que o uso do presente do indicativo, “*O curso exige o cumprimento de 55 [...]*” confere um tom assertivo ou ainda de “verdade” ao que se quer dizer, atribuindo à ilocução características lexicais semelhantes às encontradas em leis⁶⁴. Entendemos que a linguagem expressa em enunciados por uma voz autorizada, legitimada socialmente, “impõe a crença numa realidade [...] as palavras pressupõem uma existência” (MARTIN, 2003, p. 119): “*O processo de seleção compreenderá três provas [...]*”. Ou seja, no imaginário do candidato já se tem a constituição do processo de seleção com suas etapas, normas e regras ou mais que isso, o poder, gestado no reconhecimento da autoridade acadêmica, produz a verdade e determina a lei a ser seguida (FOUCAULT, 1973).

⁶³ Acreditamos que o poder do candidato resvala na própria condição de se “impor” enquanto candidato, condição sem a qual uma seleção sequer existiria.

⁶⁴ Trazemos para o leitor a diferença entre edital e lei, não nos interessando promover uma discussão entre ambos: “o edital é ato normativo editado pela administração pública para disciplinar o processamento do concurso público. Sendo ato normativo editado no exercício de competência legalmente atribuída, o edital encontra-se subordinado à lei e vincula, em observância recíproca, Administração e candidatos, que dele não podem se afastar a não ser nas previsões que conflitem com regras e princípios superiores e que por isso são ilegais ou inconstitucionais” (MOTTA, 2004, p. 4227).

Defendemos que o poder simbólico exercido por acadêmicos sobre candidatos à academia permite a elaboração de uma agenda:

*As disciplinas serão fundamentalmente ministradas de 2ª a 6ª feiras de 14:00 às 18:00h, sendo exigido por ocasião da matrícula os selecionados documento(s) comprobatórios de **disponibilidade efetiva do horário para cumprir o curso**. (40-42, VII)*

Nas duas últimas linhas em negrito, há a ênfase de um dispositivo de controle, **disponibilidade efetiva do horário para cumprir o curso**. A presença do verbo *exigir* – já apresentado enquanto marca da força ilocucionária explicitamente inscrita no enunciado –, precedendo o termo *efetiva*, deixa claro para o candidato a adequação da sua agenda à agenda do curso. Portanto, é o candidato que deve se adequar à agenda do programa, e não o contrário, tendo ainda que, para garantir o cumprimento dessa agenda, apresentar documentos que o comprove.

Semelhante análise pode ser elaborada nos trechos a seguir, porém com uma especificidade. Abaixo podemos ver uma “demanda”:

O Programa prioriza a dedicação integral dos alunos para viabilizar o cumprimento da programação didática que compreende frequência às aulas, elaboração de trabalhos monográficos e participação em eventos científicos”. (42-44,IV);

Declaração de disponibilidade de tempo para o curso, fornecida pela instituição empregatícia, ou de próprio punho, no caso de não ter vínculo empregatício”. (69,IV);

Sem a garantia de uma “oferta”:

A aprovação e a classificação no processo seletivo não asseguram a concessão de nenhuma espécie de bolsa ou auxílio por parte do Programa de Pós-Graduação em Linguística” (220,IV).

Como afirmamos anteriormente, processos de seleção de mestrado estão organizados sob a perspectiva de uma estrutura que organiza as etapas a serem seguidas pelo candidato à academia e a serem coordenadas por acadêmicos. Os enunciados acima apresentados tendem a funcionar enquanto estrutura que implica “uma ação estruturante, uma vez que as categorias de classificação presidem a prática do indivíduo que as interiorizou” (ORTIZ, 1983, p. 16). Temos nos trechos uma estrutura estruturante – disposição impositiva deste subcampo específico –, que vai estruturando as ações do sujeito-candidato em

seleções⁶⁵. Deste modo, temos na estrutura as regras e disposições habituais (“dedicação integral”, “disponibilidade”, “aprovação” e “bolsa”) e na estruturante uma prática que é esboço de uma conformação, aceitação dessas regras (pressupondo que o candidato esteja no processo de seleção). A seguir, Bourdieu (2001, p. 213) nos ajuda a compreender melhor a conformação dos candidatos à academia na perspectiva de estruturas outras (cognitivas). Para tanto, permita-nos uma citação longa:

“A fim de compreender verdadeiramente a submissão imediata obtida pela ordem estatal, é preciso romper com o intelectualismo da tradição kantiana e perceber que as estruturas cognitivas não são formas da consciência, mas disposições do corpo, esquemas práticos, e que a obediência que concedemos as injunções estatais não pode ser compreendida como submissão mecânica a uma força, nem como consentimento consciente a uma ordem. [...] a submissão à ordem estabelecida é o produto do acordo entre as estruturas cognitivas inscritas pela história coletiva (filogênese) e individual (ontogênese) nos corpos e as estruturas objetivas do mundo ao qual elas se aplicam: a evidência das injunções do Estado impôs-se tanto mais poderosamente pelo fato de haver logrado impor as estruturas cognitivas segundo as quais ele é percebido”.

A submissão que escorre pelo leito da conformação, “produto do acordo entre as estruturas cognitivas e as estruturas objetivas do mundo”, como nos faz ver Bourdieu (2001), parece não repousar implicitamente no dispositivo retirado do edital sem produzir efeitos. Desta feita, defendemos que a submissão não apenas precede à tensão na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos, mas também a alimenta, criando ainda condições favoráveis para a prática da violência simbólica. Em nossa análise, a violência simbólica pode ser percebida como um *a priori* – “*O programa prioriza a dedicação integral dos alunos*” – sem a garantia de um ganho – “*A aprovação e a classificação no processo seletivo não asseguram a concessão de nenhuma espécie de bolsa ou auxílio por parte do Programa*”. Por vivermos no sistema político-econômico capitalista, em que as condições de sobrevivência são dadas pelo capital financeiro, exigir do candidato o cumprimento de uma agenda, “*frequência às aulas, elaboração de trabalhos monográficos e participação em eventos científicos*” ou ainda expressar uma “preferência” sobre aqueles que *priorizam* o programa sem a garantia de condições financeiras, por conseguinte de sobrevivência, para que se torne possível a dedicação *integral* do aluno ao programa, é a nosso ver esboço de uma prática da violência simbólica. A tensão que cimenta a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos se dá, dentre outros modos, pela submissão às regras inscritas nos Editais. Ou

⁶⁵ Não apenas do sujeito-candidato, mas também do sujeito-acadêmico. Na perspectiva do sujeito-acadêmico, pelo agir em função do funcionamento dos dispositivos presentes nos editais.

ainda, a tensão se dá pela submissão as regras administradas pelos acadêmicos. É na configuração deste contexto, portanto, que temos a prática da violência simbólica.

No trecho a seguir busca-se identificar eufemismos que funcionem enquanto estratégia linguística na tentativa de diminuir os níveis de tensão possíveis de serem percebidos quando da prática da dominação simbólica:

Sugere-se que o anteprojeto dos candidatos ao Mestrado apresente os seguintes itens a serem avaliados pela comissão: título, dados de identificação do candidato, linha de pesquisa escolhida dentre as oferecidas pelo Programa, provável orientador, tema e sua delimitação, objetivo(s), justificativa (problematização, relevância e referencial teórico), metodologia, cronograma e referências bibliográficas segundo as normas da ABNT. (91-97,VI)

Defendemos que o termo *sugere-se* é de certo modo utilizado para diluir os sentidos de tensão que o uso de outros termos com sentidos mais impositivos (exige-se, impõe-se, obriga-se) poderia vir a despertar em uma interpretação pelos candidatos à academia. A linguagem eufemizada, neste caso, parece colaborar para com a eficácia do exercício simbólico da dominação. Colocada não enquanto imposição, mas enquanto sugestão, as normas que orientam a escrita de um projeto de dissertação de candidatos à academia tendem, deste modo, a levá-los a interpretá-las enquanto maneira de ajudá-los a elaborar seus projetos, não de impor-lhes um modelo a ser rigidamente seguido. Admitindo que os candidatos queiram ter seus projetos aprovados, a orientação dada passa a ser seguida, afinal, serão estes os “*itens a serem avaliados pela comissão*”, e não outros que possa imaginar o candidato. Semelhante avaliação pode ser dada quanto ao trecho a seguir:

A leitura dos referidos textos é recomendada como forma de possibilitar, ao(à) candidato(a), o acesso a um quadro teórico de referência em Linguística Aplicada, dentro das áreas de estudo de cada linha de pesquisa. Numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), a nota mínima para aprovação é 7,0 (sete). Duração da prova: 04 (quatro) horas. (165-169, III)

Mas, o que subjaz a essa orientação dada aos candidatos? Vejamos o que diz Bourdieu (1983, p. 128):

“Na luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo, está sempre em jogo o poder de impor uma definição da ciência (isto é, a de limitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos) que mais esteja de acordo com seus interesses específicos. A definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos

de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científico [...]”.

Dito isto, sugerimos que a imposição legítima eufemizada não se dá sem interesses. Argumentamos que a defesa de um rigor científico, de uma excelência acadêmica de escrita – códigos, normas, regras, modelos a serem seguidos –, acaba por constituir um discurso ideológico, pois “a ideia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente, porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo real” (BOURDIEU, 1983, p. 129). O duplo papel desempenhado por acadêmicos, submissos e responsáveis pelo cumprimento de valores, comportamentos, procedimentos trazidos nos dispositivos presentes nos editais, não parece se dar na relação com o candidato à academia sem conflitos, a nosso ver constituídos no exercício da obediência e do cumprimento as diretrizes contidas nos Editais. Nossa argumentação repousa na avaliação de que a tensão que alicerça a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos é fortalecida pelo nível de controle – verificado em enunciados explícitos de imposição de regras e normas inscritas nos Editais – que se tenta estabelecer ao candidato.⁶⁶ Apontamos ainda a utilização de estratégias linguísticas como o implícito e o eufemismo na tentativa de tornar invisível o exercício (simbólico) da dominação. A dominação simbólica pode ser identificada na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos por duas vias: a de um controle que não é reconhecida enquanto tal e a percepção de que a obediência aos dispositivos dos editais possa funcionar como “dinâmica” de um jogo que ele (candidato) deve seguir para atingir seu objetivo: ser aprovado na seleção. Analisemos outro trecho:

Os casos omissos no presente Edital serão dirimidos pela Coordenação do Programa, ouvida a Comissão Examinadora (235-236, IV).

Ao que nos parece, este trecho revela que apenas acadêmicos serão chamados para se pronunciarem sobre os “casos omissos no presente Edital [...]”. A autoridade institucional, “[...] Coordenação do Programa [...]”, instaura aquilo que chamamos de espécie de “corte de juízes do devir” – “[...] Comissão Examinadora. / [...] casos omissos [...]” –, do que ainda não é, mas, na perspectiva de um vir a ser, já se tem aqueles que deverão julgá-los. Escapa ao

⁶⁶ Acreditamos também haver tensão na relação entre acadêmicos e agentes institucionais responsáveis pelo elaboração de regras e normas em um campo macro, não restrito às seleções acadêmicas de mestrado. Entendemos ainda que essas regras influenciam o processo de elaboração dos Editais pelos acadêmicos. Porém, não é objetivo desta dissertação problematizar este aspecto da tensão no campo acadêmico, mas verificá-lo na relação de acadêmicos com candidatos à academia.

nosso entendimento o que de fato subjaz a uma aparente tentativa de ter amplo controle e domínio não apenas dos sentidos expressos no edital, mas também sobre os sentidos que ele (ainda) não expressou. O que nos parece de fato estar em jogo na luta entre os agentes no campo acadêmico é a autoridade de impor uma percepção de ciência “é o poder de impor uma definição de ciência que venha a compactuar com seus interesses específicos” (BOURDIEU, p. 128, 1983).

Estamos certos da impossibilidade de avaliarmos o subjetivo, interesses específicos que não nos permitem objetivamente compreender o que de fato subjaz ao rigor na condução do processo de seleção expresso nos editais. Porém, se concordamos que “os grupos podem agir uns em relação aos outros como parceiros numa competição, num conflito ou numa cooperação, ou num contexto rígido por um sistema superior” (JODELET, 2005, p. 122), é possível, deste modo, sugerir que a presença do “contraditório”, de suscetibilidades, de elementos não consoantes, “não alinhados” – defesa intransigente das regras e normas presente nos Editais e defesa de interesses individuais/particulares – pode, de algum modo, comprometer a crença de que processos de seleção de mestrado são isentos, imparciais, sérios, confiáveis. Esta leitura pode nos ajudar a entender as consequências de conflitos que permeiam as fibras das relações entre pares (acadêmicos) na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos em seleções de mestrado. O que de fato queremos dizer é que a compreensão de processos de seleção de mestrado como a elaborada acima por parte dos candidatos tende a ampliar a tensão na relação entre estes e os acadêmicos.

Nesta etapa, avalia-se a consistência da proposta e sua adequação à linha de pesquisa do Programa escolhida pelo(a) candidato(a) e ao projeto indicado pelo(a) candidato(a) do orientador igualmente por ele(a) escolhido. (136-139, III)

Nesta etapa, avalia-se a capacidade de reflexão, argumentação e síntese do candidato, sobre conhecimentos da linha em que se inscreveu, conforme bibliografia disponibilizada em forma de textos impressos na Secretaria do PosLA. (161-165, III)

Nesta etapa, avalia-se a potencialidade do candidato para realizar estudos pós-graduados. (173-174, III)

A apresentação de um modelo de projeto a ser seguido, que venha a ajudar o candidato a escrever seu projeto, parece fazer algo mais, que apenas “sugerir” um modelo:

ANEXO VI - MODELO DE ANTEPROJETO PPGL 2011. [...] (576,VI)

Acreditamos que o discurso eufêmico tende a operar na base do que não é dito, ou

que é dito de outro modo, como nos lembra Ducrot (1972). O que nos parece no trecho do edital acima é que:

“Não há ‘escolha’ científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 1983, p. 127).

É a perspectiva de fazer científico no campo acadêmico apresentada por Bourdieu (1983) que nos dá a dimensão da tensão que se estabelece na relação simbólica em seleções acadêmicas de mestrado. Uma tensão cimentada pela “ação”, expressa pela força e pelo efeito dos atos ilocucional e perlocucional que acentuam no nível da corporeidade a condição da submissão – aceitação, obediência, consentimento de regras, normas (corporificação). Dito de outra forma:

“O que faz do ato de fala uma ação está redobrado pela força da ilocução e pela força do movimento, do agir do corpo que executa a ilocução. Assim, a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito linguístico” (PINTO, 2007, p.12).

O que nos parece de fato estar em jogo é a instituição de “um processo de legitimação dos bens simbólicos, assim como estabelecer um sistema de filtragem que determine aqueles que devem ou não ascender na hierarquia cultural” (ORTIZ, 1983, p. 23). Nossa construção argumentativa defende a seguinte questão: regras e normas inscritas nos editais e impostas aos candidatos à academia, sem que estes as submetam ao exame da crítica, abrem portas, criam condições favoráveis para o surgimento da violência simbólica (BOURDIEU, 1998). Disto isto, outra questão que se coloca para nós é: mas, o que leva então candidatos à academia a se lançarem em uma seleção com o grau de controle verificado nos dispositivos dos editais? O que os leva então à aceitação, ao cumprimento das regras e normas ali dispostas (concordando ou discordando com tais regras)? Vejamos:

“Uma vez que o pertencimento nativo a um campo implica o senso do jogo como arte de antecipar praticamente o porvir incluso no presente, tudo o que ali se passa parece sensato, isto é, dotado de sentido e objetivamente orientado em uma direção judiciosa” (BOURDIEU, 2003, p.109).

Mas não é apenas esse sentimento de “pertencimento” prévio ao campo acadêmico que parece lançar candidatos a uma “consentida” submissão. A reboque da *illusio* (BOURDIEU, 1998), o candidato sente que todo o seu investimento (preparar projeto de

pesquisa, estudar textos para avaliação escrita, se preparar para entrevista, se submeter a exame de proficiência) em uma tentativa de compor as fileiras do seletivo⁶⁷ grupo de pós-graduandos vale à pena. O consentimento a essa dominação, aliada ao interesse do acadêmico de dispor de “mão de obra” qualificada para a produção científica, acaba por criar uma relação de cumplicidade que tende a ser vista enquanto natural⁶⁸. O investimento feito pelo candidato também pode ser interpretado como um dos motivos que o leva a “sujeitar-se” a um composto de regras e normas, pois o capital cultural acumulado lhe garantirá acesso a bens materiais que o grau de mestre lhe credenciará a receber. Dito de outro modo:

“O jovem que se inicia no campo científico, e que se volta fervorosamente para os estudos, não está simplesmente produzindo conhecimento, mas, sobretudo investindo num papel cultural, que irá posteriormente assegurar-lhe uma posição dominante no campo dos pensadores científicos” (ORTIZ, 1983, p. 22).

Mas essa adesão “quase cega, esse conformismo lógico” (DURKHEIM *apud* BOURDIEU, 2007) não se explica apenas pelo que já foi dito nos dois parágrafos anteriores. Para situar esses candidatos em um momento histórico, que os levou a enxergar essa relação como ‘natural’, Bourdieu (2001, p. 199, acréscimos nossos) nos ajuda com a seguinte afirmação:

“Os novatos [*candidatos*] trazem consigo disposições previamente constituídas no interior do grupo familiar socialmente situado, portanto mais ou menos ajustadas de antemão (sobretudo em virtude da auto-seleção, vivida como “vocação”, ou hereditariedade profissional) às exigências expressas ou tácitas do campo, e suas pressões ou solicitações, e mais ou menos “sensíveis” aos sinais de reconhecimento e consagração em relação à ordem que os confere”.

Sugerimos, portanto, que as estruturas primárias de orientação social como a família – o primeiro campo em que fomos inseridos –, acabaram por incutir duravelmente em nós, desde criança, o sentimento de obediência e respeito aos pais, aos professores etc. Desta feita, não nos parece tão “complicado” entender por que candidatos à academia orientados, portanto, desde o seio familiar a aceitar regras e normas, não enxerguem a relação que se estabelece com o acadêmico em processos de seleção de mestrado como sendo arbitrária,

⁶⁷ O prestígio, admiração ou ainda certa veneração a um estudante que compõe o seletivo grupo de alunos de pós-graduação é aqui apresentado enquanto um elemento outro que lança candidatos à academia a se dedicarem a uma seleção de mestrado.

⁶⁸ Não podemos negar que uma seleção de mestrado em si se apresenta na perspectiva de um processo de admissão de candidatos que apresentem o perfil exigido por um programa de pós-graduação que busca uma excelência no fazer científico.

fruto de uma dominação simbólica. Bourdieu (2003, p. 111, acréscimos nossos) nos ajuda a resumir nossa argumentação: “Compreende-se que não se entra nesse círculo mágico [*campo acadêmico*] por uma decisão instantânea da vontade, mas somente pelo nascimento ou por um lento processo de cooptação e de iniciação que equivale a um segundo nascimento”.

6.2 Do silenciamento e da censura

A história das pós-graduações no Brasil é recente. Por exemplo, o Ministério da Educação e o da Saúde foram criados há apenas 82 anos, durante o segundo ano do Governo Provisório (1930-1934)⁶⁹ chefiado por Getúlio Vargas. Convidado para assumir o recém-criado ministério, Eduardo Campos promoveu uma ampla reforma no sistema universitário brasileiro. Na esteira desta reforma, tem-se a implantação do primeiro programa de pós-graduação brasileiro, o Doutorado em Direito da Universidade do Rio de Janeiro⁷⁰. Esta informação foi encontrada quando buscamos – sem sucesso – algum registro, informação junto a endereços eletrônicos confiáveis que apresentam informação sobre pós-graduações no Brasil e no acervo digital disponibilizado nos sítios das universidades mencionadas com o objetivo de verificar o modo com que se dava o acesso aos programas de pós-graduação⁷¹.

Embora nossa busca tenha se voltado para a verificação de informações sobre processos de seleção apenas em endereços eletrônicos, por conseguinte limitada em seu campo de busca, não nos parece incoerente sugerir que as seleções de candidatos aos programas de pós-graduação não apresentassem critérios com a mesma objetividade como se tem nos dias atuais⁷². Neste contexto, defendemos a utilização dos Editais como porta de acesso hoje no Brasil aos mais de 2.700 cursos de mestrado e 1.600 de doutorado⁷³. Assumimos tal postura por entender que a eficácia dos editais fortalece os critérios de

⁶⁹ GOVERNO PROVISÓRIO. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/governo-vargas.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

⁷⁰ Os cursos que se seguiram à criação do doutorado em direito da URJ na década de 1930 foram: curso de Doutorado da Fundação da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) e o Curso de doutorado da Faculdade Nacional de Filosofia (1939) no Rio de Janeiro.

⁷¹ SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2012.

⁷² A hipótese apresentada tem como objetivo demonstrar que o performativo dos editais tem hoje a sua razão de ser na orientação de valores e regras de seleção.

⁷³ IRECITEC, Números da pós-graduação no Brasil são apresentados em palestra. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/recitec/index.php/arquivo-de-noticias/75-numeros-da-pos-graduacao-no-brasil-sao-apresentados-em-palestra>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

qualidade da seleção, porém não deixa de ser rica peça semântica para que possamos detectar a violência simbólica dentro do campo universitário no que tange a seleções de mestrado.

Afastados da ideia de não reconhecer a importância de Editais de seleção como instrumentos objetivos de avaliação e classificação dos candidatos, nosso objetivo com a análise que segue é tentar mostrar como atos de linguagem podem contribuir para a ampliação dos níveis de tensão na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos. E, na configuração das formas do silêncio, seus derivados silenciamento e censura, compreendidos do ponto de vista de “políticas do silêncio” (ORLANDI, 2002, p. 75), veículos de proibição da voz, que atuam no sentido de impedir que o agente social assumira determinadas posições no campo social a que pertence.

“Atos de fala” (AUSTIN, [1962] 1990) são verificados nos Editais enquanto materialidade linguística para que possamos chegar à temática da violência simbólica. Ao unir o universo linguístico ao universo social, nossa argumentação repousa na premissa de que processos de seleção de mestrado no campo acadêmico funcionam como um subcampo que opera para uma conformação/aceitação de regras específicas (expressas em editais) que acabam por criar um *habitus*, caracterizado pela inculcação de regras no imaginário dos candidatos, fazendo com que eles passem a enxergá-las como naturais. É em um contexto (seleção acadêmica de mestrado) de possível configuração de práticas de formas de silêncio, nos termos emprestados por Orlandi (2002), que justificamos a retirada dos trechos específicos dos Editais. Esta temática (*Silenciamento e Censura*) é apresentada enquanto *locus* em que se procura enxergar a tensão – que emerge deste binômio inseparável – na relação entre candidatos à academia e acadêmicos. Vejamos:

“O candidato será avaliado em relação à leitura crítica e à capacidade de discorrer sobre temas concernentes aos conceitos básicos da Linguística e à linha de pesquisa para a qual concorre, com base na bibliografia indicada no Anexo II. A prova constará de questões sobre Linguística Geral, que deverão ser respondidas por todos os candidatos, e de questões específicas, que serão respondidas conforme linha de pesquisa escolhida pelo candidato”. (165-171, VI)

Temos um ato ilocucional cujo poder emana da voz institucional. Encontrado na classe de verbos veriditivos – aqueles que constituem o estabelecimento de algo – proferidos em função de sua força ilocucionária, o verbo *avaliar* (“*O candidato será avaliado em relação [...]*”) é apresentado enquanto um dito de forma explícita. Defendemos, neste caso, que a força do ato ilocucionário é dada de certo modo pela utilização de verbos de sentidos

explícitos (avaliar, descrever). A utilização de uma linguagem mais clara e direta tem por objetivo fazer com que candidatos compreendam bem os critérios pelos quais serão avaliados. Acreditamos que esta compreensão por parte dos candidatos é relevante para os atos perlocucionários produzirem os efeitos esperados: candidatos passam a estudar seguindo os critérios apresentados. Vemos no trecho enunciado anteriormente a estruturante de um *habitus* registrado oficialmente, e, como tal, de acesso público⁷⁴. Na esteira dessa reflexão, Foucault (1991) afirma que exames são, em verdade, uma combinação entre técnicas de hierarquia que vigia e técnicas de sanção que normalizam, motivo pelo qual são extremamente ritualizadas. Neste sentido, podemos afirmar que o exame (avaliação) é o *modus operandi* em que o agenciamento do acadêmico-avaliador, garantido e legitimado pela autoridade institucional, torna possível certo controle sobre formas de pensar do candidato em processos de seleção de mestrado. É exigido do candidato um conhecimento específico, direcionado; o exame teria, de certo modo, o objetivo de “alinhar” compreensões teórico-científicas dos candidatos às da linha de pesquisa do programa a que se candidata⁷⁵. Não se trata para nós de uma tentativa de negar a necessidade da utilização de instrumentos de avaliação em processos de inclusão/exclusão em uma sociedade marcadamente hierárquica como a nossa (ocidental), mas entender como as relações de dominação simbólica operam na constituição da identidade do candidato à academia via Editais de seleção de mestrado.

Vejamos dois fragmentos retirados de Editais distintos:

Não serão aceitos pedidos de revisão de provas, e a admissão de recurso administrativo deverá seguir as normas vigentes da UFC, a ser interposto junto à Coordenação do Programa no prazo de 48 horas após a divulgação do resultado final. (292-295, V)⁷⁶;

Prova Dissertativa

⁷⁴ Para Bourdieu (2007), o poder simbólico exercido pelo Estado sobre os agentes sociais tem nas estruturas (escola, hospitais, forças armadas) que organizam a vida social meio eficaz não apenas de estabelecer uma ordem, mas também de fazer com que os diferentes agentes sigam estruturando suas vidas a partir da observação das estruturas organizacionais do Estado. O sociólogo entende que, deste modo, as estruturas passam a constituir e a serem constituídas pelos agentes sociais.

⁷⁵ Foi verificado que, na bibliografia sugerida no Edital III, é apresentado um texto que trata de apenas uma (anglo-saxônica) das duas principais perspectivas teóricas de Análise do Discurso (anglo-saxônica e francesa), o que nos leva a sugerir que a linha de pesquisa espera que seus candidatos sejam capazes de desenvolver questões na prova escrita com base em *uma* percepção teórica de Análise do Discurso (anglo-saxônica) e não de *outra(s)* (francesa). Disponível em: <<http://www.uece.br/posla/dmdocuments/bibliolinha03sel2013.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

⁷⁶ Em linhas gerais, recursos ou pedidos de revisão de prova se dão através de preenchimento de formulário em que se identifica o autor do pedido, a quem ele dirige o pedido (coordenação, banca de seleção do programa de pós-graduação) e os motivos pelos quais ele está fazendo a solicitação.

Data: [...] Afixação do Resultado dos candidatos aprovados para a terceira fase [...] Características: sorteio na hora do início da prova de 1 (uma) questão de um total de 5 (cinco). Não há possibilidade de revisão. (120-132, IX)⁷⁷.

Ao negar ao candidato o direito de rever sua avaliação, defendemos que a voz institucional utiliza-se de “uma das maneiras mais eficientes, para um grupo [*de acadêmicos*], de reduzir as pessoas [*candidatos*] ao silêncio, [que] é excluí-las de onde se pode falar” (BOURDIEU, 1983, p. 52, acréscimos nossos). Uma voz que poderia se levantar para questionar uma avaliação é silenciada quando é negado a esse candidato o pedido de revisão de prova. Vemos ainda que “a censura estabelece um jogo de relações de força pela qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, *não* deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala” (ORLANDI, 2002, p. 79, grifo nosso). Acreditamos haver neste caso a interdição de um dizer, um ato de fala que estrutura práticas que, ao serem “aceitas” como “regra do jogo” (seleção), podem conformar os sujeitos em uma posição de não voz, comprometendo deste modo sua condição de agente social. Nos trechos acima temos, portanto dois exemplos de enunciados que expressam a tensão na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos. Nosso objetivo deste modo é “explicitar a política inscrita em um ato de linguagem específico como a censura e, conseqüentemente, por em relevo o modo de funcionamento do silêncio” (ORLANDI, 2002, p. 77). Ainda de acordo com a autora:

“[...] A situação típica da censura traduz exatamente esta asfíxia: ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito” (ORLANDI, 2002, p.81).

Consideramos que determinados dispositivos verificados em alguns Editais tendem a criar identidades silenciadas, agentes que não podem pedir para analisar o que foi avaliado em sua produção escrita⁷⁸. Um discurso acadêmico instituído de poder que aponta a inscrição de candidatos em uma seleção para a aceitação do próprio silenciamento e renúncia

⁷⁷ Dos 12 Editais que ora analisamos, 6 estabelecem explicitamente datas de solicitação de recurso (VII, VIII, IX, X, XI, XII). Outros 3 não o permitem de modo algum (IV, V, VI). Há o caso também de 3 Editais que não apresentam nenhuma informação quanto a pedido de revisão de provas (I, II, III).

⁷⁸ Os resultados da etapa de avaliação escrita podem ser verificados nos sites dos programas, mas não há relatórios disponibilizados para o candidato em que se apresentem os itens avaliados no exame escrito. Ainda que o candidato reprovado busque entender as questões que levaram a ter sua prova escrita reprovada, esta informação lhe é negada. É possível, em alguns dos programas (em informação obtida pelo telefone junto as coordenações dos programas – não disponíveis no Edital), que o candidato tenha acesso a este relatório apenas concluída a seleção.

à própria voz, parece agir enquanto intervenção de um dizer que infelicita a condição de um fazer. Porém, como já foi inicialmente anotado no subitem. 3.2, é preciso entender o silenciamento na relação com o “silêncio fundador”, em que juntos passam a ser fonte de todos os processos de significação que derivam do silêncio. Mas, qual a diferença então entre “silêncio fundador” e “silenciamento”? Segundo Orlandi (2002, p. 75), este último “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo”. E para melhor especificar os atributos de sentido do que seja “silenciamento”, a autora o subdivide em duas partes: 2.1 “silêncio constitutivo” e 2.2 “silêncio local”, o da interdição do dizer, da *censura*. O “silêncio constitutivo”, como o próprio nome sugere, é aquele que funda o silêncio, produz sentidos e é responsável pela produção da linguagem:

“representa[ndo] a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antimplícito: se diz *x* para não (deixar) dizer *y*, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma *outra* formação discursiva, uma outra região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer” (ORLANDI, 2002, p.76).

A autora entende que o silêncio é condição de existência da linguagem que tende, ao produzir determinados sentidos, a apagar outros não enunciados, pronunciados. Deste modo, tem-se que “a linguagem simboliza o real, o real da significação. [...] O real da significação é o silêncio” (TFOUNI, 2008, p. 361). Dito isto, entendemos que a censura tende a ser operada a partir da “forte” regulação dos sentidos pelo enunciado. E neste aspecto, na medida em que o “silêncio local” é caracterizado como uma “interdição do dizer”, é a própria manifestação mais visível do silenciamento. É do “silêncio local” que deriva a “censura”, ou seja, a “produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (TFOUNI, 2008, p. 76). Porém, não podemos negar que, apesar de censurado, o candidato não deixa de produzir sentidos, há de fato uma interdição do dizer, a “proibição do formulável”, mas não um apagamento do sujeito. Acreditamos ainda que a “renúncia” por parte do candidato à própria voz, a “aceitação” do silenciamento, pode ainda ser interpretada enquanto estratégia⁷⁹.

⁷⁹ Tomamos como exemplo uma maneira, dentre várias, em que a aceitação ao próprio silenciamento por parte do candidato pode ser percebida enquanto estratégia. Estratégia no sentido restrito de “formas de produção de saber produzidas ‘no lugar’ (um lugar de poder)” (CERTEAU, 2012, p. 94). Nesta oração mais especificamente diz respeito à postura crítica do candidato, já aluno do programa de pós-graduação, em discutir os sentidos de silenciamento que podem ser produzidos em seleções acadêmicas de mestrado via Edital.

Contudo, não devemos esquecer que “é o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate em derrubar a ordem científica estabelecida” (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Bourdieu (1983) postula que o campo funciona como censura. Ele entende que, ao entrarmos em um campo específico, encontramos-nos imediatamente situados em uma estrutura, com seus modos de distribuição de capital específicos, sendo, portanto, o grupo que nos concede ou não a palavra e uma das maneiras mais eficazes de reduzir as pessoas ao silêncio é excluí-las das posições de onde se pode falar. Para o sociólogo francês, o grupo “exclui duas coisas: o que não pode ser dito, dada a estrutura da distribuição dos meios de expressão, o indizível, e o que poderia muito bem ser dito, quase demasiado facilmente, mas que é censurado, o inominável” (BOURDIEU, 1983, p. 110). Ratificando este postulado, temos os fragmentos de editais abaixo:

4.5 Em caso de desistência ou qualquer outro motivo, não haverá devolução de valor pago pelos alunos especiais. (487-488, I)

4.5 Em nenhuma circunstância, a taxa de inscrição, uma vez paga, será devolvida. (725, II)

Acreditamos haver nestes trechos o “silenciamento” de uma voz que poderia se levantar para solicitar a devolução do valor pago pela inscrição⁸⁰. A presença de itens linguísticos de negação – “*não*”, “*nenhuma*” – no ato ilocucional lhe garante, de certo modo, força necessária para que este se realize (“*Em caso de desistência ou qualquer outro motivo, não [...] Em nenhuma circunstância [...]*”), e se realize também o ato perlocucional. Seguindo, portanto, este encadeamento de forças (ilocucional, perlocucional) atinge-se o ato perlocucional, cujo efeito – silenciamento – buscamos configurar⁸¹.

A análise do trecho (487-488, I) nos levou a construir a seguinte argumentação: a fim de prever a solicitação por parte do candidato que lhe seja devolvido o valor pago pela sua inscrição na seleção, a voz institucional antecipa-se e enuncia o “ato de fala” proibitivo que tem por efeito o silenciamento. Bourdieu (1983, p. 67) contribui com nossa análise, ao

⁸⁰ Partindo do entendimento dado por Bourdieu (2007, p. 28) de que o “real é relacional”, ou seja, de que algo que é percebido enquanto real em um determinado campo não está isolado na sua coisidade, mas se repete de algum modo, se relaciona de algum modo com o real percebido em outros campos, o que de fato queremos dizer é que o dispositivo que determina que *não haverá devolução de valor pago pelos alunos especiais* não é exclusivo dos editais de seleção de mestrado, mas também pode ser verificado em editais de outras seleções, concursos públicos. Acrescentamos a esta nota a informação de que taxas de inscrição não são cobradas por todos os programas de pós-graduação pertencentes às duas universidades públicas do estado do Ceará, cujos Editais ora são analisados.

⁸¹ O sentido de força ilocucional e efeito perlocucional que utilizamos é consoante com o sentido de força e efeito (ilocucionário, perlocucionário), assim como delineados por Austin ([1962] 1990., p. 89-122).

afirmar: “A linguagem deve, assim, parte de suas propriedades à antecipação prática da reação que ela é capaz de suscitar, reação que depende do próprio discurso e de toda a pessoa social daquele que o pronuncia”. Nossa argumentação não repousa em uma discussão que poderia se resumir a questão de dar (ou não) ao outro o direito a voz somente, permitindo-lhe a *reivindicação* do valor pago no ato da inscrição, mas de possibilitar o diálogo *em nenhuma circunstância ou por qualquer (outro) motivo*. Esse corte, esse silêncio que se apresenta antes mesmo da escolha do candidato de se inscrever ou não ao programa de seleção de mestrado, nos leva a:

“Compreender a censura além da ideia de interdição redutora, ou seja, aquela que só vê a censura na relação com o implícito (que não deve ser dito) quando na realidade a censura é um processo que não trabalha apenas a divisão entre dizer e não-dizer mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua história; a censura é então entendida como processo pelo qual se procura não deixar o sentido ser elaborado historicamente para ele não adquirir força identitária, realidade social etc.” (ORLANDI, 2002, p. 175).

O que Orlandi parece de fato nos querer dizer é que censurar não é apenas impedir que algo seja dito, mas, ao impedir que algo seja dito, compromete-se a possibilidade, as condições de uma agência⁸².

A tarefa de identificar atos ilocucionários (enunciados pela voz institucional) operando como “política do silêncio ou silenciamento” (ORLANDI, 2002, p. 75) sob a forma do “silêncio local ou censura” (ORLANDI 2002, p.76) não nos foi tão laboriosa, dadas uma certa clareza e objetividade com que a linguagem é apresentada nos trechos apresentados neste subitem. O que temos a seguir é uma perspectiva de silenciamento particular, por nós definida na perspectiva de um “silenciamento implicitado”. Apesar de nossa argumentação estar amparada inicialmente na perspectiva de implícito de Ducrot (1972), para dar ao nosso leitor a compreensão de “silenciamento implicitado”, não nos furtamos a uma contribuição dada por Orlandi (2002, p. 106): “o implícito é o não dito que se define em relação ao dizer”. A autora nos ajuda a entender o silenciamento enquanto “política do silêncio”, compreendido pelo fato de que, ao dizermos algo, apagamos necessariamente outros sentidos mais indesejáveis em um contexto discursivo específico (ORLANDI, 2002). Deste modo, o “silenciamento implicitado” se define pelo não dito, mas, mesmo assim, tem força de levar (ato ilocucional) alguém a não dizer ou fazer algo (efeito perlocucional).

⁸² O sentido de agência que consideramos neste parágrafo será explicitado mais adiante.

Analisemos o trecho:

Inscrições: 02 a 22/09 (10 às 12hs e 14 às 18h)... (790, II)

Solicitação de recurso sobre rejeição de inscrição: 29/09

Resultado dos recursos solicitados: 30/09 (até 17hs)... (794-795, II)

Divulgação dos resultados finais da seleção: 07/12 (tarde). (815, II)⁸³

Em uma breve “revisão” do conceito de pressuposto e subentendido como derivados do implícito, recordamos que no pressuposto (DUCROT, 1972) existem marcas manifestadas na matéria linguística, enquanto nos subentendidos os sentidos, sem presença materializada, estariam “inscritos” na interação e conhecimento social partilhados ou não entre os interlocutores. Buscou-se no Edital II alguma sentença que impedisse explicitamente o candidato de fazer pedido de revisão de avaliação (como pode ser visto em trechos de outros Editais). Nada foi encontrado. As sentenças que mais se aproximaram desta busca foram datas de inscrição, solicitação de recursos, resultado dos recursos solicitados e divulgação dos resultados finais, como pode ser conferido nos trechos acima. Porém, identificamos haver um dito, um posto, “*Solicitação de recurso sobre rejeição de inscrição*”, que leva ao não dito: não haverá solicitação/pedido de revisão de prova. Ou seja, atrás do posto temos o pressuposto. Entendemos que, se, por um lado, é oferecido (ato ilocucional) ao candidato o direito a solicitar (ato perlocucional) recurso sobre rejeição de inscrições, por outro lado a ausência de um dispositivo que dê direito (voz) ao candidato de solicitar pedido de revisão de prova lhe é negado (pressuposto). Argumentamos haver neste caso o pressuposto da não voz ou um “silenciamento implícito”. Butler (1997) postula que o sujeito é condição da agência, mas também resultado da subordinação⁸⁴. Para a filósofa americana, o poder que subordina é o poder que permite subverter a dominação – ainda que pelas bordas. Disto isto, avaliamos que o trecho do edital apresenta um silenciamento que carrega no seu seio condições de possibilidade de uma não agência – uma vez comparada com o trecho em que é negado ao candidato o pedido de revisão. Temos no primeiro caso – a proibição de pedido de revisão de prova – a possibilidade de uma reação ao silenciamento; no segundo momento – da ausência de uma proibição –, consideramos que o candidato foi sequer silenciado, havendo neste caso

⁸³ Este trecho se encontra reproduzido nos Editais I e III, tendo, do original, alterado apenas as datas.

⁸⁴ Embora não tenhamos o objetivo de trabalhar com teorias de Butler (1997) e seus seguidores, não nos furtamos a uma referência para dar mais força à nossa argumentação.

certa negação de condições que possibilitam a própria agência. Não se trata aqui de considerar aquilo que pode ou não pode ser dito, mas de compreender como práticas de poder expressas em atos de fala (voz institucional) revestidos pela insígnia do implícito podem – pela não voz – comprometer a agência (do candidato). Dito de outro modo, busca-se entender como o campo das seleções de mestrado via Editais opera formas de silêncio que tendem a comprometer uma agência (pelas bordas).

Bourdieu (1983, p. 109) afirma que no campo a disputa se dá pelo poder de distribuição do capital científico. Pare ele, quem detém tal poder é quem possui crédito de conceder ou não a palavra a alguém:

“Se, portanto, o campo funciona como censura, é porque aquele que entra neste campo se encontra imediatamente situado numa certa estrutura, a estrutura da distribuição do capital: o grupo lhe concede ou não lhe concede a palavra; concede-lhe crédito ou não, no duplo sentido do termo. Por isto mesmo, o campo exerce uma censura sobre o que ele verdadeiramente gostaria de dizer, sobre o discurso louco, *idios logos*, que ele gostaria de deixar escapar, e impõe-lhe que deixe passar apenas aquilo que é conveniente, que é dizível. Ele exclui duas coisas: o que não pode ser dito, dada a estrutura da distribuição dos meios de expressão, o indizível, e o que poderia muito bem ser dito, quase demasiado facilmente, mas que é censurado, o inominável”.

Ainda analisando os últimos trechos do edital apresentado e tomando o campo acadêmico enquanto um universo social particular, portanto apresentando configurações específicas, não nos parece incoerente afirmar que a censura é tomada em processos de seleção de mestrado enquanto parte do processo de incorporação de um *habitus de candidato à academia*. Deste modo, a censura implícita/explicita – verificada em mais de um dispositivo dos Editais – tende a “silenciosamente” criar candidatos, ao longo do processo de seleção, de perfil não questionador. Ainda no “Universo linguístico”, o que se vê de fato são atos ilocucionários (enunciados pela voz institucional) operando enquanto “política do silêncio ou silenciamento” (ORLANDI, 2002, p. 75) sob a forma do “silêncio local ou censura” (ORLANDI, 2002, p.76). Ou ainda ressoando o próprio Austin ([1962] 1999), é um dizer cujo fazer é o não fazer ou o fazer que não seja feito, que não seja dito, que não seja pronunciado. Um dizer questionador que poderia se levantar para tentar compreender as avaliações feitas de sua produção no momento da seleção é proibido de ser formulado. Para nós, uma das características mais proeminentes da censura é a proibição de se dizer o que se quer poder dizer, é o silêncio imposto ao formulável.

Na tentativa de pensar a possibilidade de exclusão de uma reação (do candidato à academia à proibição implícita/explicita do pedido de recurso) à censura, faz-se necessário colocá-la (exclusão) em um contexto mais amplo, percebida na imbricação com a tensão que se estabelece na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos em processos de seleção⁸⁵. Parece-nos inequívoca a afirmação que não há vagas para todos os que querem se matricular em cursos de mestrado. O sistema universitário, inserido no escopo dos sistemas simbólicos de organização social do Estado, estabelece a partir da seleção um modo de administrar o problema da escassez de uma oferta (vagas em programas de pós-graduação) com vistas a atender a uma demanda (candidatos interessados em ocupar as fileiras na condição de alunos de programas de pós-graduação). A seleção feita de candidatos obedecendo a critérios específicos surge, deste modo, como uma política de escolhas feitas de candidatos a partir de critérios específicos para o preenchimento de vagas em cursos de pós-graduação. Em linhas gerais, tais critérios objetivam captar os “melhores” candidatos, afastando assim os que não apresentam o “perfil” de aluno de um programa de pós-graduação. Entendemos, deste modo, que – também utilizadas por outras instituições representativas do Estado – seleções funcionam como instrumento de processos de inclusão pela exclusão⁸⁶. O que de fato queremos levar nosso leitor a entender é a forma como a distribuição do capital científico pode ser entendida no contexto de uma seleção de mestrado – via Editais – na perspectiva de política de administração da exclusão. Santos (2008, p. 294) reforça nossa argumentação, ao postular que o papel do Estado não tem sido de eliminar as desigualdades sociais, mas apenas de administrá-la:

“Pelos três mecanismos citados – transferência do sistema de exclusão para o sistema de desigualdade, divisão do trabalho social de exclusão entre o espaço público e o espaço privado; diferenciação entre diferentes formas de exclusão segundo a perigosidade e a conseqüente estigmatização e demonização – o Estado moderno capitalista, longe de procurar a eliminação da exclusão, pois se assenta nela, tem-se proposto apenas a geri-la de modo a que ela se mantenha dentro dos níveis tensionais socialmente aceitáveis”.

Inspirados nas palavras do autor, argumentamos que Editais, inscrição de políticas de inclusão pela exclusão, podem ser vistos enquanto “detonadores” da tensão na relação

⁸⁵ O sentido de “reação” é neste contexto empregado enquanto esboço de uma agência.

⁸⁶ O que queremos dizer com esta expressão é que em processos de seleção a inclusão de candidatos se dá pela exclusão de outros candidatos, pois como sabemos, não existem vagas para todos os interessados em cursarem mestrado. Ou seja, para que um candidato seja aprovado para uma vaga, é necessário que os demais que disputam a mesma vaga sejam excluídos. Não nos interessa aqui problematizar se um candidato se auto inclui ou exclui ou ainda se são os avaliadores que assim procedem, mas atentar para uma prática comum em economias reconhecidamente capitalistas.

entre candidatos à academia e acadêmicos. Argumentamos ainda que eufemismos e implícitos tendem a operar para *manter dentro dos níveis tensionais socialmente aceitáveis* formas de silêncio (silenciamento e censura) e de manipulação em processos de seleção de mestrado. Santos nos leva ainda ao vislumbre de uma breve conclusão:

“Em suma, no Estado moderno capitalista a luta contra a exclusão assenta na afirmação do dispositivo de subalternização e de segregação (melhores, piores, capazes, incapazes etc). Da antiga conversão religiosa às modernas assimilações, integração e reinserção, a redução da exclusão assenta na afirmação da exclusão” (SANTOS, 2008, p. 294).

Para a discussão que se apresenta do silenciamento e da censura, julgamos ser pertinente destacar alguns pontos de nossa argumentação – construída em torno da análise linguística dos trechos dos Editais de seleção de mestrado precedida pela análise sociológica da relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos. Inspirados por Pinto (2007, p. 11), quando afirma que “o que faz do ato de fala uma ação está redobrado pela força da ilocução e pela força do movimento, do agir do corpo que executa a ilocução”, defendemos que a voz institucional, enquanto ato ilocucional, possui força de impedir que o corpo do candidato execute movimentos que sejam o de deslocar-se até a secretária de um programa para dar entrada em recurso ou solicitar pedido de revisão de avaliação. Efeito do ato perlocucionário vivenciado pelo candidato e derivado do silenciamento, o sentimento de respeito, de obediência ao edital, sentimento que impede que o corpo execute uma ação, um movimento que, uma vez assimilado pelo candidato, passa a constituir não apenas seu corpo, mas também o seu ser social no campo da seleção de mestrado que participa⁸⁷. Tal argumentação nos leva a considerar que o silenciamento/censura⁸⁸ materializado/a pelos atos de fala enunciados nos vários trechos retirados dos Editais – trabalhando enquanto política do silêncio – acaba por impedir que o candidato transite por veredas discursivas que possibilitam uma agência⁸⁹. Não nos parece incoerente afirmar que a não percepção (possível através de

⁸⁷ Deixamos clara a compreensão de que as regras, encontradas em documentos de área (CAPES), que ajudam a compor o conjunto de dispositivos encontrados nos Editais, também tendem, de algum modo, a limitar as ações do acadêmico e que esta compreensão não é negligenciada quando de nossa análise. Porém, como anuncia o título desta dissertação, a violência simbólica que tentamos identificar está circunscrita à *relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos* e não entre acadêmicos e órgãos de controle, fiscalização e fomento a pesquisa em programas de pós-graduação.

⁸⁸ Silenciamento/censura pelo fato de estarem separados pela barra e serem não são uma coisa só. Estão nesta sentença colocados por uma questão de ligação de sentidos. A *censura* é uma configuração da política do silêncio/silenciamento (ORLANDI, 2002).

⁸⁹ Agência aqui entendida não apenas enquanto sinônimo de resistência a relações de dominação, mas também uma capacidade para a ação facultada por relações de subordinação específicas, no sentido emprestado por uma das interlocutoras de Butler (1999), Mahmood (2006).

sentidos implícitos, eufemizados) por parte dos candidatos do arbitrário que se instaura em seleções de mestrado por meio da enunciação de regras e normas contribui para a “invisibilidade” dos sentidos de dominação a que estão tacitamente submetidos. Deste modo, temos nos dispositivos dos Editais regras, normas que, depositadas, inscritas historicamente no corpo dos candidatos a despeito de qualquer constrição física, buscam apoiar-se em disposições previamente constituídas, que ele (o corpo) “desencadeia” como se fossem molas (BOURDIEU, 1998, p. 205)⁹⁰. A não percepção de que códigos, normas, regras agem enquanto política de incorporação de ideologias, tornadas legítimas pela “crença tácita e prática tornada possível pelo costume nascido da domesticação dos corpos” (BOURDIEU, 1998, p. 208), parece de fato contribuir ainda para a não percepção da maximização da assimetria na relação entre candidatos à academia e acadêmicos. Desta forma, entendemos que, quanto maior a assimetria na relação entre os agentes sociais, maiores são os níveis de tensão e, quanto maior a tensão, mais chances existem de visualizarmos a violência simbólica na relação entre candidatos à academia e acadêmicos.

Parece-nos que a tensão que “cimenta” a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos resulta da força dos atos ilocucionais (proibição de solicitação de pedido de revisão, de devolução do valor pago em ocasião da inscrição etc.). A tensão não parece ser atributo exclusivo da relação (simbólica) entre candidatos e acadêmicos, mas se faz presente em processos outros que trabalham a inclusão pela exclusão. Entendemos que os atos de fala pressupõem não só a expressão verbal, mas também uma manifestação corporal – sendo possível inclusive que sejam enunciados com o intuito de regular a ação dos candidatos à academia pelo interdito de sua voz⁹¹. Um ato ilocucional operando enquanto “política do silêncio ou silenciamento” (ORLANDI, 2002, p. 75) sob a forma do “silêncio local ou censura” (ORLANDI, 2002, p.76) não interdita apenas um dizer, mas proíbe que o corpo expresse, gesticule, signifique, se movimente em processos de seleção de mestrado. Porém, o corpo não “evapora” após a divulgação/aceitação da reprovação. O corpo permanece, silenciado, mas não anulado. Para os que permanecem no “jogo”, pelo “ato de corpo”, podemos afirmar que o silêncio significa. Orlandi (2002) postula que o sujeito silenciado não é alijado das interações sociais, “apenas” teve sua voz interdita pela censura – é sujeito, tem

⁹⁰ As disposições previamente constituídas a que se refere Bourdieu são aquelas construídas ainda no seio familiar. Crianças são ensinadas desde cedo a obedecer aos seus professores, respeitar seus avós, tios.

⁹¹ Não podemos negligenciar a possibilidade de que o acadêmico também seja silenciado (ato perlocucional) pelo *habitus* acadêmico, que seja o de atuar como aquele que em princípio deve “pôr em funcionamento” os dispositivos dos Editais. Afirmando ou negando o Edital, acadêmicos, a nosso ver, não estão “livres” de sentirem a força (ilocucional) silenciante gerada pela voz institucional.

articulação identitária, seu corpo se movimenta, apenas não faz uso de uma voz falada. Mesmo com um dos sentidos lesado, agencia e constrói sentidos.

Pelos corpos silenciados, mas presentes, é que identificamos como um “campo” organiza suas regras e configura seu “*habitus*”. E se identificamos as forças nas relações de poder “corporificadas”, a violência simbólica também é identificada. E, se de fato, como nos parece, houver violência simbólica na relação entre candidatos à academia e acadêmicos, é porque há corpos identitários – “violentados”, mas não descorporificados pelo silêncio. Admitindo que a censura se materializa pelo ato performativo que a opera (voz institucional), tendo como efeito o comprometimento dos movimentos do corpo que cala, não nos parece incoerente afirmar que políticas do silêncio tendem a criar corpos silenciados. Pinto (2007) nos ajuda a entender nossa argumentação ao postular que:

“Essa afirmação não cria, como se poderia esperar, uma dicotomia corpo/linguagem, mas, ao contrário, mostra que o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, pelo quem diz e pelo como é dito – como o corpo diz, como o enunciado diz. Os elementos que impulsionam sua marca no ato de fala operam numa imbricação irreduzível” (PINTO, p. 11).

A discussão em torno dos dados deste subitem teve por objetivo evidenciar práticas de poder no campo das seleções acadêmicas de mestrados expressos pela *Política do silêncio/Silenciamento* e seu derivado mais visível – da interdição do dizer – a *Censura*. Se no primeiro bloco de trechos (292-295, V; 120-132, IX; 487-488, I; 725, II) temos uma interdição clara de um dizer, no segundo (815, II; 794-795, II; 790, II) esta interdição se faz de forma implícita (DUCROT, 1972), não facilmente reconhecida, identificada como “política do silêncio”, mas nem por isso deixa de existir. Pelo vislumbre de uma conclusão, Bourdieu (1983, p. 14) nos aponta uma preocupação: “toda linguagem que é produto do compromisso com as censuras, internas e externas, exerce um efeito de imposição, imposição do impensado que desestimula o pensamento”.

6.3 Da reprodução de corpos

Dispositivos de Editais (ato ilocucional), com força de construção de uma realidade (seleção), tendem a organizar a dominação (simbólica) na relação entre candidatos à academia e acadêmicos. É pela noção de dominação simbólica que temos neste contexto a possibilidade de fundação do Edital na perspectiva de um conjunto de categorias “naturalizadas” de um arbitrário característico de sociedades hierárquicas. No entanto, temos

em mente que a dominação tomada como dóxica na relação entre candidatos e acadêmicos não frequenta as etapas das seleções acadêmicas de mestrado enquanto exclusividade desta, mas são construtos sociais que orientam a ação humana antes mesmo do surgimento da Universidade. Este entendimento nos é dado pela compreensão de que “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as, assim, ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 1999, p. 11). Estas categorias, elaboradas pelo acadêmico, compõem o repertório de um rito que trabalha na espessa linha que divide o antes da seleção e o depois da seleção. Não são necessariamente ritos de passagem⁹², pois o sentido fraco que esta expressão apresenta não consegue, a nosso ver, dar conta da complexidade dos múltiplos sentidos de dominação simbólica em processos de seleção de mestrado. Optamos, então, pelo termo “ritos de instituição”, por julgarmos ser mais apropriado ao sentido que queremos dar a seleção de candidatos à academia, para tanto Bourdieu (1982, p. 58) nos ajuda ao afirmar que:

“Falar de rito de instituição é indicar que todo o rito tende a consagrar ou a legitimar, ou seja, a fazer desconhecer enquanto arbitrário e reconhecer enquanto legítimo, natural, *um limite arbitrário*; ou, o que é equivalente, a operar solenemente, ou seja, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental que se defende a todo custo”.

Neste subitem, nossa argumentação repousa na premissa de que seleções acadêmicas de mestrado atuam do ponto de vista dos elementos constitutivos dos “ritos de instituição”, nos termos empregados acima, percebidos ainda como instrumentos simbolicamente eficazes da incorporação do *habitus* do candidato à academia. Neste sentido, defendemos que só nos é possível pensar a reprodução de corpos na perspectiva dos “ritos de instituição”. Partindo desta compreensão, tentamos mostrar nas linhas a seguir que “ritos de instituição”, “esmiuçados” em dispositivos dos Editais, percebidos enquanto ato ilocucional, possuem força de reproduzir corpos submissos e silenciados/censurados. Ou dito de outra forma, seleções acadêmicas de mestrado tendem a funcionar na perspectiva de uma política de reprodução idealizada de corpos de candidatos à academia. Temos que o significado de tensão com o qual buscamos dialogar nesta pesquisa não cimenta apenas a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos, mas caracteriza também todo o processo de desconstrução de uma visão de mundo do candidato, porventura ancorada ainda no senso

⁹² Tem-se por ritos de passagem um conjunto de mudanças de grande densidade que tendem a modificar significativamente o modo de vida dos sujeitos. Os mais comuns são aqueles relacionados à entrada na vida adulta, casamento e mortes dentre outros.

comum, que se demonstra incompatível com o rigor científico a que deve converter seu olhar quando diante da construção do seu projeto de pesquisa, avaliação escrita.

Concordamos com Wacquant (2007) quando postula que os estudos de Bourdieu⁹³ ajudam sobremaneira a entender a lógica da dominação social na sociedade avançada e os mecanismos por meio dos quais ela se disfarça e perpetua. Os escritos bourdieusianos nos ajudam nesta pesquisa a entender “os processos de recrutamento, formação e reprodução dos corpos estáveis de instituições de educação superior de elite de Bourdieu” (1989a, p. 1). Neste sentido, tentaremos mostrar a seguir como a reprodução de corpos pode se dar no campo das seleções acadêmicas de mestrado. Para isto, apresentamos em sete quadros⁹⁴ a materialidade linguística que carrega os sentidos de submissão e de silêncio nos 12 Editais analisados cuja repetição é apresentada enquanto constituintes dos “ritos de instituição” expressos sob a forma dos dispositivos dos Editais. Uma breve análise quantitativa, não comparativa, dos dados é apresentada com o objetivo de levar nosso leitor a uma melhor percepção da “participação” dos Atos de fala na reprodução de corpos.

6.3.1 Da metáfora da reprodução de corpos

Sessenta e nove anos após o lançamento do primeiro volume da obra de referência do filósofo Karl Marx, *O Capital* (1968), é feita a estreia do último filme mudo do século XX, *Tempos Modernos* (1936). Lançado no mesmo ano de criação da Fundação Ford, pode-se, a partir do filme do cineasta Charles Chaplin, “apreender elementos essenciais intrinsecamente contraditórios da lógica do capital não apenas no processo de trabalho, através da fábrica fordista, mas do cotidiano e do processo de reprodução social” (ALVES, 2005, p. 1).

⁹³ BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Éditions de Minuit: 1989a. Título da obra (tradução livre) em português: “A nobreza do Estado: faculdades e espíritos de corpos”.

⁹⁴ Lembramos ao nosso leitor que os enunciados apresentados nos quadros não são os únicos de sentido de submissão e silêncio – outros já foram analisados ainda neste capítulo analítico. Nosso objetivo não é o de “garimpar” todos eles, mas de expor a sistematicidade com que eles estão dispostos nos Editais e apontar algumas de suas repetições como modo de ilustrar as condições que permitem a prática da violência simbólica. Sabemos que na linguagem os sentidos não se esgotam e não podem ser totalmente conferidos, alguns simplesmente não se deixam capturar pelo rigor empreendido pela orientação do nosso método.

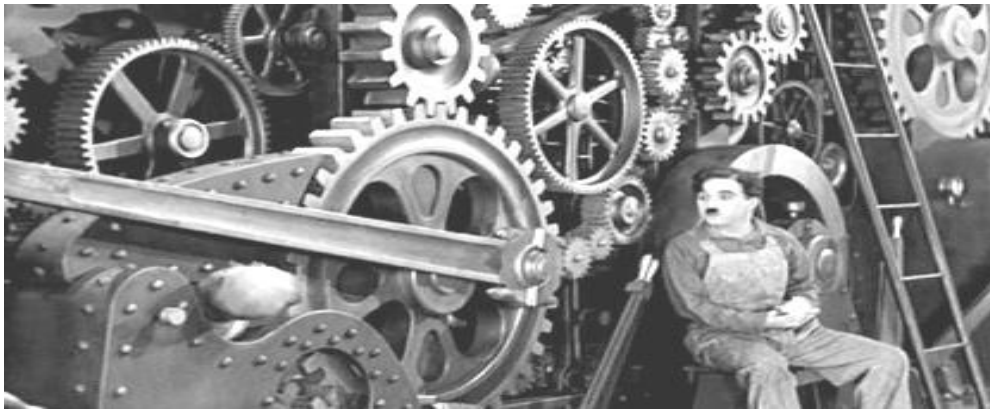


Figura 3: Charles Chaplin observando funcionamento de máquinas⁹⁵.

Retiradas do filme *Tempos Modernos* (1936), as imagens⁹⁵ que seguem nos ajudam a ilustrar a metáfora que hora fazemos. A interpretação que fazemos das imagens, diferente da que pode ser feita para os que veem as imagens do próprio filme, repousa na vinculação a algumas premissas bourdieusianas caras à nossa análise. Na figura 3, vemos em um primeiro plano um Operário “observando” o funcionamento de uma máquina. Tal observação se mostra necessária para que o operário possa executar bem sua função na empresa para a qual está sendo inicialmente contratado. É, portanto, pela observação dos mecanismos que dão movimento, funcionamento à máquina com a qual terá que trabalhar – *sensu do jogo* (BOURDIEU, 2004, p. 28) – que ele poderá operá-la adequadamente.

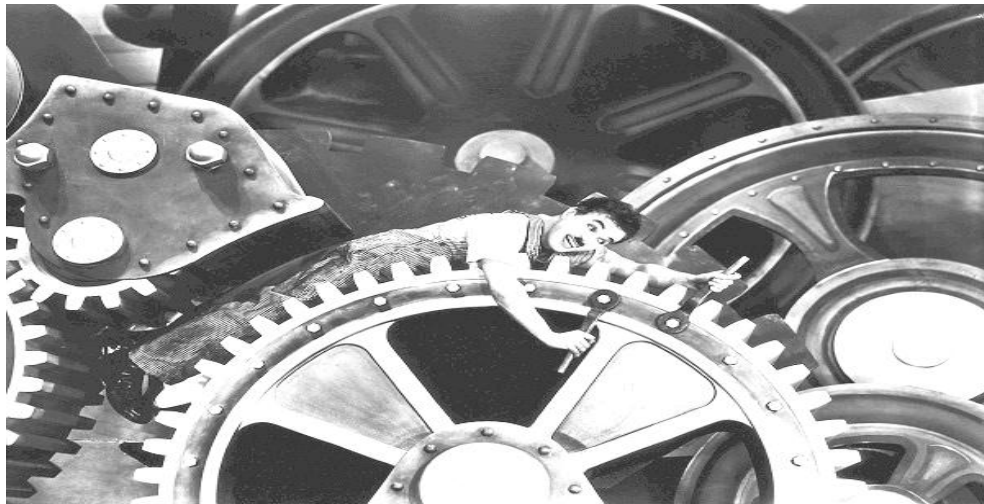


Figura 4: Operário incorporado às estruturas de funcionamento da máquina.

⁹⁵ Ver página web: <<http://photo.charliechaplin.com/category/6/images>> Acesso em: 24 jan. 2013.

Na figura 4, o operário não é apenas “incorporado” à engenharia da máquina, mas é todo o seu corpo que, tomado por ela, passa a reproduzir seus movimentos. O operário deste modo passa a constituir a própria máquina, mais que isto, passa a contribuir para com o seu pleno funcionamento⁹⁶.



Figura 5: Operário tem parte da máquina incorporada ao próprio corpo.

Na figura 5, o operário tem partes da máquina “agregadas” ao próprio corpo. Tais partes se sobrepõem/substituem o próprio olho do operário. Para “ilustrar” a metáfora que fazemos a partir das imagens nos utilizamos da interpretação do conceito de *habitus* bourdieusiano empreendida por Thiry-Cherques (2006, p. 33):

“Os *habitus* não designam simplesmente um condicionamento, designam, simultaneamente, um princípio de ação. Eles são estruturas (disposições interiorizadas duráveis) e são estruturantes (geradores de práticas e representações). Possuem dinâmica autônoma, isto é, não supõem uma direção consciente nas duas transformações (Bourdieu, 1980:88-89). Engendram e são engendrados pela lógica do campo social, de modo que somos os vetores de uma estrutura que se transforma em uma estrutura estruturante. Aprendemos os códigos da linguagem, da escrita, da música, da ciência etc. Dominamos saberes e estilos para podermos dizer, escrever, compor, inventar”.

Nesse sentido, interpretamos que a ação empreendida pelo operário na Figura 4 é fruto da incorporação das observações feitas do funcionamento da máquina (estrutura) que atuando enquanto estruturante é “a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos do seu exercício” (FOUCAULT, 1991, p. 143)⁹⁷. A metáfora que hora fazemos nos ajuda de algum modo a entender o *habitus* acadêmico em seleções de mestrado na perspectiva de uma estrutura (Editais) que é esboço de

⁹⁶ Veja na figura 3 que o operário tem em suas mãos ferramentas geralmente utilizadas para fazer ajustes, reparos em máquinas.

⁹⁷ Apesar de Foucault (1991) não utilizar diretamente a expressão *reprodução de corpos* na obra *Vigiar e punir*, na qual utilizamos como referência para nossa análise neste subitem, valemo-nos de algumas de suas considerações por julgarmos pertinentes e de acentuada contribuição para com a discussão ora que promovemos.

uma estruturante (conformação da submissão do silenciamento e da censura). Pela força de um poder simbólico que dá movimento à máquina tem-se o candidato, que, ao fazer a escolha pela participação em uma seleção acadêmica de mestrado, torna-se cúmplice daquele (acadêmico) responsável pelo funcionamento da máquina.

6.3.2 Da reprodução de corpos submissos

O percurso argumentativo que orienta nossa análise neste subitem assenta-se na compreensão de que a perspectiva reprodutora de práticas sociais contida na ideia de haver no campo estruturas que tendem a estruturar a vida dos agentes que nele habitam não se configura apenas enquanto esquemas mentais da ação humana. Deste modo, partimos da premissa de que a incorporação, reprodução de ideias verificado nas práticas sociais dos agentes os toma ainda na sua corporeidade (SOUZA, 2005; FERREIRA, 2009), na sua fisicalidade, o que nos leva a situar a compreensão de reprodução não apenas no nível das práticas sociais, mas também no nível corpóreo ou, em outros termos, no nível da *reprodução de corpos*.

Dispositivos de Editais (atos ilocucionais) tendem a orientar os passos de candidatos em processos de seleção de mestrado, mas, mais que isso, propõe-se que eles agem enquanto disciplina⁹⁸ a conduzir os candidatos ao longo das etapas avaliativas:

Para aqueles que irão desenvolver projeto em língua estrangeira moderna será exigida a comprovação de proficiência na respectiva língua de trabalho. Essa comprovação dar-se-á a partir de um dos seguintes documentos (I, 48-51).

O curso exige o cumprimento de 55 (cinquenta e cinco) créditos, de acordo com a seguinte estrutura curricular (16 créditos em disciplinas obrigatórias gerais e 09 créditos em disciplinas opcionais), a serem realizadas no prazo de um ano. E dissertação (30 créditos), a concluir no ano subsequente (VII, 34-39).

A aceitação do pedido de inscrição do candidato está condicionada à apresentação de todos os documentos a seguir discriminados. Recomenda-se que os documentos sejam dispostos e encadernados na ordem descrita abaixo (III, 56-58).

O projeto de pesquisa deverá ter, no máximo, dez (10) páginas, em

⁹⁸ O sentido de *disciplina* que conferimos nesta sentença está de acordo com Ferreira (1986, p. 395), a saber: (1) registro de ordem imposta ou livremente consentida; (2) ordem que convém ao funcionamento regular duma organização; (3) relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor.

espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12, margens 2,0. Para fins de contagem do total de páginas, não serão consideradas a folha de rosto, o sumário e as referências bibliográficas (IX, 99-101)⁹⁹.

Neste sentido, sugerimos que os dispositivos dos Editais possuem força (ilocucional) de disciplinar as ações dos candidatos durante período que compreende o momento da inscrição ao resultado final ou ainda, como sustenta Foucault (1991, p. 143), “o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’”. A fim de identificar elementos que venham a garantir de algum modo a eficácia do poder disciplinador dos dispositivos dos Editais, verificados enquanto estratégias de “ajuste/alinhamento” do comportamento dos inscritos em processos de seleção, Foucault (1991) nos auxilia nesta tarefa, ao sustentar que “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (p. 143).

Em todos os Editais analisados, foram encontradas informações que descrevem – umas mais detalhadamente que outras – as etapas avaliadoras a que o candidato é consentidamente submetido. Dispositivos dos Editais carregam informações que vão desde os critérios pelos quais os candidatos serão avaliados no exame escrito (III, 136-140) até questões que serão levantadas na entrevista (X, 174-176). Há inclusive sugestão de modelos de projetos (VI, 645). Neste sentido, tomamos um questionamento feito por Bourdieu das medidas administrativas que visavam a melhorar a avaliação da pesquisa de seu país como meio de nos fazer compreender de algum modo o que subjaz à orientação dada ao candidato quanto às etapas avaliadoras da seleção:

“Se penso que medidas administrativas (*dispositivos dos Editais*) visando melhorar a avaliação da pesquisa e colocar em prática um sistema de sanções [...] próprias para favorecer as melhores pesquisas e os melhores pesquisadores (*candidatos se inscrevem geralmente para um orientador/linha de pesquisa*) seriam as mais ineficazes e teriam com efeito, mais provavelmente, favorecer ou reforçar as disfunções que supostamente deveriam ser reduzidas, é porque tenho sérias dúvidas e seriamente fundadas sobre a capacidade das instâncias administrativas (*responsáveis pela elaboração dos Editais*) para produzirem avaliações realmente objetivas e inspiradas. E isso, fundamentalmente porque o fim real de suas operações de avaliação não é a própria avaliação, mas o poder que ela permite exercer e acumular controlando a reprodução do corpo (especialmente mediante a composição das comissões examinadoras)” (BOURDIEU, 2004, p.62, grifos nossos).

⁹⁹ A análise que vem logo depois da apresentação destes 4 trechos não se dá pela individualidade de cada um deles, mas na perspectiva dos sentidos do exercício da dominação simbólica pela voz institucional.

Bourdieu contribui com nossa análise ao nos fazer compreender que os sentidos que subjazem a operações de avaliação não estão apenas circunscritos na avaliação em si, mas também no poder de que se tem a partir de tais operações de reproduzir corpos – idealizados. Contudo, acreditamos que a tentativa por parte de acadêmicos de reproduzir corpos (de candidatos) ideais está alicerçada no discurso de excelência acadêmica instituído e legitimado historicamente.

Tem-se pela repetição de sentidos de submissão verificados nos dispositivos dos Editais analisados a configuração de uma política de dominação (simbólica) que é esboço de uma tentativa de conformação. Ou nos termos de Bourdieu (2011, p. 114):

“É infindável a enumeração dos valores feitos corpos, pela transubstanciação operada pela persuasão clandestina de uma pedagogia implícita, capaz de inculcar toda uma cosmologia, uma ética, uma metafísica, uma política, por meio de injunções tão insignificantes quanto “fique reto” ou “não segure a faca com a mão esquerda” e de inscrever nos detalhes aparentemente mais insignificantes do jeito, da postura ou das maneiras corporais e verbais os princípios fundamentais do arbitrário cultural, assim colocados fora das tomadas de consciência e da explicação”.

Para que possamos apontar vestígios de uma tentativa de reproduzir corpos submissos pela repetição de sentidos de submissão, cada quadro abaixo apresenta trechos de um mesmo edital, e não de vários Editais ou de Editais de diferentes programas. Assim procedemos por entendermos que a possível reprodução de corpos submissos se dá a cada seleção com configurações específicas, particulares que podem ser diferentes de um edital para outro, de um programa para outro. O que de fato queremos dizer é que, se queremos identificar a reprodução de corpos submissos em seleções acadêmicas de mestrado, é necessário pensá-la não em termos macros, na seleção orientada pelos 12 Editais, mas pensá-la na perspectiva de reprodução de corpos submissos em uma seleção com as configurações de um mesmo edital. Embora os trechos se repitam em mais de um edital do mesmo programa, seus sentidos podem ser verificados como semelhantes em diferentes programas, mas não idênticos.

| TRECHO | EDITAL I ¹⁰⁰ |
|---------|---|
| 48-50 | Para aqueles que irão desenvolver projeto em língua estrangeira moderna será exigida a comprovação de proficiência na respectiva língua de trabalho. |
| 79-82 | Cada candidato deverá se inscrever para uma das linhas do Programa e para o orientador pretendido, apresentando um anteprojeto de pesquisa vinculado e/ou relacionado tematicamente ao projeto de pesquisa deste orientador |
| 441 | 4.3 Documentos requeridos: [...] |
| 501-503 | 5.1 A seleção dos candidatos será feita por 04 (quatro) comissões de professores – denominadas Comissões de Seleção, sendo uma para cada linha de pesquisa em cada etapa da seleção. |
| 543-547 | 5.4 Os candidatos aprovados, mas não classificados para o orientador escolhido, poderão candidatar-se para vagas não-preenchidas de outro orientador, na mesma linha de pesquisa, desde que (a) concordem em redirecionar, ou mesmo modificar completamente a sua proposta de pesquisa; (b) sejam formalmente <i>aceitos pelo novo professor orientador</i> . |
| 590-591 | a) Todas as etapas da seleção serão realizadas na Sede do Programa de Pós-Graduação em Linguística, [...] |
| 622-625 | 08. Horário de funcionamento do Curso O curso funcionará prioritariamente no horário da tarde, mas o aluno poderá ter, ocasionalmente, atividades em outro turno. |

Quadro 1: Repetição de sentidos de submissão (Edital I).

Impossibilitados de podermos avaliar as sensações produzidas no candidato pelos enunciados apresentados acima, defendemos que sua inscrição e travessia no percurso que toma toda seleção na qual é objeto não exigem de nós nenhuma comprovação perlocucional, pois inevitavelmente:

“dizer algo frequentemente, ou até mesmo normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir efeitos” (AUSTIN, [1962] 1990. p. 89).

Nosso entendimento é que, pelos dispositivos dos Editais, temos o ato ilocucional, que é o de levar candidatos a obedecerem (consentidamente) às normas dos Editais. O ato perlocucional é visualizado pela adesão consentida à submissão que o candidato não pode deixar de conceder ao Edital, à voz institucional, ao acadêmico – na condição de candidatos, inscritos no processo de seleção. A reprodução de corpos enquanto expressão do ato perlocucional é verificado sobremaneira na frequência, repetição, constância, estabilidade dos

¹⁰⁰ Destacamos que os trechos apresentados no Quadro I, referente ao Edital I, repetem-se no Edital II. Por pertencerem ao mesmo programa de pós-graduação, as modificações em termos semânticos foram nulas, havendo apenas alterações em termos de referência dos trechos. O Edital III, também originado do mesmo programa de pós-graduação, apresentou, além dos trechos encontrados nos Editais I e II, um trecho, o 1174, em que também se apresentam evidências de submissão.

sentidos de submissão. Pinto (2007) nos lembra que o ato de fala produzido por um(a) falante não é resultado de um efeito mental elaborado por uma suposta intenção em que este(a) tem total consciência dos sentidos e dos efeitos do que afirma. Dito de outro modo, é possível que o acadêmico (a autoridade institucional) não tenha consciência, clareza ou até mesmo a intenção de reproduzir corpos submissos, e que inclusive candidatos não se percebam enquanto submissos em processos de seleção de mestrado. Porém, os fenômenos (sociais) produzidos pelos atos de fala continuam a serem produzidos, ou ainda como sugere Oliveira (2001, p. 166), “não há mais a dicotomia radical entre linguagem e realidade, pois a linguagem é o espaço da constituição do sentido da realidade para nós”.

| TRECHO | EDITAL IV ¹⁰¹ |
|---------|---|
| 51 | A aceitação do pedido de inscrição do candidato está condicionada à apresentação de todos os documentos a seguir discriminados. Recomenda-se que os documentos sejam dispostos e encadernados na ordem descrita abaixo. |
| 92-93 | A seleção dos candidatos será feita por uma Comissão de Seleção composta por quatro professores indicados pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Linguística. |
| 94-95 | O processo de seleção compreenderá três provas, sendo a primeira eliminatória e as demais classificatórias. |
| 231-234 | A atribuição de um orientador a cada aluno aprovado no processo seletivo levará necessariamente em conta a disponibilização de vaga por orientador e por linha de pesquisa. As vagas ofertadas poderão ser remanejadas, preferencialmente, no âmbito de cada linha de pesquisa. |
| 299 | ANEXO II - BIBLIOGRAFIA PARA O MESTRADO |
| 382 | ANEXO V – ÁREAS DE INTERESSE DOS PROFESSORES ORIENTADORES |

Quadro 2: Repetição de sentidos de submissão (Edital IV).

Se de fato o “ato ilocucionário consiste na realização de um determinado efeito” (AUSTIN, [1962] 1990. p. 100), este efeito não parece se dar sem a devida apreensão dos sentidos produzidos no/pelos atos ilocucionais. É pela noção de repetição de sentidos que chegamos à ideia de uma reprodução de corpos. É pela repetição, reprodução de sentidos de submissão, que se instaura nos “ritos de instituição” uma política de reprodução de corpos. Pensando a repetição de sentidos de submissão enquanto um recurso de persuasão, concordamos que é pela utilização de “recursos persuasivos e, inclusive, frequentemente o uso de uma influência pessoal (*institucional*) chegando (*que se chega*) à coação” (AUSTIN, [1962] 1990) (grifos nossos).

¹⁰¹ Chamamos a atenção do nosso leitor para o fato de que os trechos apresentados neste Edital se repetem nos Editais V e VI, havendo apenas diferenças pontuais como em relação à referência dos trechos, mas tendo sido preservado os termos semânticos. Todos os Editais são originados do mesmo programa de pós-graduação.

| TRECHO | EDITAL VII ¹⁰² |
|---------|--|
| 36-38 | O curso exige o cumprimento de 55 (cinquenta e cinco) créditos, de acordo com a seguinte estrutura curricular (16 créditos em disciplinas obrigatórias gerais e 09 créditos em disciplinas opcionais), a serem realizadas no prazo de um ano. |
| 47-49 | São 25 (vinte e cinco) vagas ofertadas, distribuídas preferencialmente <i>de acordo com a disponibilidade de professores orientadores</i> (anexo Grupos de Pesquisa – CNPQ) e com as suas respectivas linhas de pesquisa: |
| 126-128 | O candidato deve elaborar um texto onde desenvolva um tema de seu interesse na área de Políticas Públicas, enquadrado em uma das linha (s) de pesquisa do Mestrado, incluindo delimitação do objeto, justificativa, indicação teórico-metodológica e bibliografia. |
| 217 | 8. PROPOSTA DE TEMAS E BIBLIOGRAFIA [...] |

Quadro 3: Repetição de sentidos de submissão (Edital VII).

Se admitirmos que a submissão em processos de seleção de mestrado não emerge exclusivamente pelos sentidos produzidos pelos Editais, considerar o aspecto social em que são produzidos, como temos tentado fazer até aqui, encontra ressonância nas palavras de Oliveira (2001, p. 166): “o sentido não mais se constitui na interioridade de uma consciência transcendental, mas num contexto de regras e convenções de um contexto social determinado”. Entendemos ainda que seleções acadêmicas de mestrado não se configuram apenas enquanto políticas de submissão. Há, por exemplo, no ato de escrita do projeto de pesquisa, a “liberdade” do candidato de escrever sobre suas inquietações, ainda que estas inquietações tenham de estar alinhadas ao projeto do orientador do qual se candidata. Não acreditamos ser necessário comprovar o fato de já ter acontecido/acontecer casos em que candidatos abandonam o processo de seleção sem terem sido convidados pela comissão examinadora a se retirarem do processo por não terem respondido às avaliações de acordo com os critérios definidos pela banca examinadora. Dito isto concordamos que “o sujeito capaz de falar e agir só se entende a partir de um processo social, que emerge como condição de possibilidades de suas ações simbólicas” (OLIVEIRA, 2001) possibilidades que são dadas pela própria estrutura que organiza os diferentes campos sociais (BOURDIEU, 2001), ou seja, na reprodução de corpos submissos já há condições de não reprodução de corpos submissos.

¹⁰² Destacamos que os trechos apresentados neste Edital se repetem nos Editais VIII e IX havendo apenas diferenças pontuais como em relação à referência dos trechos tendo sido preservado os termos semânticos. Todos os Editais são originados do mesmo programa de pós-graduação.

| TRECHO | EDITAL X ¹⁰³ |
|---------|--|
| 35 | Podem inscrever-se: [...]. |
| 42-43 | A solicitação de inscrição está condicionada à apresentação de todos os documentos relacionados a seguir: [...]. |
| 177-178 | O número final de aprovados poderá ser inferior ao número de vagas estabelecido neste Edital. |
| 185 | Os candidatos não aprovados poderão solicitar suas notas à Secretaria do Programa. |

Quadro 4: Repetição de sentidos de submissão (Edital X).

Na discussão empreendida no item 6.1, tentamos conferir a submissão na perspectiva tanto de candidatos à academia e acadêmicos ao edital ou à voz institucional (acadêmica) – em autoridade conferida pelo Estado –, quanto do candidato na relação simbólica com o acadêmico, compreendendo que acadêmicos são responsáveis pelo cumprimento do edital. No entanto, uma vez que nossa reflexão recai sobre a análise da relação simbólica entre candidatos e acadêmicos, nosso olhar tem se direcionado à submissão na perspectiva destes dois grupos sociais. Dito isto, defendemos que os trechos dos Editais, operando enquanto esquemas de percepção, tendem a reproduzir – como tem sido amplamente discutido até aqui – candidatos submissos ou corpos submissos, considerando que:

“Todos os esquemas de percepção e apreciação nos quais um grupo deposita suas estruturas fundamentais e os esquemas de expressão graças aos quais lhes garante um começo de objetivação e, dessa maneira, um reforço, interpõem-se desde a origem (*momento da inscrição*) entre o indivíduo e seu corpo: e em particular as partes do corpo mais pertinentes do ponto de vista desses esquemas, é sem dúvida, por causa dos investimentos cujo objeto é o corpo, uma das ocasiões privilegiadas da incorporação dos esquemas” (BOURDIEU, 2011, p. 119, grifos nossos).

Não acreditamos, porém, que a reprodução de corpos (submissos) se dê de maneira tranquila. Negamo-nos a acreditar que a obediência aos dispositivos disciplinares dos Editais se dê sem que o candidato vivencie: (1) dificuldades inerentes à construção de projeto, avaliação escrita como sugerido pelo edital; (2) conflitos que habitualmente surgem do confronto de suas próprias ideias (dos candidatos) com as que se vê persuadido a reproduzir nas avaliações escrita; (3) eventual nervosismo diante das perguntas da banca no momento da

¹⁰³ Destacamos que os trechos apresentados neste Edital se repetem nos Editais XI e XII havendo apenas diferenças pontuais como em relação à referência dos trechos tendo sido preservado os termos semânticos. Todos os Editais são originados do mesmo programa de pós-graduação.

entrevista. Não podemos negar que na época em que somos candidatos à academia vivenciamos processos de construção (de ideias científicas) e desconstrução (muitas de nossas percepções de mundo) que nos foram difíceis. Não obstante, nosso entendimento é de que a tensão que cimenta a relação entre candidatos à academia e acadêmicos resvala pelo corpo de um e de outro. Porém, a tensão, pelo nível de desconstrução a que se vê instado a promover, tende a recair, a nosso ver, com mais vigor sobre o candidato. Tal compreensão é trazida à baila pela aceitação de que “o corpo se encontra continuamente mesclado a todos os conhecimentos que ele reproduz e que nunca tem a objetividade que a objetivação na escrita oferece e a liberdade em relação ao corpo que ela garante” (BOURDIEU, 2011, p. 120).

Os quadros apresentados anteriormente neste subitem apontam trechos explícitos do exercício de uma dominação (simbólica) consentida, uma vez considerando que houver inscritos para participarem das chamadas dos Editais. Foi encontrado nos Editais repetições de sentidos de submissão. Esta análise contribui para nossa tentativa de compreensão da reprodução de corpos, de candidatos à academia na perspectiva disciplinadora dos dispositivos dos Editais.

6.3.3 Da reprodução de corpos silenciados/censurados

Acreditamos que candidatos à academia em seleções de mestrado se comunicam com os Editais em uma posição, *a priori*, de ouvinte. Disto isto, concordamos com a interpretação feita por Ortiz (1983, p. 14) acerca dos processos de dominação (simbólica) de Bourdieu: “aqueles que escutam compõem os elementos complementares da comunicação, mas, na medida em que a interação implica uma relação de poder, eles representam o polo dominado, pois não possuem direito à palavra”. No quadro abaixo, apresentamos diferentes trechos retirados de um mesmo edital para que possamos ilustrar de que modo a perspectiva comunicacional articulada por Ortiz (1983) pode nos levar a visualizar a reprodução de corpos silenciados/censurados:

| TRECHO | EDITAL I ¹⁰⁴ |
|---------|---|
| 487-488 | 4.5 Em caso de desistência ou qualquer outro motivo, não haverá devolução de valor pago pelos alunos especiais. |
| 494-497 | 4.7 Solicitação de recurso, à Coordenação do CMLA, sobre rejeição de inscrição:29/09/2009. 4.8 Resultado dos recursos solicitados: 30/09/2009 até 17 h. ¹⁰⁵ |
| 596-597 | 5.6 Em nenhuma circunstância, nem sob nenhuma alegativa, haverá segunda chamada de qualquer uma das 04 (quatro) etapas da Seleção, descritas em 5.2. |
| 599-602 | 5.7 O candidato que não possa, independentemente do motivo, comparecer a qualquer uma das 04 (quatro) etapas da Seleção nas datas e no local previstos em 5.4 e 5.5, respectivamente, estará automaticamente desclassificado da Seleção, perdendo todo e qualquer direito em relação à Seleção ao CMLA/UECE. |

Quadro 5: Repetição de sentidos de silenciamento e censura (Edital I).

Tem-se pela repetição de sentidos silenciadores/censuradores a configuração de uma política do silêncio que, a nosso ver, é esboço de uma tentativa de conformação. Cremos haver nestes casos a inculcação de uma prática não questionadora da voz institucional ou ainda “a interiorização, pelos atores, dessa forma, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo” (ORTIZ, 1983, p. 15).

A repetição de sentidos de silêncio/censura verificados em vários dispositivos de um mesmo edital de seleção de mestrado atende a um fim que seja o de depositar de forma durável nos corpos dos candidatos o hábito de não questionar o direito, por exemplo, de fazer pedido de revisão de prova. Esta configuração de repetição de sentidos de silêncio/censura uma vez inscrita no escopo dos “ritos de instituição” tendem a constituírem-se enquanto prática não questionadora dos dispositivos de sentido silenciante dos Editais. É todo um *habitus* que, tendo o corpo como seu substrato, se constrói enquanto resultado de uma perspectiva de prática de poder forjada na tensão que cimenta a relação entre candidatos à academia e acadêmicos; e neste sentido “o *habitus* tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram” (ORTIZ, 1983, p. 15).

¹⁰⁴ Atentamos nosso leitor para o fato de que os trechos destacados no Quadro I, referente ao Edital I se repetem no Edital II. Por pertencerem ao mesmo programa de pós-graduação, as modificações em termos semânticos foram nulas, havendo apenas alterações em termos de referência dos trechos. No Edital III – também originado do mesmo programa de pós-graduação – dada a alterações em grande parte feitas devido à inclusão do doutorado ao programa, houve a supressão de todos os trechos como indicado no Quadro I. Os trechos avaliados enquanto evidências de política do silêncio são 328-330 e 392-394.

| TRECHO | EDITAL IV ¹⁰⁶ |
|---------|---|
| 217-219 | Não serão aceitos pedidos de revisão de provas, e a admissão de recurso administrativo deverá seguir as normas vigentes da UFC, a ser interposto junto à Coordenação do Programa no prazo de 48 horas após a divulgação do resultado final. |
| 169-170 | O candidato não dispensado será excluído do processo seletivo se deixar de comparecer a estas provas. |
| 110 | O não-comparecimento a esta prova eliminará o candidato do processo seletivo. |

Quadro 6: Repetição de sentidos de silenciamento e censura (Edital IV).

Pensar os atos ilocucionais enunciados acima na sua força de fazer com que se cale é pensar nas consequências destes atos. Pensar o ato ilocucionário (voz institucional) separadamente do sujeito a quem ele se dirige é insistir em fazer uma distinção entre sujeito e objeto, linguagem e corpo, que não nos parece mais fazer sentido algum se tomamos a própria linguagem em uma visão performativa (OTTONI, 1998, p. 91). Entendemos, deste modo, que a aceitação consentida, tácita do silêncio dos candidatos quando em um “diálogo” com os trechos 217-219, 169-170 e 110 do Edital IV é efeito do ato perlocucional, da consequência da enunciação da ilocução silenciadora. São atos de fala que percorrem o leito de um rio de sentidos que, repetidos, tendem a reproduzir corpos silenciados e censurados. E, neste sentido, Austin ([1962] 1990, p. 96) corrobora com nossa argumentação ao postular que “você pode, por exemplo, impedir que eu faça algo simplesmente ao me dar uma informação, talvez inadvertidamente, mas na ocasião oportuna, sobre as consequências reais do ato que eu havia pretendido realizar”. Os sentidos repetidos nos enunciados acima poderiam ser outros que não os que estão nos dispositivos configurados, que são, a nosso ver, o de impossibilitar uma relação menos assimétrica e mais dialógica entre candidatos à academia e acadêmicos.

Nos Editais de número 7 a 12 não foram encontrados trechos com mais de uma repetição de claro sentido de silenciamento/censura. Porém, tem-se a repetição do seguinte trecho nos seguintes Editais:

| TRECHO | EDITAL V, VI, VII, VIII, IX, XII |
|---------|--|
| 197-198 | Os casos omissos serão resolvidos pela comissão, que poderá igualmente dispor sobre a alteração de datas das realizações das provas, caso seja necessário. |

Quadro 7: Sentidos de silenciamento e censura (Editais V, VI, VII, VIII, IX, XII)

¹⁰⁶ Atentamos nosso leitor para o fato de que os trechos destacados no Quadro II, referente ao Edital IV se repetem no Edital V e VI. Por pertencerem ao mesmo programa de pós-graduação, as modificações em termos semânticos foram nulas, havendo apenas alterações em termos de referência dos trechos.

O trecho acima abre espaço para uma prática de política do silêncio que tende a operar pela ausência de sentidos, que é administrada de antemão pelos sentidos que ainda sequer foram produzidos, mas que, na possibilidade de que venham a ser formulados, comportam um rompimento de uma concessão de direito à voz do candidato: “*Os casos omissos serão resolvidos pela comissão*”. Orlandi (2002, p. 160) nos faz compreender que, “se ao falar algo afastamos sentidos não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala””. Dito isto, sugerimos que o enunciado acima não é o único que se insere no contexto de um “rito de instituição” que traz no seu interior uma política de silêncio pela repetição dos seus sentidos. Defendemos que pode haver sentidos de silêncio/censura outros que nosso leitor pode encontrar. Este trabalho científico não tem por objetivo aferir todos os sinais que apontam para uma prática da violência simbólica, mas conferir neste subitem como atos de fala podem operar políticas de reprodução de corpos silenciados/Censurados.

Os enunciados contidos nos quadros V e VI trazem repetidos exemplos de dispositivos dos Editais de sentidos explícitos de uma política do silêncio. A expressão *política do silêncio* deve ser compreendida do ponto de vista da repetição de sentidos de silenciamento e de censura. Tem-se, deste modo, que é pela repetição de sentidos de silenciamento e de censura que podemos falar de reprodução de (corpos de) candidatos silenciados e censurados. Nos editais V, VI, VII, VIII, IX, X e XII analisados, foi encontrado apenas um trecho que expressa sentidos silenciantes: “*Os casos omissos serão resolvidos pela comissão, que poderá igualmente dispor sobre a alteração de datas das realizações das provas, caso seja necessário*”. Esta análise contribui para nossa tentativa de compreensão da reprodução de corpos silenciados e censurados de candidatos à academia na perspectiva dos “rituais de instituição”.

Os encontros de perspectivas de linguagem entre Austin ([1962] 1990) e Bourdieu (1983), verificados pela leitura de suas teorias, foram percebidos em vários momentos, inclusive na seguinte indagação feita pelo sociólogo francês:

“Por que em certas condições históricas, em certas situações sociais, ressentimo-nos com angústia ou mal estar (*ato perlocucional*), desta compreensão de força (*ilocucional*) que está sempre implícita ao se tomar a palavra em situação de autoridade ou, se quisermos, em situação autorizada,

sendo o modelo desta situação a situação pedagógica?” (BOURDIEU, 1983, p.75, grifos nossos).

Porém, uma percepção particular de linguagem de Bourdieu (1983) nos chama atenção. Para o filósofo-sociólogo toda situação linguística funciona como um mercado onde se trocam coisas:

“estas coisas são, evidentemente, palavras, mas estas palavras não são feitas apenas para serem compreendidas; a relação de comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação econômica onde o valor de quem fala está em jogo” (BOURDIEU, 1983, p.79).

Instados a ir um pouco além da afirmação de Bourdieu, podemos, sem causar prejuízo à ideia do autor, sugerir que não apenas o valor de quem fala está em jogo em uma relação de comunicação, mas também o que é dito está em jogo. A relação de comunicação que se estabelece entre candidatos à academia e acadêmicos via Editais pode ser compreendida na perspectiva de um jogo em que o que é dito ou o que não pode ser dito frequentam a mesa de apostas enquanto moeda de troca. Entretanto, desacreditamos que seleções acadêmicas de mestrado na perspectiva de um jogo com as configurações acima descritas sejam partilhadas por todos os candidatos à academia. Na relação de comunicação que se estabelece entre um jogador e outro, entre candidatos à academia e acadêmicos, não acreditamos haver total consciência do preço real do que está em jogo – o que pode e o que não pode ser dito. A não consciência por parte do candidato-jogador de que na mesa de apostas seus “adversários”, mais “experientes”, já entram no jogo portando vantagens que lhes permitem eles próprios lançarem, embaralharem as cartas e dizer quem inicia quem deve ou não contestar as jogadas acaba por limitar sua participação neste jogo:

“Esse acordo imediato e tácito (oposto em tudo a um contrato explícito) funda a relação de submissão dóxica que nos vincula á ordem estabelecida por todos os liames do inconsciente, ou seja, da história que se ignora como tal. O reconhecimento da legitimidade não é, como acredita Weber, um ato livre de consciência clara; ele está enraizado no acordo imediato entre as estruturas incorporadas, convertidas em esquemas práticos, como os que organizam os ritmos temporais [...], e as estruturas objetivas” (BOURDIEU, 2001, p. 215).

Porém, há aqueles candidatos que têm consciência de que no jogo das seleções de mestrado o seu silêncio pode ser por ele trocado, “negociado”, oferecido na relação com o acadêmico em troca da possibilidade de vir a ser aprovado na seleção. Dito de outro modo, o silêncio do candidato pode funcionar como tática (CERTEAU, 2012) e não enquanto

resignação, aceitação imediata e acrítica. Temos ao menos dois exemplos¹⁰⁶. Apesar de o Edital VI trazer explicitamente em seu texto a proibição de pedido de revisão, uma candidata não aprovada na etapa dois entrou com recurso judicial questionando sua não aprovação¹⁰⁷. Embora a decisão judicial tenha se revelado no seu final em favor do Programa de pós-graduação, este é, a nosso ver, um nítido exemplo de que:

“Na reprodução já há não reprodução, na censura já há resistência, na interdição de sentidos já estão os sentidos outros, naquilo que não foi dito está o trabalho do sentido que virá a ser. Em suas várias formas e modos que só a história pode assentar. Assim, não há censura completamente eficaz: os sentidos escapam e pegam a gente a seu modo” (ORLANDI, 2002, p.134).

¹⁰⁶ Além do caso que segue, outro exemplo, falando de um outro contexto, pode ser verificado na matéria disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/02/suposta-fraude-em-concurso-para-residencia-medica-no-rj-e-investigada.html>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.ppging.ufc.br/selecao2.html>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Dos resultados

A escritura desta seção nos levou a uma dupla preocupação. Primeiro, devemos estar atentos a investidas (muitas vezes inconscientes) em construir “verdades científicas” forjadas pela exaustão da discussão e conseqüente ilusão de que possam ser atemporais ou mesmo universais. Segundo, devemos estar atentos para que as desnaturalizações que promovemos de práticas de poder não resultem em novas naturalizações. Disto isto, o que apresentamos a seguir é o resultado do recorte de um universo particular possível, conectado a outras realidades¹⁰⁸ certamente, mas impossíveis de terem seus múltiplos sentidos parados no tempo e no espaço.

Austin ([1962] 1990, p. 115) nos ajudou em nossa análise com a compreensão de que “uma vez que percebemos que o que temos que examinar *não* é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística, não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato”. À luz desta percepção, o escrutínio de nossa análise buscou nos dispositivos dos Editais a “situação linguística” em que as sentenças presentes nos Editais foram produzidas. Partimos da compreensão – construída pelo constante diálogo com os autores que compõem o chão desta pesquisa – de que não podemos acessar os sentidos verificados nos dispositivos dos Editais senão pela situação linguística em que foi escrita. A força que emana dos atos ilocucionários (dispositivos dos Editais) ou das condições de validade destes é dado pela situação linguística/contexto social em que são produzidos. Esta reflexão nos deixa entrever que é o contexto, agora chamado de linguístico-social, que assegura a apreensão dos sentidos produzidos pelos dispositivos dos Editais. Nossa análise nos levou ao vislumbre dos sentidos *assegurados* pelo contexto linguístico-social e *apreendidos* pelos candidatos à academia pelos dispositivos dos Editais de seleções de mestrado.

Em pelo menos 18 dispositivos dos diferentes Editais analisados, foram encontrados enunciados prenhes de sentidos de submissão. Tomados pela compreensão de que o *habitus* tende a conformar, orientar a ação (ORTIZ, 1983) do agente em um campo específico, entendemos que a inscrição dos candidatos em processos de seleção é ato

¹⁰⁸ O uso da expressão “realidades outras” diz respeito neste contexto a outras seleções de mestrado/doutorado.

(perlocucional) que responde a um chamado, a uma convocação, ou melhor, a uma ilocução: “*CHAMADA PÚBLICA DE SELEÇÃO*” (IX, 2). A inscrição do candidato, portanto, é compreendida do ponto de vista da aceitação das regras, das normas que estão presentes nos Editais. A discussão do capítulo 3 nos mostrou que a aceitação (tácita) de regras, normas, não opera apenas no escopo de uma seleção acadêmica de mestrado, mas tem sido reificada pela família, escola etc. Dispositivos de Editais, operando como estruturas que orientam, disciplinam a ação do candidato em seleções, parecem fazer mais que apenas levar candidatos a seguirem regras: “as estruturas do espaço social (ou dos campos) modelam os corpos inculcando-lhes, por meio dos condicionamentos vinculados a uma posição neste espaço, as estruturas cognitivas que esses lhes aplicam” (BOURDIEU, 2001, p. 222). Nosso estudo revelou que a tensão, marcada no corpo do candidato, uma vez que pode levar a um modo particular de submissão, apresenta na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos uma exacerbada assimetria, verificada pelo expressivo número de dispositivos de sentidos de submissão, que não nos parece ser positiva se pensarmos em termos de como diminuir a tensão em processos de seleção de mestrado.

Foram encontrados em diferentes dispositivos dos Editais analisados enunciados com sentido de silenciamento e censura. Os casos se deram em duas perspectivas distintas: de uma política do silêncio expressa implícita e explicitamente. A verificação no caso dos sentidos de silêncio explícitos se deu sobremaneira pela presença de verbos classificados por Austin ([1962] 1990) em função de sua força ilocucionária: veriditivos e exercitivos. No caso de sentidos de silêncio inscritos implicitamente nos dispositivos dos Editais, utilizamos a compreensão de pressuposição como ato ilocucionário (voz acadêmica) que serve para fins perlocucionais (DUCROT, 1972). Neste caso, foi encontrada uma perspectiva diferente de política do silêncio, a do “silenciamento implicitado” (cf. capítulo 6.2). Foi verificado ainda um tipo de política do silêncio particular, que opera na possibilidade futura de sentidos de contestação, “*Os casos omissos serão resolvidos pela comissão, que poderá igualmente dispor sobre a alteração de datas das realizações das provas, caso seja necessário*” (V, VI, VII, VIII, IX, XII). Orlandi (2002) nos ajudou a analisar os dispositivos dos Editais nos fazendo ter sempre em mente que o silêncio não se dá pela não presença da palavra. A autora nos lembra ainda que ao impormos o silêncio não estamos calando alguém, mas impendindo-o de formular um discurso, “em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio” (p. 105).

Nos movimentos impeditivos de um grande discurso (Edital), orientados a impedir que se pronunciem determinados sentidos, tem-se a configuração da tensão que resvala pelo corpo do candidato, uma vez que este se inscreve deliberadamente em seleções de mestrado. Se virmos o corpo de fato como marcado pela tensão que se percebe pela relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos em processos de seleção de mestrado, ficamos tentados a concordar com Butler (1999, p. 163) quando postula: “eu acho que discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte do seu próprio sangue”. Não obstante, sugerimos, sem alterarmos os sentidos do dizer de Butler (1999), que as minúcias (dispositivos) desse grande discurso (Edital), configurados como ato ilocucional, têm, pelo ato perlocucional, um efeito, corpos submissos, silenciados, censurados.

Seleções de mestrado, por nós percebidos enquanto “ritos de instituição”, têm, na repetição dos sentidos de submissão e silenciamento/censura conferidos nos dispositivos dos Editais, a reprodução de corpos de candidatos submissos e silenciados/censurados. Ao longo da discussão que empreendemos no capítulo 6, acabamos por nos dar conta de que o corpo, cujos movimentos derivam das relações de poder em que estão inseridos, é constituído por processos tensionais de produção e reprodução de ideias, percepções, códigos, normas, regras, crenças. É no corpo, portanto, que é reproduzido:

“o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade; a sociedade é, dessa forma, apreendida como estratificação de poder. A reprodução da ordem não se confina simplesmente aos aparelhos coercitivos do Estado ou às ideologias oficiais, mas se inscreve em níveis mais profundos para atingir inclusive as representações sociais ou as escolhas estéticas. Ela é, neste sentido, dupla e se instaura objetiva e subjetivamente, pois toda ideologia compõe um conjunto de valores, mas também consiste em uma forma de conhecimento” (ORTIZ, 1983, p. 25).

Tem-se pelas seleções acadêmicas de mestrado a reprodução de corpos de candidatos cujas escolhas, ações, refletem a objetividade dos dispositivos dos Editais e as subjetividades forjadas pelo discurso ideológico acadêmico da excelência, do rigor “necessários” para a construção do pensamento científico.

O Estado, enquanto ente organizador da vida social, tem nas sociedades hierárquicas apenas administrado os processos de exclusão e de desigualdades¹⁰⁹. Para Santos (2008, p. 294), “no estado moderno capitalista a luta contra a exclusão assenta na afirmação

¹⁰⁹ Esta discussão já foi feita nos capítulos 2 (seção 2.3.2.1) e 6 (seção 6.2).

do dispositivo de subalternização e de segregação”. Nesta perspectiva, é “compreensível” que seleções acadêmicas de mestrado (política de inclusão pela exclusão) operacionalizadas por programas de pós-graduação não tenham por objetivo garantir o acesso de todos à academia, mas, através dos dispositivos dos Editais, selecionar os (mais) preparados, excluindo os não (menos) preparados. Dito de outro modo, a política selecionadora percebida nos dispositivos de Editais analisados escolhe os alinhados e reprova os não alinhados às concepções teóricas das linhas de pesquisa. Bourdieu (2001) nos ajudou na construção desta conclusão ao postular que processos de recrutamento e treinamento, resultam de uma contradição, “entre os imperativos da violência simbólica de um lado, impondo todo um trabalho de dissimulação e, de outro, as condições estruturais que tornam possíveis seu exercício” (p. 251).

Bourdieu (2001, p. 227) não nos deixou esquecer que o Estado é o “detentor do monopólio da violência simbólica legítima”. E, na medida em que acadêmicos¹¹⁰ têm por função administrar a inclusão pela exclusão em seleções acadêmicas de mestrado, eles passam também a gerenciar a violência simbólica na relação com os candidatos à academia.

O tema, “violência simbólica em seleções de mestrado/doutorado”, ao longo de sua construção, foi levado para alguns congressos (nacionais) e encontros (locais). Percebemos que a expressão violência simbólica foi muitas vezes rejeitada nos comentários dos debatedores quando associada às seleções de mestrado. É possível que tal rejeição tenha se dado pela provável falta de uma clareza maior, de minha parte, no repasse do conceito. Na tentativa de não incorrer no mesmo possível erro, recordamos o conceito de violência simbólica feita a partir de uma releitura do sociólogo Geovani Jacó, com a qual concordamos, do fenômeno que analisamos. Para ele, a violência simbólica é resultado da dominação simbólica. A violência simbólica segundo ele “revela-se quando é exercida de forma sutil e imperceptível, de modo que o dominado tome os valores do dominante como naturais e seus, e os inculque de forma irrefletida e docilmente” (FREITAS, 2003, p. 3).

Vê-se por esta explicação que a palavra violência na expressão (violência simbólica) parece contrastar com as palavras sutil, imperceptível, docilmente. É possível que muitos dos que ouvem esta expressão associada a seleções de mestrado se atenham muito mais a palavra violência do que a palavra simbólica. Freitas (2003) nos ajudou com sua releitura a enxergar o “simbólico” do violento desta expressão e, assim, nos proporcionou o vislumbre de uma conclusão desta dissertação: tomados pelos sentidos de submissão, silenciamento/censura e

¹¹⁰ Nesta sentença acadêmicos são apresentados enquanto agentes submissos ao Estado e ao mesmo tempo dotados de autoridade por ele, seu representante legítimo em seleções de mestrado.

reprodução de corpos de candidatos submissos e silenciados/censurados¹¹¹ verificados nos dispositivos dos Editais de quatro programas de pós-graduação de Fortaleza, concluímos haver pela tensão a prática da violência simbólica via linguagem (atos de fala) em seleções acadêmicas de mestrado.

7.2 Das possibilidades

Defendemos que a teoria só vale por sua prática intervencionista na sociedade. Não à-toa, acreditamos que marcas discursivas trabalham no “silêncio”, naquilo que só se torna visível quando submetido a uma leitura crítica dos sentidos implícitos/pressupostos que subjazem formas de dominação (simbólica) pela palavra. Sabemos que a “tomada de consciência” não nos levará a uma libertação política automática que “na falta de uma teoria das disposições das práticas, acabam ignorando a extraordinária inércia resultante da inscrição das estruturas sociais nos corpos” (BOURDIEU, 1998, p. 208), mas sim a um trabalho para desestabilizar a ideia de que a violência simbólica é inescapável, irrevogável é um modo de reivindicar uma mudança nos modos de operacionalizar seleções acadêmicas de mestrado, investindo em estratégias para que se repense seus métodos de classificação e de distribuição de capital (científico, intelectual). Acreditamos que apenas aceitar a violência simbólica enquanto uma coerção que o candidato não pode deixar de conceder ao campo acadêmico em processos de seleção não contribui para a diminuição de um excessivo controle e disciplina sobre os corpos dos candidatos, como se pôde ver pela análise dos nossos dados. Se a violência simbólica, portanto, é esse algo que não pode deixar de existir nas relações (simbólicas) de poder, se ela não pode de fato ser simplesmente eliminada, podemos, contudo – enquanto agentes transformadores da realidade social –, investir na identificação dos seus efeitos, objetivando assim tornar as relações de dominação de algum modo cada vez menos assimétricas. Ao mesmo tempo em que acreditamos ser possível haver uma ressignificação da relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos em seleções de mestrado/doutorado pelo modo como está expressa nos dispositivos dos Editais analisados, também cremos ser possível haver modificações nos próprios dispositivos dos Editais com o objetivo de tornar a dominação simbólica em seleções menos tensa senão promover avaliações mais claras e objetivas. Neste sentido, vislumbramos algumas possibilidades de

¹¹¹ Através da repetição de sentidos de submissão e silenciamento/censura verificados pelos “ritos de instituição”, como já foi visto no cap. 6.3.

modificações à que os dispositivos dos editais poderiam sofrer no intuito de tornar os sentidos produzidos pelas avaliações das comissões examinadoras mais acessíveis aos candidatos.

Creemos ser possível, além de que seja disponibilizada nos próprios editais os nomes dos membros da comissão avaliadora, haver a presença de um terceiro membro da comissão examinadora que não pertença ao programa de pós-graduação que examina as avaliações dos candidatos. Creemos que este seria um modo inclusive de “diversificar” percepções avaliativas em uma mesma comissão avaliadora, o que acreditamos ser positivo para o processo de avaliação como um todo. Outra possibilidade seria a de facultar ao candidato que o exame oral fosse aberto (ou não) a todos os interessados em ouvir a arguição do projeto de um candidato. Acreditamos ser possível ainda que a comissão examinadora grave as arguições e posteriormente as disponibilize para o candidato (aprovado ou não) que tenha interesse em rever sua apresentação. Uma última sugestão é que fossem cambiados os dispositivos dos editais que negam ao candidato o direito de revisão de prova – no caso dos candidatos que quisessem ter acesso ao relatório produzido pela comissão examinadora sobre sua avaliação – por um dispositivo que garanta a qualquer candidato (aprovado ou não) inscrito o direito de ler as observações feitas pela comissão que examinou sua avaliação.

Acreditamos que a relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos em seleções de mestrado pode ser menos simbólica, interpessoal e mais dialógica. Se, ao invés de negar ao candidato não aprovado o direito de pedido de revisão de prova¹¹², fosse-lhe concedida a oportunidade de um encontro com o avaliador, acreditamos que seria possível que este diálogo viesse a dar ao candidato uma compreensão melhor das questões que levaram a sua não aprovação. Não concordamos que a tensão repouse na relação simbólica entre candidatos à academia e acadêmicos na perspectiva de uma “vontade” não realizada do candidato de ser aprovado sem possuir as habilidades exigidas pelos programas. A discussão empreendida na análise da tensão que se estabelece pela relação entre candidatos e acadêmicos nos levou a percepção de que o não acesso pelo candidato aos elementos que deixaram de estar presentes em suas avaliações contribui para a uma acentuação na assimetria na sua relação com o acadêmico em seleções de mestrado – que não acreditamos caminhar para a diminuição dos efeitos produzidos pela tensão. Embora não tenha transitado em nossa análise como dado, permita-nos trazermos à baila uma breve discussão em torno da solicitação de recursos para que possamos melhor ilustrar o argumento construído a seguir.

¹¹² Dos 12 Editais analisados este direito foi negado em nove dos Editais (cap. 6.2).

Verificamos que um dos programas que não considerava o pedido de revisão de prova¹¹³ em 2011 (um dos Editais analisados nesta dissertação) passou a considerá-lo no seguinte (de 2012). Constatou-se que todos os recursos solicitados por candidatos foram indeferidos¹¹⁴. Sabemos que a simples concessão a um pedido de resposta sobre questões levantadas pelo candidato a respeito da avaliação do seu projeto, exames escritos, não garante a reinserção deste nas seleções. Santos (2006, p. 46) sustenta que o rigor (das avaliações), “como qualquer outra forma de rigor, assenta num critério de seletividade que, como tal, tem um lado construtivo e um lado destrutivo”. Pensamos que o lado construtivo do rigor que preside seleções pode ser o de atender a demanda do discurso ideológico da excelência da produção acadêmica. Do outro lado, pode ser que a percepção de que nossas análises (sempre) objetivas, pois baseadas em critérios, métodos, princípios, não escapam aos *habitus* subjetivos do grupo (ORTIZ, 1983, p. 17) a que pertencemos, o que pode contribuir para a ideia de uma academia não passível ao erro, pensamento que de certo modo não ajuda a tornar a relação entre candidatos à academia e acadêmicos menos assimétrica. Nosso argumento repousa na crença de ser possível haver uma relação entre candidato à academia e acadêmicos mais dialógica, tendo deste modo a possibilidade real de diminuição do nível tensional em processos de seleção. O resultado de nossa análise apontou que os sentidos de submissão e de silêncio nos níveis e nas repetições verificados nos 12 Editais reverberam a tensão em processos de seleção de mestrado dando-lhes uma configuração da violência simbólica nestes.

Embora não tenha sido o objetivo de nossa análise problematizar a relação de poder entre acadêmicos e instâncias que influenciam a elaboração dos Editais, acreditamos que professores avaliadores também vivenciam a violência simbólica em processos de seleção de mestrado. A violência simbólica não nos parece deste modo estar assentada apenas do lado do candidato. Assim sugerimos por entender que eles também são submissos ao edital e também podem ser silenciados/censurados pelos dispositivos a que são “convidados” a fazer que sejam cumpridos. Não obstante, acreditamos que sempre haverá aqueles (acadêmicos) que não querem mudar as regras do jogo e aqueles que se sentirão incomodados com a manutenção delas. A análise dos atos ilocucionais (voz institucional) verificadas nos dispositivos dos editais se deu a guisa de uma percepção bourdieusiana de que o professor

¹¹³ Referimo-nos nesta passagem ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada - UECE. Edital disponível em: <<http://www.uece.br/posla/dmdocuments/chamadapublicaselecaoposla2013.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.uece.br/posla/index.php/selecao>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

(acadêmico), tenha ele consciência ou não, quer queira quer não “quando pensa que está rompendo com as regras estabelecidas, continua um mandatário, um delegado que não pode redefinir sua tarefa sem entrar em contradição, nem colocar seus receptores em contradições [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 85).

Não obstante, cremos que os processos de transformação, de mudança de regras e normas no campo acadêmico, mais especificamente em seleções acadêmicas de mestrado, não se dão no contexto do atual modelo de sociedade ocidental hierárquica na forma de uma revolução retumbante das estruturas, mas que podem se dar nas minudências dos sentidos dos dispositivos dos Editais em vista da diminuição dos níveis tensionais que tomam o corpo do candidato como objeto da violência simbólica.

Ao final, chegou-se à conclusão de que as ações tanto de candidatos quanto de acadêmicos põem as estruturas incorporadas¹¹⁵ em movimento, gerando deste modo um processo constante de tensão entre ação e estrutura¹¹⁶ em que a linguagem, na sua forma de discurso, constrói as ações dos indivíduos e em que os dizeres constroem as estruturas, o que não nos deixa esquecer que:

“É quando mais acreditamos estar iludindo a história e as determinações imaginárias que nos constituem sujeitos que estamos mais determinados por elas. Porque os discursos têm formas institucionais que os definem. No âmbito das formas institucionais do discurso, há normas que indicam a espessura da materialidade discursiva, que é linguística e histórica. [...] Por outro lado, do outro lado da história, na difícil relação imaginária com o “outro”, o apagá-lo, o silenciar sua voz torna-o no mais das vezes mais forte” (ORLANDI, 2002, p.151).

¹¹⁵ O sentido de estruturas incorporadas que utilizamos nesta sentença se refere ao conjunto de normas e regras incorporadas pelos agentes no período de convívio social que percorre infância e a velhice.

¹¹⁶ O termo “estrutura” utilizado neste trecho se refere aos dispositivos dos Editais de seleção de mestrado.

REFERÊNCIAS

A GUERRA do fogo. *A guerra do fogo*. Direção de Jean-Jacques Annaud. Canadá, França, Estados Unidos: CBS Fox Vídeo: Abril Vídeo, 1991. 1 filme (100 min): son., color.

ALVES, G. A. P. *A Batalha de Carlitos - Uma Análise Crítica do Filme Tempos Modernos*. ArtCultura (UFU), Uberlândia, v. 7, n.10, p. 65-81, 2005. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1284>>. Acesso em 11 fev. 2013.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando Dizer é Fazer*. Palavras e Ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [*How to Do Things with Words*. Harvard University Press, 1962.].

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. *Identidade e poder: reflexões sobre a linguística crítica*. São Paulo: Mackenzie, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 3ª. Reimpressão. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Les rites comme actes d'institution*. Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 43, jun 1982. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1982_num_43_1_2159>. Acesso em 1 fev. 2013.

_____. *Questões de sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas (SP): [s.n.], 1998. p. 11-28.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta; MEYER, Dagmar; WALDOW, Vera (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 28-40.

_____. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. WACQUANT, Loïc. *Réponses – Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Ed. du Seuil. 1992.

_____. *Meditações pascalianas*. Trad. Sergio Miceli: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. 10. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científica*. Trad: Denice Bárbara Catani. Editora Unesp, 2004.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia das trocas simbólicas*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. (Vários tradutores). São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Homo Academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Santa Catarina: Editora UFSC, 2011.

_____. *O senso prático*. Trad. de Maria Ferreira, 2. ed. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes. 2011.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

_____. Como os corpos se tornam matéria: entrevista. *Estudos feministas*, vol. 7, nº 1-2, Florianópolis, 1999, pp.155-167.

_____. *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford, California: Stanford University Press, 1997.

CATÃO, L. P.. *Os Dois Gládios do Rei: o sagrado e o temporal nas monarquias ocidentais entre a Idade Média e a Moderna*. Revista tempo de conquista. 2007. Disponível em: <<http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC1/LEANDROCATAO.pdf>>. Acesso em 2 nov. de 2012.

CAVALLARI, J. S.. *Práticas avaliativas formais e Informais e seus efeitos na constituição identitária do aluno*. Curitiba: Appris, 2011. v. 1000. 168p.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 18. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1972.

ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. 2 vol. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Dina Maria M. *Corpo e representação na dialética da exclusão/inclusão*. In: Alice Cunha de Freitas. (Org.). *Linguagem e Exclusão*. 1 ed. Uberlândia: EDUFU, 2010, v. 1, p. 45-62.

_____. *O discurso acadêmico, “tribalismo” e políticas de representação: Para uma nova academia*. Projeto de pesquisa. Programa de Pós-graduação em Lingüística Aplicada-UECE. 2010.

_____. *Corporificação nos movimentos da representação*. In: VIII ENIL 2007, 2009, São Paulo. Anais VIII ENIL 2007 - II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso e VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal. São Paulo: Editora Ideia, 2009. v. 1. p. 1-9.

FERREIRA, Ruberval. *Guerra na língua: mídia poder e terrorismo*. Fortaleza: Eduece, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de R. Machado & E. J. Morais. PUC – Rio de Janeiro: Nau Editora, 1973 [1996].

FREITAS, G. J. de. *Breve introdução ao pensamento de Pierre Bourdieu*. Disciplina: Métodos e técnicas de pesquisa I. Fortaleza, 25 de Jul. de 2003. Nota de aula. Xerocopiado. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/4zO7_Cqn/mtp_iintroduo_ao_pensamento_de.html>. Acesso em 13 fev. 2013.

FREITAS, H. C. L. 1999. *Análise do discurso jornalista: um estudo de caso*. 1999. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/Page/Freitas-antonio-discurso-jornalista.html>>. Acesso em: 26 jul. de 2012.

GOMES, Emanuel Pedro Martins. *A performatividade em representações midiático-discursivas: considerações sobre uso da linguagem e seus efeitos sociais*. Fortaleza. Anais da VI Semana de Humanidades UFC/UECE, 2009.

JODELET, Denise. *Loucuras e Representações sociais*. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MAHMOOD, Saba. *Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito*. Etnográfica, Lisboa, v. 10, n. 1, maio 2006. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jan. 2013.

MARCONDES, Danilo. *A teoria dos atos de fala como concepção pragmática de linguagem*. Filosofia Unisinos, v. 7, p. 217-230, 2006. Disponível em: <<http://www.pessoal.utfpr.edu.br/paulo/atos%20de%20fala.pdf>>. Acesso em 12 nov. de 2012.

MARTIN, Robert. *Para Entender a Linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Trad. Marcos Bagno. – São Paulo: Parábola, 2003.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. Trad. port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 1968.

MOTTA, Fabricio. *Concursos Públicos e o Princípio da Vinculação ao Edital*. Fórum Administrativo, v. 42, p. 4225-4230, 2004. Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/8035/concursos-publicos-e-o-principio-da-vinculacao-ao-edital/1>> Acesso em: 19 jan. 2013.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos*. 5. ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2002.

ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. 1983

OTTONI, Paulo. *Visão Performativa da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

PINTO, Joana Plaza. *Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades*. DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 23, p. 1-26, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova Pragmática, fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Cortez editora, 2006.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SÁ-SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, v. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SEARLE, John Rogers. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra, Almedina, 1981.

_____. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. Trad. por Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

SILVA, D. N. *Dilma eleita pelos nordestinos? Sobre a circulação de atos de fala violentos*. Linguagem em foco, v. 2, p. 29-37, 2010.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Verônica de Fátima Camargo. *Pressuposição: fato linguístico ou pragmático?* In: IV ENLETRARTE Encontro Nacional de Professores de Letras e Artes, 2009, Campos dos Goytacazes. Caderno de resumos. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2009. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/enletrarte/article/view/1763/947>>. Acesso em: 21 nov. de 2011.

SOUZA, Aguinaldo Moreira de. Texto e cena: operações tradutórias da corporalidade. Série Especial - *Arte & Educação*, Londrina/Pr, 2005. Disponível em: <<http://www.conexaodanca.art.br/imagens/textos/artigos/Opera%E7%F5es%20tradut%F3rias%20da%20corporalidade.htm>>. Acesso em: 14 set. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TFOUNI, F. E. V. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 8, p. 353-371, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n2/08.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, Fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Jan. 2013.

WACQUANT, Loïc. *Lendo "o capital" de Bourdieu*. *Educação & Linguagem*, São Bernardo do Campo, ano 10, n. 16, p. 37-62, jul-dez. 2007a. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/viewArticle/125>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

_____. *Esclarecer o habitus*. *Educação & Linguagem*, São Bernardo do Campo, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul-dez. 2007b. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewArticle/126>>. Acesso em: 12 out. 2012.

ANEXO

Disponível em CD ROM exclusivamente para a banca examinadora. Justificamos tal procedimento pela inviabilidade de dispormos do expressivo número de páginas de cada um dos 12 editais analisados caso fossem anexadas a esta seção pós-textual.